



LEON TROTSKY

A REVOLUÇÃO PERMANENTE

expressão
POPULAR

LEON TROTSKY

A REVOLUÇÃO PERMANENTE

Títulos desta coleção

Contribuição à crítica da Economia Política, Karl Marx

*Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel. Introdução,
Karl Marx*

*Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”.
De um prussiano, Karl Marx*

*Miséria da filosofia – resposta à filosofia da miséria do sr. Proudhon,
Karl Marx*

Para a questão judaica, Karl Marx

Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro, Karl Marx

A origem da família, da propriedade privada e do Estado, F. Engels

A ideologia alemã, K. Marx / F. Engels

Manifesto do Partido Comunista, Karl Marx / F. Engels

Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento, V. I. Lenin

O Estado e a revolução, V. I. Lenin

Imperialismo, estágio superior do capitalismo, V. I. Lenin

As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo, V. I. Lenin

A nova mulher e a moral sexual, Alexandra Kolontai

O papel do indivíduo na História, G. V. Plekhanov

Reforma ou revolução?, Rosa Luxemburgo

Sobre a prática & Sobre a contradição, Mao Tse-tung

LEON TROTSKY

A REVOLUÇÃO PERMANENTE

2ª edição

EDITORA
EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo – 2007

Copyright © desta edição: Expressão Popular, 2007.

Revisão: *Geraldo Martins de Azevedo Filho e Miguel Cavalcanti Yoshida*

Preparação de texto: Alexandre Linares, Alexandre Boide
e Carlito de Campos

Projeto gráfico, diagramação e capa: *ZAP Design*

Tradução: *Herminio Sacchetta*

Foto da capa: *Iconographia*

Impressão e acabamento: *Graphium*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

T858r	Trotsky, Leão, 1879-1940 A revolução permanente/ Leon Trotsky ; tradução [de] Herminio Sacchetta --1.ed. -- São Paulo : Expressão Popular, 2007. 216 p. Indexado em GeoDados - http://www.geodados.uem.br ISBN 978-85-7743-038-3 1. Trotskismo. 2. Marxismo. 3. Pacificismo. 4. Ditadura democrática. 5. Revolução permanente. 6. Política. I. Sacchetta, Herminio, trad. II. Título. CDU 320.335 329.15
-------	--

Bibliotecária: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

4ª reimpressão: outubro de 2017

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3522-7516 / 4063-4189 / 3105-9500

Fax: (11) 3112-0941

expressaopopular.com.br

editora.expressaopopular.com.br

livraria@expressaopopular.com.br

SUMÁRIO

O TROTSKISMO	7
<i>Hermínio Sacchetta</i>	
PREFÁCIO À EDIÇÃO FRANCESA.....	35
INTRODUÇÃO	55
I – O CARÁTER OBRIGATÓRIO DESTA OBRA E O SEU OBJETIVO.....	79
II – A REVOLUÇÃO PERMANENTE NÃO É UM SALTO DO PROLETARIADO, E SIM A TRANSFORMAÇÃO DO PAÍS SOB SUA DIREÇÃO	97
III – TRÊS ELEMENTOS DA “DITADURA DEMOCRÁTICA”: AS CLASSES, AS TAREFAS E O MECANISMO POLÍTICO.....	109
IV – COMO SE APRESENTA, NA PRÁTICA, A TEORIA DA REVOLUÇÃO PERMANENTE?	127
V – REALIZOU-SE, ENTRE NÓS, A “DITADURA DEMOCRÁTICA”? QUANDO?	147
VI – SOBRE O SALTO POR CIMA DAS ETAPAS HISTÓRICAS.....	163
VII – QUE SIGNIFICA, HOJE, PARA O ORIENTE, A PALAVRA DE ORDEM DE DITADURA DEMOCRÁTICA?	169
VIII – DO MARXISMO AO PACIFISMO	187
EPÍLOGO.....	199
QUE É, AFINAL, A REVOLUÇÃO PERMANENTE? (TESES)	205
POSFÁCIO – A REVOLUÇÃO PERMANENTE	213

TROTSKISMO¹

Herminio Sacchetta

Cidadãos, companheiros:

Cabe-me a honra de ocupar hoje a atenção deste auditório no Curso de Doutrinas Políticas organizado pelo incansável pugilo de moços que vêm, à frente da Universidade Popular Presidente Roosevelt e dentro das possibilidades que a iniciativa particular permite, contribuindo para a elevação do nível de cultura de nosso povo.

A bem dizer, não caberia à minha tendência ocupar a atenção dos presentes não fora o fato de classificarmos sob a epígrafe de trotskismo o conjunto de ideias de Marx, Engels e Lenin defendidas sem quartel por Leon Trotsky.

¹ Aula proferida em 1946 no curso de “Doutrinas Políticas da Universidade Popular Presidente Roosevelt” (iniciativa do Centro de Cultura Social). Publicado no livro *O Caldeirão das Bruxas e outros escritos políticos*. Herminio Sacchetta, p. 83-103. Transcrição: Bárbara Linares e Alexandre Linares.

Se, por vezes, ver-me-ei compelido a fazer referências a nomes da história de nossos dias, transcendendo, desse modo, a norma até aqui observada quase que sem discrepância pelos nobres conferencistas que me precederam, tal fato deve ser atribuído mais à natureza da palestra que a qualquer intenção de fazer do tema motivos para obra de proselitismo político ou invectivas contra pessoas. Na verdade, em sua essência, tudo quando direi girará em torno de dois polos: Trotsky e Stalin, ambos figuras agora incorporadas à história contemporânea. Não obstante, limitar-me-ei à exposição de ideias mais do que de fatos, seja pelo desejo de não acirrar paixões partidárias, seja, sobretudo, para me enquadrar no espírito deste curso. Nem mesmo os fantasmagóricos processos de Moscou, cuja lembrança serve de teste à capacidade de controle de nervos de um trotskista, serão submetidos a exame.

Quero, pois, de início, acentuar que o trotskismo não constitui uma doutrina política. Nem mesmo a teoria da revolução permanente, que ganhou seus contornos definitivos graças à enorme contribuição que lhe proporcionou o criador do Exército Vermelho, pode lhe ser atribuída como uma concepção inteiramente original.

De fato, foi em torno dessa teoria que se travaram quase todos os choques ideológicos no plano do movimento comunista, sobretudo de 1923 a esta parte. Todavia, bem antes de Leon Trotsky apresentar suas ideias a respeito da revolução ininterrupta, os dois gigantes fundadores do socialismo científico – Marx e Engels – já a haviam esboçado em livros e manifestos sobre as revoluções da primeira metade do século 19.

O ano de 1848 marca a linha divisória entre duas fases distintas do desenvolvimento do capitalismo. Antes desse tumultuoso ano, as revoluções que se verificaram na Europa eram inteiramente burguesas. A revolução francesa de 1848 trouxe, pela primeira vez, alguma coisa de absolutamente novo na história: o aparecimento na sociedade do proletariado como força política independente. O *Ma-*

nifesto Comunista, documento básico da bibliografia marxista, surge, e não sem motivo, contemporaneamente a esses acontecimentos.

Com o objetivo de determinar não apenas as leis gerais da revolução, mas também o itinerário possível da revolução que se aproximava, Marx estudou apuradamente o ritmo da Revolução Francesa de 1789. Observou assim que na grande revolução a burguesia havia assumido a direção dos artesãos, dos comerciantes oprimidos e dos servos camponeses. Notou, contudo, o genial fundador do socialismo científico que, para que a revolução adquirisse impulso e para que os elementos pequeno-burgueses de esquerda – os jacobinos – dominassem e conduzissem os movimentos para a frente, três anos tumultuosos haviam se tornado necessários. Após esses três anos, uma seção dos jacobinos, os Montanheses, a ala esquerda dos democratas, logrou tomar a direção do *sans-culotte* semiproletários e levá-los à destruição do feudalismo. Estava, assim, franqueado o caminho para o capitalismo. Essas forças democráticas urbanas, que haviam ultrapassado as corporações, traziam em si o embrião das duas futuras classes: a burguesia e o proletariado, ou melhor, capitalistas e proletários. Essa é a razão porque coube à burguesia, que se apoiava no conjunto das forças nacionais, colocar-se à frente da nação unida. A tendência hebertista, que representava o extremismo daqueles tempos, não logrou êxito nos seus objetivos: as forças de produção sob as quais seus ideais comunistas podiam apoiar-se ainda estavam por desenvolver-se. A revolução francesa resultou, assim, na ditadura da burguesia apoiada pelos artesãos e camponeses.

Para Marx e Engels, a classe imediata a chegar ao poder deveria ser a pequena burguesia. Para atingirem essa conclusão, os dois fundadores do socialismo se baseavam no exame das forças sociais em ação na grande Revolução Francesa e, posteriormente, nos acontecimentos de 1848 em Paris.

Que posição deveria assumir o proletariado em relação a essa pequena burguesia que trazia a incumbência histórica de uma nova

revolução? Marx dividiu a questão em três períodos: aquele em que as classes médias mais baixas ainda são postas de lado; a sua luta revolucionária pelo poder; o movimento em que assumem o poder. Como veremos, para Marx não havia dúvida de que essa seria uma fase necessária na revolução.

Marx havia observado, do exame das revoluções anteriores, que estas pareciam elevar ao poder, cada um por sua vez, para então esgotá-lo, vários setores das classes oprimidas. Essa é a razão que o levou a estudar a estrutura de classes da sociedade e a analisar o conteúdo político de cada classe em particular. Assim, notou Marx a diferença existente entre a França e a Alemanha. A revolução de 1830 corrigira a reação de 1815 na França; uma vez mais a grande burguesia desalojara do poder a aristocracia fundiária. Na França, já agora a cena política era tomada pela pequena burguesia e pelo proletariado, pois esse último se tornara uma força real na sociedade, com o crescimento do capitalismo. Na Alemanha, o desenvolvimento social e político da grande burguesia estavam muito atrás do grau alcançado tanto pela França quanto pela Inglaterra. Naquele país, deveriam ser as camadas superiores da burguesia que chegariam ao poder em primeiro lugar. Contudo, quando esse setor de classe capitalista chegou ao poder, não pôde sustentar as suas posições, contra os elementos feudais vencidos, sem a ajuda dos partidos populares mais avançados. Mas a burguesia liberal temia igualmente o impulso revolucionário das camadas populares. Para limitar essa torrente ameaçadora, a burguesia liberal só poderia contar com a nobreza feudal que ela mesma desejava pôr abaixo. A esse respeito, escreve Engels:

O ministério da burguesia liberal só dispunha de uma paragem, de onde, segundo o rumo que as circunstâncias tomassem, o país se dirigiria ou para a etapa mais avançada do republicanismo unitário, ou para o velho regime burocrático e clérico-feudal.

Essas são as razões que levaram Marx e Engels à conclusão de que cabia agora à pequena burguesia ocupar o primeiro plano

na história. Não obstante, todas as suas limitações, hesitações e covardia política eram previstas. Afirma Marx:

A pequena burguesia democrática, que está longe de querer revolucionar toda a sociedade para o proletariado, luta por uma mudança nas condições sociais mediante a qual a sociedade presente se torne tão suportável e confortável quanto possível para ela.

No primeiro *Manifesto do comitê central da Liga Comunista*, sob a direção de Marx e Engels, é denunciado o papel traidor da grande burguesia, mas igualmente se adverte que a pequena burguesia agirá da mesma maneira quando lograr atingir o poder. Para intimidar a grande burguesia e levá-la a fazer concessões, o partido democrático pequeno-burguês se denominava “socialista” e “vermelho”. Com isso, a pequena burguesia procurava conquistar o apoio das massas trabalhadoras tentando subornar os operários com uma pequena melhora. Uma vez no poder, advertiam os fundadores do marxismo, a pequena burguesia repetiria o comportamento dos grandes capitalistas.

Compreende-se que, nos conflitos sangrentos que se aproximavam, como em todos os anteriores, serão, principalmente, os operários os fatores da vitória, pela sua coragem, decisão e autossacrifício... e, assim que a vitória for decidida, eles (a pequena burguesia) procurarão fazê-la sua, procurarão apaziguar os trabalhadores, intimidando-os a voltar ao trabalho a fim de evitar pretensos excessos; e, então, farão por arrancar dos operários os frutos de seu triunfo. Não está nas possibilidades dos trabalhadores evitar esse comportamento da pequena burguesia; mas podem dificultar, por todos os meios, que utilizem o seu poder contra o proletariado armado, ditando-lhe tais condições que o domínio dos democratas burgueses levará de antemão, dentro de si, os germes de sua própria destruição. Assim, mais tarde, a derrota destes, por parte do proletariado, será consideravelmente mais fácil.

São estas ainda, palavras de Marx e Engels.

Que atitude política deveriam assumir os operários sob o domínio das classes médias mais baixas? Ouçamos o que recomendava a Liga Comunista:

Embora a pequena burguesia democrática deseje liquidar a revolução tão depressa quanto possível... é do nosso interesse e é nossa tarefa tornar a revolução permanente até que as classes possuidoras estejam mais ou menos despojadas, o poder governamental nas mãos do proletariado, e a associação dos operários realizada não apenas em um país, mas em todo os países do mundo... para nós, a questão não pode ser uma simples mudança de forma da propriedade privada, mas a sua destruição como instituição; não o apaziguamento do antagonismo de classe, mas a abolição de todas as classes, não o melhoramento da sociedade atual, mas a fundação de uma nova sociedade.

A fim de impelir para a frente a revolução com esses objetivos, o proletariado deveria criar, no período imediato, a dualidade de poderes com o governo “legal”.

Deve simultaneamente erigir o seu governo operário revolucionário, sólido em face do novo governo oficial se tiver a forma de comitês executivos, de conselhos de comunidade, de clubes operários ou comitês operários, de maneira tal que o poder democrático burguês não apenas perderá sua atuação direta sobre os trabalhadores, mas ainda se verá sob a fiscalização e sob a ameaça de uma autoridade que terá atrás de si as massas oprimidas. Numa palavra: desde o primeiro momento da vitória, a desconfiança dos operários já não deve ser dirigida contra o partido reacionário derrotado, mas contra os seus aliados recentes, os democratas pequeno-burgueses, que desejam explorar o triunfo comum apenas em seu benefício.

Esse famoso manifesto aos operários acentua a natureza internacional da revolução:

Mesmo que os trabalhadores alemães não possam atingir o poder e consolidar os seus interesses de classe, terão a certeza, então, de que o primeiro ato do drama revolucionário próximo ocorrerá simultaneamente com a vitória direta de sua própria classe na França e deverão estar vigilantes para isso. Mas deverão realizar por si mesmos a maior parte de sua vitória final, através de esclarecimentos quanto aos seus próprios interesses, imprimindo impulso ao seu partido independente tão cedo quanto possível, e não permitindo que essa organização independente do proletariado vá ao arrastão das frases

hipócritas lançadas pela pequena burguesia democrática. Seu grito de guerra deve invariavelmente ser a “Revolução Permanente”.

Essa análise de Marx e Engels resultou perfeitamente justa, de um modo geral, muito embora os dois fundadores do socialismo científico reconhecessem que tenham sido muito otimistas quanto aos acontecimentos de 1848, ambos haviam admitido a ascensão ao poder das classes médias mais baixas apoiadas pelos camponeses oprimidos. A maioria desses camponeses constituía-se de pequenos proprietários, arrendatários e jornaleiros agrícolas. Embora vivessem muito isolados para desenvolver uma ação independente, poderiam ser, contudo, o esteio da pequena burguesia urbana. Marx denominou o governo que daí resultasse a “ditadura democrática da pequena burguesia apoiada pelos camponeses”. Os acontecimentos, todavia, não confirmaram, como já vimos, esses prognósticos. Encerrada a revolução, Marx se pôs a reexaminar cuidadosamente sua análise, concluindo que a pequena burguesia não podia estabelecer um regime próprio. Uma vez no poder a burguesia, a revolução seguinte só poderia ser do proletariado. Mas o proletariado, a seu turno, só alcançaria êxito se arrastasse atrás de si as massas oprimidas de toda a nação, inclusive os camponeses. A esse respeito, Marx escreveu a Engels em 1856:

Na Alemanha, a questão toda reside nas possibilidades de se apoiar a revolução proletária com uma espécie de segunda edição da guerra dos camponeses.

Essa segunda revolução deveria desembocar na ditadura democrática do proletariado apoiado pelos camponeses.

A teoria da revolução permanente deriva, como vimos, da análise das revoluções de 1848 feita por Marx. O exame dos acontecimentos revolucionários de 1905, na Rússia, fez com que Trotsky estudasse e aprofundasse os ensinamentos deixados por Marx e Engels sobre a revolução de 1848, na Alemanha, e desse maior ênfase ainda à teoria da revolução permanente que ele já havia esboçado antes da primeira Revolução Russa. A Alemanha

apresentava certos pontos de semelhança e certas dessemelhanças importantes com o império tsarista. Marx fora, primitivamente, como vimos, de opinião que a pequena burguesia poderia criar um regime próprio antes da tomada do poder pelo proletariado. Na Rússia, os camponeses tinham um partido que representava seus interesses: os socialistas revolucionários. Lenin estabelecera o fato de que o proletariado poderia conquistar logo o poder na Rússia. O problema, pois, seria de se saber quais as relações a serem estabelecidas entre a classe operária e os camponeses. O chefe do Partido Bolchevique não excluía a possibilidade de ser, o novo regime, primeiro uma coligação dos dois partidos, o do proletariado e o dos camponeses. Essa convicção de Lenin repousava no fato de que o campesinato constituía a maioria absoluta da população russa. Daí a razão por que adotou a fórmula de Marx, ditadura democrática do proletariado e dos camponeses. Trotsky, por sua vez, baseando-se nas apreciações dos fatos revolucionários de 1848 feitas por Marx e Engels, apresentava sua fórmula de ditadura do proletariado apoiada nos camponeses. A polêmica que então se travou entre esses dois titãs do movimento operário girou toda ela sobre a possibilidade de independência e sobre o grau dessa independência do campesinato durante a revolução e, em particular, sobre a possibilidade de um partido camponês independente. A diferença entre o ponto de vista “permanente” de Trotsky e o de Lenin consistia na oposição entre a palavra de ordem da ditadura do proletariado apoiado pelos camponeses e ditadura democrática do proletariado e dos camponeses. Não discutiram os dois chefes principais da Revolução de Outubro, como se vem afirmando desde a morte de Lenin – sobre a possibilidade de saltar por cima da etapa democrático-burguesa, ou sobre a necessidade de união dos operários e dos camponeses; a discussão girou em torno do mecanismo político da colaboração do proletariado e dos camponeses na revolução democrática da preparação em que as duas classes participariam do governo revo-

lucionário, em torno do programa dessa colaboração, das formas dos partidos e seus métodos políticos. Na medida em que deixava suspensa a questão do mecanismo político da união dos operários e camponeses, afirma Trotsky, a fórmula da ditadura democrática continuava a ser uma fórmula algébrica que permitia a previsão de futuras interpretações políticas muito diversas.

A pretensa oposição entre revolução permanente e a orientação leninista para a “união com o camponês” surgiu em 1923, isto é, após a morte de Lenin, ao iniciar-se a reação política e social dentro do partido comunista russo. Essa oposição patenteava a repulsa orgânica do funcionário e do proprietário pela revolução internacional, com as suas comoções permanentes, assim como o desejo de ordem e de tranquilidade da burocracia estatal e dos remanescentes das forças capitalistas internas. A campanha contra a revolução permanente serviu, apenas, para abrir caminho à teoria do socialismo num só país, isto é, do socialismo nacional. Para que possamos melhor compreender os acontecimentos que sobrevirão, não afastemos da mente o atraso sofrido pela revolução nos países da Europa ocidental, a grande retirada da NEP sobre cujos perigos Lenin advertia o partido, isto é, a adoção, em 1921, de medidas econômicas que permitiam certa coexistência entre elementos capitalistas e elementos socialistas no plano da produção.

Ouçamos como Lenin se refere à teoria da revolução permanente de Trotsky:

Antes da revolução de 1905, Trotsky formulou uma teoria original e particularmente significativa hoje, a teoria da revolução permanente, segundo a qual a revolução burguesa de 1905 se transformaria diretamente numa revolução socialista que seria a primeira na série das revoluções nacionais (Lenin, *Obras completas*, vol. XIV).

Isso foi escrito por Lenin após fevereiro de 1917, quando a dinâmica da revolução já havia lançado ao campo da burguesia os mencheviques e os socialistas revolucionários que prestigiaram o

governo provisório burguês, que se recusara a atender às reivindicações dos camponeses. Lenin, já então, havia abandonado sua primitiva fórmula de ditadura democrática dos operários e camponeses para adotar a de ditadura do proletariado apoiada pelos camponeses, proposta por Trotsky após a revolução de 1905. Na sua capacidade genial de apreender o rumo dos acontecimentos, o líder bolchevique, em abril de 1917, julgou indispensável combater aqueles que ainda se aferravam à sua velha fórmula. Em suas famosas “teses” travando luta com a ala do Partido Bolchevique, na qual figuravam entre outros Stalin, Kamenev e Zinoviev, Lenin escreveu:

Todo aquele que atualmente fala de ditadura democrático-revolucionária do proletariado e do campesinato está na rabeira do momento e, portanto, na prática, ao lado da pequena burguesia e contra a luta de classes do proletariado; um indivíduo assim pode ser colocado no arquivo dos “bolcheviques” (a que se deve dar o nome de arquivo dos “velhos bolcheviques”).

Mais do que apenas significativa, a referência de Lenin à teoria da revolução permanente do criador do Exército Vermelho e à posição assumida pelo titânico chefe da revolução bolchevique após abril de 1917 bastaria para pulverizar todas as falsas acusações levantadas contra Trotsky sobre seu pretense desprezo ao campesinato como força revolucionária. Permitam-me que eu cite uma passagem do livro *1905*, de Leon Trotsky, a respeito dessa segunda questão:

É mais do que evidente que o proletariado cumpre sua missão apoiando-se, como o fez outrora a burguesia, no campesinato e na pequena burguesia. O proletariado dirige o campo, incorporando-o ao movimento, interessado no êxito de seus planos, mas é sempre ele o chefe. Não é a ditadura do proletariado e dos camponeses; é, sim, a ditadura do proletariado apoiado nos camponeses.

E noutra passagem – esta referente ao caráter da revolução russa que, segundo Stalin, Trotsky não compreendera:

Nossa revolução é burguesa quanto às tarefas imediatas que lhe deram origem, mas, em virtude da extrema diferenciação de classe da

população industrial, não possuímos uma classe burguesa capaz de se colocar à frente das massas populares e unir a sua força social à sua energia revolucionária. As massas operárias e camponesas, oprimidas e abandonadas à sua própria sorte, são obrigadas a forjar os elementos preliminares, políticos e de organização necessários à sua vitória, na dura escola dos conflitos implacáveis e das derrotas cruéis. Não lhes resta outro caminho.

Para justificar a sua teoria do socialismo num só país, que começara a elaborar em 1924, sob a pressão das camadas pequeno-burguesas da cidade e do campo, dos *kulak* (camponeses ricos) e dos elementos conservadores da burocracia governamental que se reforçaram sensivelmente na base da NEP, Stalin acusava o trotskismo de “desconfiança” nas forças internas da revolução, baseando-se na seguinte afirmação de Trotsky:

E se isso (a extensão da revolução a outros países) não se produzir, não haverá nenhuma esperança (como o provam a experiência da história e as condições teóricas) de que uma Rússia revolucionária possa resistir a uma Europa conservadora ou de que uma Alemanha socialista possa subsistir isolada no mundo capitalista (Trotsky, 1917).

Stalin declarava que afirmativas dessa ordem feitas por Trotsky “nada tinham de comum com o leninismo”. Ouçamos, pois, o próprio Lenin.

Em 7 de março de 1918, afirmava o grande continuador de Marx, a propósito da paz de Brest-Litovsk:

É uma lição, pois não cabe nenhuma dúvida de que sem a revolução alemã pereceremos (Lenin, *Obras completas*, vol. XV).

E dias depois:

O imperialismo universal e a marcha triunfal da revolução social não podem coexistir (Lenin, *Obras completas*, vol. XV).

Algumas semanas mais tarde:

O fato de sermos retardatários nos impeliu para a frente, mas pereceremos se não soubermos resistir até o momento em que encontrarmos o apoio dos operários insurretos dos outros países (Lenin, *idem*).

Um ano após ainda insiste, depois de passada a crise de Brest-Litovsk:

Vivemos não em um Estado, mas num sistema de Estados. Não se pode conceber que uma república soviética exista durante longo período de tempo ao lado de Estados imperialistas. No final das contas, aquela ou estes vencerá (Lenin, *Obras completas*, vol. XVI).

Em abril de 1920, mais de uma vez adverte:

O capitalismo, considerado em seu conjunto mundial, continua sendo mais forte que o poder dos soviets, não apenas militarmente mas também no plano econômico. É preciso partir dessa consideração fundamental e não esquecê-la jamais (Lenin, *Obras completas*, vol. XVII).

Permita-me a assistência que eu recorra ainda a mais algumas citações do fundador do primeiro Estado soviético, pois delas ressaltará, com toda evidência, o sentido internacionalista que Lenin dava à revolução russa, em contraposição às concepções de socialismo nacional que lhe foi impressa por aqueles que assumiram o poder após a morte do primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo.

Em 27 de novembro de 1920, afirmava Lenin a propósito do problema das concessões:

Passamos agora da guerra à paz, porém não nos esqueçamos de que a guerra voltará novamente. Enquanto subsistirem o capitalismo e o socialismo, não poderemos viver tranquilamente; no final das contas, um ou outro vencerá. Cantar-se-á o réquiem, seja da república dos soviets, seja do capitalismo mundial. A situação presente é apenas de adiamento de guerra (Lenin, *Obras completas*, vol. XVII).

O sentido dessas palavras, tanto quanto naquele tempo, se ajusta às condições do presente. Mas prossigamos em nossas citações. No III Congresso da extinta Internacional Comunista, já em julho de 1921, insistia ainda o chefe da Revolução de Outubro:

Foi criado um equilíbrio sumamente frágil, sumamente instável; um equilíbrio tal que a república socialista pode existir, posto que não por muito tempo, certamente, rodeada de países capitalistas (“Teses sobre a tática do Partido Comunista Russo”).

Nesse mesmo congresso, Lenin afirmava também:

Tornava-se evidente para nós que, sem o auxílio da revolução mundial, era impossível o triunfo de nossa revolução proletária. Tanto antes quanto depois da revolução, pensávamos: imediatamente, ou, pelo menos, em muito pouco tempo, produzir-se-á uma revolução nos países retardatários, ou nos que estão mais desenvolvidos do ponto de vista capitalista; em caso contrário, teremos que perecer. Embora tivéssemos consciência disso, fizemos sempre o possível para conservar a todo custo o sistema soviético, pois sabemos que trabalhamos não unicamente para nós mesmos, mas para a revolução internacional (Lenin, *Obras completas*, vol. XVIII).

Perguntamos nós agora: onde há diferença de conteúdo entre essas afirmativas de Lenin e as feitas por Trotsky em 1915, de que a Rússia revolucionária ou a Alemanha socialista não poderia subsistir isolada no mundo capitalista?

É que para ambos, chefes imortais do proletariado, o marxismo procedia da economia mundial, considerada não como simples adição de suas unidades nacionais, mas uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais. Para todo marxista, é questão pacífica o fato de que as forças produtivas da sociedade capitalista já ultrapassaram, há muito tempo, as fronteiras nacionais. As duas guerras imperialistas sofridas por nossa geração não foram senão eloquentes manifestações desse fato. A sociedade socialista deve representar, do ponto de vista da produção e da técnica, um estágio mais elevado que o capitalismo: pretender construir a sociedade socialista num só país significa que, a despeito de triunfos, fazemos as forças produtivas recuarem em relação ao capitalismo. É uma utopia reacionária – afirma Trotsky – querer criar no quadro nacional um sistema harmonioso e suficiente, composto de todos os ramos econômicos, sem ter em conta as condições geográficas, históricas e culturais do país que faz parte da unidade mundial. Os traços específicos da economia nacional, por mais importantes que sejam, constituem,

em escala crescente, os elementos de uma unidade mais alta que se chama economia mundial e que serve, afinal de contas, de base ao internacionalismo dos partidos comunistas revolucionários.

Em nossa época, que é a do imperialismo, isto é, da economia e da política mundiais dirigidas pelo capital financeiro, não há um só partido marxista que possa estabelecer seu programa tomando só, ou principalmente, como ponto de partida as condições ou tendências da evolução de determinado país.

No dia 4 de agosto de 1914, os sinos dobraram a finados pelos programas nacionais. Na época atual, só se deve e se pode deduzir o sentido em que se dirige o proletariado, do ponto de vista nacional, da direção seguida no domínio internacional e não o contrário. Aqui reside a diferença fundamental que separa, no ponto de partida, o internacionalismo comunista das diversas variedades do socialismo nacional.

Stalin declarou na VII Reunião Plenária do Comitê Executivo da extinta Internacional Comunista: “a questão da organização da economia socialista em um só país já foi colocada no partido, pela primeira vez, por Lenin, em 1915”. Dessa forma, admite que a questão do socialismo num só país não havia sido formulada antes de 1915. O que declarou, porém, Lenin, “pela primeira vez” em 1915, contradizendo o que Marx e Engels haviam dito e o que ele mesmo vinha afirmando até esse ano? Em 1915, Lenin escreveu:

A desigualdade da evolução econômico-política é uma lei absoluta do capitalismo. Disso resulta que o triunfo do socialismo é possível primeiro em alguns países pouco numerosos, e inclusive num só país considerado isoladamente. O proletariado triunfante em um país, depois de haver expropriado os capitalistas e organizado a produção socialista, se levantará contra o resto do mundo burguês, atrairá a si as classes oprimidas dos outros países, sublevando-as contra os opressores e mesmo intervindo, em caso de necessidade, pela força militar contra as classes exploradoras e seus Estados (Lenin, *Obras completas*, vol. XIII, artigo “Social-democracia”, 23 de agosto de 1915).

Ressalta em toda a sua limpidez a significação dessas palavras de Lenin: o triunfo do socialismo, no sentido do estabelecimento da ditadura do proletariado, é possível em primeiro lugar em um só país, que se encontrará assim em oposição ao mundo capitalista. O Estado proletário – para repelir os assaltos do inimigo e passar à ofensiva revolucionária – deverá previamente organizar a produção socialista, isto é, dirigir ele mesmo o trabalho nas fábricas arrebatadas aos exploradores. Lenin entendia, pois, por triunfo do socialismo num só país, não, como o fazem hoje os discípulos de Stalin, uma sociedade socialista que tivesse por finalidade sua própria existência, sobretudo em um país atrasado, mas algo muito mais dinâmico, algo de muito maior amplitude, isto é, um Estado em mãos do proletariado para servir de alvião na obra de derrocamento do mundo capitalista.

Lenin não fez mais do que ampliar e concretizar a maneira como Marx colocou a questão e a solução que lhe deu. Já em passagem anterior, vimos como o fundador do socialismo científico denunciava o caráter internacionalista da revolução alemã de 1848. Permitimo-nos ainda outra citação de Karl Marx, desta vez sobre a revolução de julho, na França, em 1848:

Da mesma forma como acreditavam poder emancipar-se ao lado da burguesia, os trabalhadores acreditavam, igualmente, que lhes seria possível levar a cabo uma revolução proletária dentro das fronteiras nacionais da França, continuando as demais nações sob regime burguês. Porém, as relações francesas de produção estão condicionadas pelo comércio exterior da França, por sua posição no mercado mundial e pelas leis que regem esse mercado; como a França pode romper essas leis sem uma guerra revolucionária europeia, que repercutisse sobre o tirano do mercado mundial, sobre a Inglaterra? (K. Marx, *As lutas de classes na França*).

Observemos preliminarmente que Marx submetia a exame acontecimentos revolucionários da primeira metade do século 19. Não está claro, entretanto, que o criador do socialismo científico, bem antes da época do capital financeiro, ou melhor, de uma uni-

dade mais orgânica das relações de produção mundial, via já com pleno sentido internacionalista a natureza de qualquer revolução nacional daquele século?

Mais ainda do que nos tempos pré-imperialistas de Marx, nos tempos presentes do imperialismo, este une com muito mais rapidez e profundidade, em um só, os diversos grupos nacionais e continentais; cria entre eles uma dependência vital das mais íntimas, aproxima seus métodos econômicos, suas formas sociais e seus níveis de evolução. Ao mesmo tempo, persegue esse fim, que é seu, por processos tão antagônicos, dando tais saltos, efetuando tais *vazzias* nos países e regiões atrasados, que ele mesmo perturba a unificação e a nivelção da economia mundial com violências e convulsões que as épocas precedentes não conheceram. Só essa concepção dialética e não abstrata e mecânica da lei da evolução desigual permite evitar erro. Já durante a época pré-imperialista, Marx e Engels haviam chegado à conclusão de que, de uma parte, a irregularidade, isto é, os abalos da evolução histórica estenderão a revolução proletária a toda uma época, durante a qual as nações entrarão umas após outras, na torrente revolucionária; porém, de outra parte, a interdependência orgânica dos diversos países, que se desenvolveu até o ponto de converter-se em divisão internacional do trabalho, exclui a possibilidade de estabelecer-se o regime socialista em um só país; por conseguinte, com mais razão agora, no curso da nova época, quando o imperialismo estendeu e aprofundou essas duas tendências antagônicas, a doutrina de Marx, que ensina que só se pode começar, mas em caso algum acabar a revolução socialista nos limites de uma nação, é duas e três vezes mais verdadeira ainda. É assim que Trotsky, tanto quanto Lenin, entendia o caráter das revoluções em nossos tempos.

Já vimos quais os fatores que engendraram, ou melhor, que deram configuração completa à teoria do socialismo num só país, de Stalin, a qual, contrariamente à da revolução permanente que procede de Marx, encontra seu precursor em George Vollmar,

socialista reformista alemão dos fins do século 19. Plasmada entre 1924 e 1927, a teoria do socialismo num só país promanava em primeiro lugar do retardamento da revolução mundial, em consequência de uma série de derrotas sofridas pelo proletariado, seja pela inexistência de partidos comunistas, seja pela imaturidade dos que surgiram, seja pelos primeiros graves erros da direção stalinista da Internacional Comunista. O esmagamento da insurreição búlgara de 1923, a derrota do proletariado alemão no mesmo ano, esta decorrente de desvios oportunistas de direita, o esmagamento da insurreição estoniana de 1924, a liquidação vergonhosa da greve geral inglesa em 1926, o monstruoso desastre da revolução chinesa em 1927, todas essas catástrofes ligadas à estabilização do capitalismo nesse período proporcionaram certa base aos que dirigem a Rússia para apresentarem sua teoria do socialismo num só país. A todos esses fatores indicados deve-se acrescentar mais um e não de menor importância: a fadiga do heroico proletariado soviético após tantos anos de esforço e de guerra civil.

Não é permitido reduzir a uma simples querela entre dois indivíduos a questão da revolução permanente ou do socialismo num só país. É um problema que transcende os homens para encontrar suas origens nas forças vivas da dialética da luta de classes. Nem se deve reduzir a um caso de derrota pessoal – como fazem certos pequeno-burgueses – o fato de Leon Trotsky e a então Oposição de Esquerda terem sido banidos do cenário político soviético e mais tarde quase toda ela aniquilada fisicamente.

O achincalhe da revolução permanente, isto é, da revolução mundial, o abandono de uma política corajosa de coletivização e industrialização, o apoio ao *kulak* (camponês rico), a união com a burguesia nacionalista nas colônias e com os socialimperialistas nas metrópoles, tal é, afirma Leon Trotsky, o sentido político do bloco centrista da burocracia com as forças de Termidor. Apoiando-se na pequena burguesia insolente e fortificada e na burocracia burguesa, explorando a passividade do proletariado desorientado, fatigado,

e a derrota da revolução no mundo inteiro, o aparelho centrista, em poucos anos, destruiu a ala esquerda revolucionária do partido bolchevique.

Não posso fugir ao dever imperioso de citar mais uma vez Lenin. Numa antevisão genial do que poderia ocorrer em caso de limitação da revolução russa às fronteiras nacionais, em carta dirigida aos operários suíços escreve:

A Rússia é um país camponês, um dos países mais atrasados da Europa. O socialismo não pode triunfar nela diretamente, prontamente. Porém, o caráter camponês do país, dadas as imensas propriedades agrárias dos latifundiários da nobreza, pode, como o prova a experiência de 1905, dar à revolução burguesa e democrática uma extensão imensa; pode fazer da nossa o prólogo da revolução socialista mundial, uma etapa no seu caminho... O proletariado russo não pode, por suas próprias forças, acabar vitoriosamente a revolução socialista. Porém, pode dar à sua revolução tal extensão, que criará as melhores condições para revolução socialista, e a iniciará, de certo modo. Pode tornar a situação mais favorável, para que entre nas batalhas decisivas seu colaborador principal e mais seguro, o proletariado socialista europeu e americano (*Obras completas*, vol. XIV).

Essas palavras foram escritas por Lenin depois da Revolução de Fevereiro e conseqüentemente antes, imediatamente antes de seu embarque para a Rússia e da tomada do poder pelos bolcheviques. Decorreram, desde aí, quase 30 anos. Em nenhum país do mundo, o proletariado conseguiu instaurar seu poder de classe. Torna-se evidente que devem ser procuradas as causas desse terrível colapso da revolução internacional iniciada em 1917 no país dos soviets.

A partir de 1923, quando já em seu leito de morte jazia o genial estrategista proletário que se chamou Vladimir Ilitch Ulianov, conhecido no mundo todo pelo pseudônimo de Lenin, até sua dissolução formal em 1943, a Internacional Comunista não registrou senão derrotas: na Alemanha, na Bulgária e na

Estônia, na Inglaterra e na China, na França e na Espanha. Em outros países, sem terem sido tão trágicos, os fracassos não foram menos dolorosos. Segundo o trotskismo, as causas de todos esses espantosos desastres devem ser procuradas na teoria do socialismo num só país, que se tornou um manancial de nefastos erros social-patriotas inevitáveis. Deles, cumpre ressaltar a hecatombe da Revolução Chinesa de 1925 a 1927 e, sobretudo, a espantosa capitulação do Partido Comunista da Alemanha que entrega sem resistência suas posições às hordas sanguinárias de camisas-pardas encabeçadas por Hitler.

Nenhum instrumento mais poderoso para análise dos fatos sociais que o materialismo histórico, sociologia da revolução. A explicação dos acontecimentos referidos só pode ser encontrada com o recurso desse método.

Conquanto tenha partido de outras bases e de outras tradições históricas, a política dos que sucedem a Lenin, e sobretudo, de Stalin, constitui uma variedade do centrismo. Como este, que pelas suas expressões mais características, tentou traçar uma diagonal entre o bolchevismo e a social-democracia, a política da extinta Internacional Comunista formou, até 1943, uma linha de ziguezagues empíricos entre Marx e Vollmar, entre Lenin e Chiang Kai-shek, entre o bolchevismo e o socialismo nacional. Esse centrismo teria sido liquidado politicamente muito antes da monstruosa capitulação perante Hitler se não se apoiasse nos recursos materiais e nas tradições ideológicas de um Estado saído da Revolução de Outubro.

Da série de erros há pouco referidos, todos emanados da teoria do socialismo num só país com suas decorrências de colaboração com a burguesia, cabe destacar um dos mais honestos: a linha tático-estratégica adotada na revolução chinesa de 1925-1927. É particularmente em torno da falsa linha política posta em prática nos acontecimentos chineses que Trotsky recoloca os problemas essenciais da revolução permanente.

A maioria dos militantes proletários dos dias de hoje e – por que não dizer – grande parte dos intelectuais voltados para o estudo do marxismo, para o estudo da teoria da revolução permanente, não conhecem mais do que a deformação caricatural que dela fazem os seguidores de Stalin. Permitam-me, pois, que eu assinale dois traços essenciais da crítica stalinista a essa teoria: segundo essa crítica, Trotsky subestimou o papel do campesinato nas revoluções democrático-burguesas e, em segundo lugar, ao criador do Exército Vermelho se atribuía absoluta incompreensão da necessidade das etapas nas revoluções dos países atrasados, isto é, países coloniais e semicoloniais.

Todo o pensamento escrito deixado por Trotsky sobre a revolução permanente apresenta esta como uma revolução que reúne as massas oprimidas da cidade e do campo em torno do proletariado organizado em soviets, como uma revolução nacional que faz o proletariado subir ao poder e, por isso mesmo, abre a possibilidade de um transcrescimento da revolução democrática em revolução socialista. A revolução permanente não é um salto do proletariado isolado, mas a transformação de toda a nação sob a direção do proletariado. Dessa maneira é que, desde 1905, Trotsky concebia e interpretava as perspectivas da revolução permanente. Escreve Trotsky:

Para os países de desenvolvimento burguês retardatário e, em particular para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacional-libertadoras só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas.

Tanto a questão agrária quanto a questão nacional confere ao campesinato, como enorme maioria da população dos países atrasados, um papel primordial na revolução democrática. Sem a aliança entre o proletário e o campesinato, as tarefas da revolução democrática não podem ser resolvidas, nem mesmo ser colocadas a sério. Essa aliança das duas classes, porém, só

se realizará numa luta implacável contra a influência da burguesia nacional-liberal.

Quaisquer que sejam as primeiras etapas episódicas da revolução nos diferentes países, a aliança revolucionária do proletariado com os camponeses só é concebível sob a direção política da vanguarda proletária organizada como partido comunista, apoiado em sua aliança com os camponeses e destinada, em primeiro lugar, a resolver as tarefas da revolução democrática (Trotsky, “Teses sobre a revolução permanente”).

Onde está pois, em Trotsky, a subestimação do papel do campesinato?

A essência da questão da revolução permanente consiste em que o programa agrário, que constitui a base da revolução burguesa, não pode ser resolvido sob a dominação da burguesia. A ditadura do proletariado aparece como condição preliminar na revolução agrária e democrática e não depois dessa revolução. Tanto a questão agrária quanto os demais problemas pendentes de que a burguesia deu testemunho histórico de sua incapacidade para resolvê-los, serão levados a cabo pelo proletariado através de sua ditadura de classe apoiada nas amplas massas camponesas. Estas, até aqui, não têm feito senão seguir ora o burguês, ora o proletariado. Sua incapacidade manifesta de assumir um papel independente foi comprovada através da experiência fecundíssima das revoluções do século 19 e através da Revolução Russa, padrão do tipo de revoluções do mundo capitalista em sua fase de imperialismo. Na revolução russa, os socialistas revolucionários, que se haviam tornado maioria esmagadora no campesinato, se uniram aos imperialistas da Entente e tomaram parte na luta armada contra o proletariado.

Ouçamos ainda uma vez Lenin:

Toda a economia política, toda a história da revolução, toda a história do desenvolvimento político do século 19 nos ensinam que o camponês não fez outra coisa senão seguir o burguês ou o operário. Se ignorais a razão desse fato – é um conselho que dou aos que não o compreendem –, examinai o desenvolvimento de uma das grandes revoluções do século 18 ou do século

19, ou a história política de alguns países do século 19 e teréis a resposta. A economia da sociedade capitalista é tal que pode ser força dominante ou o capital, ou o proletariado que o derroca. Não há outras forças na economia dessa sociedade (*Obras completas*, vol. XVI).

Nessas afirmativas de Lenin não estão em causa a Inglaterra ou a Alemanha contemporâneas. O fundador do Estado Soviético, baseando-se nas lições de qualquer das revoluções do século 18 ou 19, isto é, das revoluções burguesas dos países atrasados, chega à conclusão de que só é possível ou a ditadura da burguesia ou a ditadura do proletariado. Nenhuma ditadura intermediária ou “democrática” seria viável.

A esse respeito, relembremos o que nos ensina Engels:

O que é evidente e se deduz igualmente da história de todos os países modernos é que a população agrícola, devido à sua disseminação em uma grande extensão territorial e à dificuldade de se estabelecer um acordo entre uma grande parte dela, jamais pode tentar um movimento independente vitorioso. Necessita de um impulso inicial dos habitantes das cidades mais concentradas, mais cultas, mais fáceis de mobilizar (*Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*, 1851).

Os ensinamentos vivos das lutas sociais mostraram que os partidos pequeno-burgueses de base camponesa podem ter uma aparência de política independente num período de calma histórica, quando só se inscrevem na ordem do dia questões secundárias. Mas logo que a crise revolucionária da sociedade põe em primeiro plano os problemas fundamentais da propriedade, o partido “camponês” pequeno-burguês se converte automaticamente numa arma da burguesia contra o proletariado.

Os teóricos da Internacional Comunista depois de Lenin, antes de entrarem na nova fase da frente popular e união nacional, continuavam a opor a “ditadura democrática” tanto à ditadura da burguesia quanto à do proletariado. Isso, porém, significava que a ditadura democrática deveria ter um conteúdo intermediário, isto é, pequeno-burguês, ou melhor, que à pequena burguesia cabia desempenhar o papel determinante e decisivo. Três revoluções rus-

sas, duas revoluções chinesas já responderam a essa questão: hoje, nas condições de dominação mundial do imperialismo, a pequena burguesia, seja urbana ou rural, é incapaz de desempenhar um papel revolucionário dirigente nos países capitalistas, mesmo quando esses países sejam atrasados e não tenham resolvido ainda suas tarefas democráticas. Isso porque o proletariado, já estando separado da pequena burguesia, se insurge contra a grande burguesia. Por seu turno esta, nos quadros do desenvolvimento capitalista, reduz a pequena burguesia à impotência e coloca o campesinato diante da necessidade de escolher entre a pequena burguesia e o proletariado.

Passemos agora a outra das críticas feitas à teoria da revolução permanente, isto é, que o seu formulador preconizava o “salto” por cima da etapa democrática da revolução.

A teoria da revolução permanente nunca significou para Trotsky a vontade de saltar por cima da etapa democrática da revolução ou de qualquer de suas fases particulares. O criador do Exército Vermelho apresentou os objetivos das etapas da revolução em 1905 de modo inteiramente idêntico ao de Lenin. Lenin, por várias vezes, fez a defesa enérgica das teses de Trotsky sobre a revolução permanente escritas em 1905 e defendeu sempre as resoluções do soviets de deputados operários presididos pelo então jovem Trotsky e das quais em nove casos sobre dez era ainda ele seu autor.

Leiamos uma passagem da famosa carta deixada a Trotsky por Adolfo Joffé, membro do comitê militar revolucionário da insurreição de outubro e da delegação soviética de paz em Brest-Litovsk. Nas vésperas de suicidar-se, compelido pela nova direção do Estado russo, escreveu esse antigo militante do Partido Bolchevique:

Você sempre teve razão politicamente, a partir de 1905. Várias vezes já lhe disse que Lenin me afirmara que, em 1905, não era ele quem estava certo, mas você. Não se mente na presença da morte. Por isso quero reafirmar tal coisa agora.

Se a teoria da revolução permanente nunca significou para Trotsky o salto por cima das etapas, isso não quer dizer, todavia,

que não se podem saltar as etapas. A história contemporânea nos mostra com dois eloquentes exemplos – a insurreição de outubro e a insurreição de Cantão – que o curso vivo dos acontecimentos históricos salta sempre por cima das etapas, que são o resultado de uma análise teórica da revolução considerada em seu conjunto, isto é, em sua amplitude máxima; e nos momentos críticos, exige esse curso o mesmo salto da política revolucionária. Poder-se-ia dizer, segundo afirma Trotsky, que a capacidade de reconhecer e utilizar esses momentos distingue, antes de tudo, o revolucionário do evolucionista vulgar. Há etapas do desenvolvimento histórico que podem tornar-se inevitáveis em certas condições, sem que o sejam do ponto de vista teórico. Por outro lado, a dinâmica da evolução pode reduzir a zero etapas teoricamente “inevitáveis”, sobretudo durante as revoluções. Em abril de 1919, em seu artigo-programa intitulado “A Terceira Internacional e seu lugar na história”, escreveu Lenin:

É provável que não nos enganemos se dissermos que foi justamente... a contradição existente entre o Estado atrasado da Rússia e o seu “salto” por cima da democracia burguesa, para a mais alta forma de democracia, a soviética ou proletária, uma das causas que dificultaram ou retardaram a compreensão do papel dos soviets no Ocidente (*Obras completas*, vol. XVI). Já em polêmica com Kautsky, o mesmo pensamento é expresso por outras palavras:

Tentar levantar artificialmente uma muralha chinesa entre as duas revoluções, separá-las de outra forma que não seja pelo grau de preparação do proletariado e o grau de sua união com a classe pobre das aldeias, é desnaturar o marxismo, aviltá-lo e substituí-lo pelo liberalismo. É querer, reportando-se ao progresso que representa o regime burguês em relação ao feudalismo, fazer obra de reação defendendo esse regime contra o socialismo (*A revolução proletária e o renegado Kautsky*, p. 162).

A exemplo da Revolução de Outubro, igualmente a insurreição de Cantão, malgrado abortícia, por ter sido desencadeada na fase de declínio da vaga revolucionária, elevou ao poder os operários

chineses. De fato, o poder pertencia ao Partido Comunista. O programa do novo poder não compreendia somente o confisco das terras dos grandes proprietários e o controle operário da produção, mas também a nacionalização da grande indústria, dos bancos, dos transportes e, ainda, a confiscação das residências da burguesia e de todos os bens dela em proveito dos trabalhadores. O golpe de Estado revolucionário contra o Kuomintang levou automaticamente à ditadura do proletariado que, desde os seus primeiros passos, viu-se obrigada a aplicar, em virtude da situação em conjunto, medidas mais radicais que as adotadas pelo proletariado russo no início da Revolução de Outubro.

Na revolução atual, o proletariado industrial ocupa o mesmo posto que ocupava, no fim do século 19, a democracia semiproletária dos artesãos e dos *sans-culottes* vindos das corporações de ofício. A política de adaptação à burguesia colonial, à democracia pequeno-burguesa, levou ao fracasso a revolução chinesa. O golpe de Estado de Cantão, que comprova as teses da revolução permanente, foi por sua vez um ato de desespero do centrismo da Internacional.

Das lições de outubro e da insurreição de Cantão, decorre a confirmação de que a única força que desempenha realmente um papel revolucionário na sociedade contemporânea é o proletariado, quer se trate de operários de país “avançado”, quer se trate de operários de país “atrasado”. Na sociedade capitalista, toda verdadeira revolução – especialmente se ocorre num grande país – tende a transformar-se em revolução permanente ou, dito de outra maneira, a não se deter nas etapas conquistadas nem a reduzir-se aos limites nacionais; tende a estender-se e aprofundar-se até a transformação completa da sociedade, à abolição definitiva da instituição de classes e, por conseguinte, a supressão completa e final da própria possibilidade de novas revoluções. Nisso precisamente consiste a concepção marxista da revolução proletária, que se distingue da revolução burguesa, que é limitada tanto por sua envergadura nacional quanto por seus objetivos específicos.

Escreve Trotsky:

Indiscutivelmente, a economia mundial em seu conjunto está madura para o socialismo. Isso, porém, não significa, de modo algum, que todo país considerado isoladamente esteja na mesma situação. Como instituir, então, a ditadura do proletariado em vários países atrasados, como a China, a Índia etc.? Respondemos: a história não se faz por encomenda. Um país pode estar “maduro” para a ditadura do proletariado e, contudo, não o estar ainda para a construção independente do socialismo ou mesmo para grandes medidas de socialização... nenhum país do mundo poderá construir o socialismo dentro dos seus quadros nacionais; a isso se opõem não só as forças produtivas que, altamente desenvolvidas, ultrapassam os limites nacionais, mas também as forças produtivas que, insuficientemente desenvolvidas, impedem a nacionalização.

Os teóricos do socialismo num só país, para justificar essa concepção aplicada à Rússia, viram-se forçados a estender a todo o mundo uma política de colaboracionismo que, levada a consequências extremas, passou efetivamente a negar o papel revolucionário do proletariado nos países atrasados, transferindo à burguesia nacional a missão de libertar toda a sociedade da servidão feudal e imperialista. O envoltório “teórico” dessa doutrina é a alegada debilidade industrial desses países e, conseqüentemente, a fraqueza numérica do proletariado. Ouçamos a lição de Lenin a propósito do proletariado:

A força do proletariado é relativa e infinitamente maior que a proporção do proletariado na população total. Por isso, o proletariado é o centro e o nervo do sistema da economia capitalista e é por isso também que, no campo econômico e político, o proletariado representa, sob o domínio capitalista, os interesses reais da enorme maioria dos trabalhadores.

Igualmente, o proletariado, mesmo constituindo uma minoria da população, (ou quando é a vanguarda do proletariado consciente e verdadeiramente revolucionário a que constitui essa minoria), é capaz de derrubar a burguesia e de atrair imediatamente para o seu lado numerosos aliados da massa de semiproletários e pequeno-burgueses que nunca se pronunciarão em princípio pela dominação do proletariado, nem compreenderão as

condições e as tarefas dessa dominação; porém, se convencerão somente por sua experiência ulterior da inevitabilidade, justiça e legitimidade da ditadura proletária (*Obras completas*, vol. XVI).

O proletariado cresce e se fortifica à medida que se desenvolve o capitalismo. Considerado nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo é, ao mesmo tempo, a evolução do proletariado para a ditadura. O dia e a hora, porém, em que o poder deve passar para as mãos da classe operária não dependem diretamente do nível das forças produtivas, e sim da relação da luta de classes, da situação internacional e, finalmente, de uma série de elementos subjetivos, sobretudo a tradição revolucionária, a iniciativa, a preparação da batalha.

A história recente provou que a burguesia nacional e “progressista”, como está em moda dizer-se hoje, é incapaz de encabeçar toda a nação na luta contra o domínio imperialista; de um lado, porque a unidade orgânica da economia mundial faz dessa burguesia um parente pobre do capital financeiro e, de outro lado, porque muito mais que ao imperialismo a que, em parte, está submetida, a burguesia teme seu próprio proletariado. No problema da terra igualmente não ousa tocar, porque não ignora que a violação do sacrossanto direito de propriedade se praticada por ela, poderia colaborar no desencadeamento da torrente proletária, que ela sabe como se inicia mas não sabe em que marco se deterá. Os teóricos do socialismo num só país apresentam as coisas como se do jugo colonial decorresse, de modo absoluto, o caráter revolucionário da burguesia nacional e se põem, então, à procura de forças democrático-burguesas para colocá-las à frente da revolução. A realidade é mais tenaz que todas as elucubrações dos cérebros oportunistas. As lições dos movimentos revolucionários de nosso século, particularmente no Oriente, estão a provar que a burguesia “progressista” é um mito nefasto que vem entorpecendo de modo trágico a ação independente de classe do proletariado.

Quero encerrar fazendo uma síntese do que seja a revolução permanente: supressão do absolutismo e da servidão quando os haja, solução dos problemas democráticos pendentes, tudo isso entrelaçado à revolução socialista, por meio de uma série de conflitos sociais crescentes, da insurreição de novas camadas populares, de ataques incessantes do proletariado aos privilégios políticos e econômicos das classes dominantes. A vitória completa da revolução significa a vitória do proletariado. E esta, por sua vez, significa a continuidade ininterrupta da revolução. O proletariado, apoiado pelo semiproletariado rural e pelo camponês pobre, realiza as tarefas fundamentais da democracia e a lógica de sua luta direta pela consolidação de sua dominação política faz surgir diante dele, a um dado momento, problemas puramente socialistas.

Entre o programa mínimo e o programa máximo, – afirma Trotsky – estabelece-se, assim, uma continuidade revolucionária. Não se trata de um só golpe, nem de um dia ou de um mês, mas de toda uma época histórica, cuja duração seria absurdo definir de antemão.

É ao proletariado, única força autenticamente revolucionária dos dias presentes, que compete, apoiado pelo campesinato, sobretudo pelos trabalhadores rurais, colocar-se à testa de todas as camadas populares para o derrocamento do sistema capitalista.

PREFÁCIO À EDIÇÃO FRANCESA

A composição deste livro, complexo e imperfeito em sua arquitetura, é a própria imagem das circunstâncias em que nasceu: o autor procurava impor uma determinada concepção da dialética intrínseca do processo revolucionário e, no curso dessa tentativa, completava sua obra. Quem só se interessar pelos aspectos dramáticos de uma revolução fará melhor em deixar este livro de lado. Aquele, porém, que vê na revolução mais do que um espetáculo grandioso, considerando-a como uma crise social objetivamente condicionada, regida por leis internas, tirará, talvez, algum proveito da leitura das páginas que lhe submetemos à apreciação.

No instante em que publico esta obra em francês, resigno-me, antecipadamente, a ser acusado de dogmatismo, de casuístico, de ter uma predileção pela exegese dos velhos textos e, sobretudo, de uma certa falta de clareza. Ai de mim! Na aversão que se experimenta pela dialética materialista, aversão tão costumeira nos meios

de esquerda franceses, inclusive, está claro, às fileiras socialistas, apenas se revela uma certa mentalidade oficial, um espírito conservador com profundas raízes na história da burguesia francesa. Não duvidamos, porém, que a dialética do processo histórico não só vencerá os hábitos ideológicos dessa burguesia, como prevalecerá sobre a própria burguesia. E a língua francesa, tão bela, tão acabada em suas formas, e cuja polidura herdou, por certo, alguma coisa de um instrumento tão acerado como a guilhotina, será novamente precipitada, por efeito da dialética histórica, num profundo cadinho, para uma refundição a alta temperatura. Sem nada perder de sua lógica perfeita, adquirirá maior maleabilidade. A revolução dialética da linguagem exprimirá apenas uma nova revolução no domínio das ideias, a qual não se dissocia de uma revolução no domínio das coisas.

Uma parte considerável deste livro é consagrada à Rússia, às lutas ideológicas que se travaram e ainda se travam entre os seus revolucionários. Os acontecimentos deram a essas discussões uma importância internacional. Assim, e somente assim, é que se justifica a publicação em francês desta obra de teoria e de polêmica.

Damos em apêndice três ensaios, referindo-se um a um romance escrito por um francês sobre a revolução chinesa, e sendo os dois outros análises da revolução espanhola que se desenvolve aos nossos olhos.¹ Quaisquer que sejam as dessemelhanças dos países e das épocas encaradas, um só e mesmo tema – a revolução permanente – dá unidade a este livro, cujos evidentes defeitos são mais visíveis para o autor do que para qualquer outra pessoa.

O leitor que ficar indeciso diante de algum capítulo de polêmica ou diante de alguma digressão, sobrecarregada de apelos aos textos, pelo passado histórico do marxismo russo, e quem perguntar, muito legitimamente, qual a utilidade de tudo isso,

¹ O autor refere-se à análise do romance de André Malraux, *A condição humana*, e à *A revolução espanhola*, que deixamos de publicar neste volume.

fará bem em interromper a leitura e ir diretamente às páginas de conclusão que tratam da China e da Espanha. É possível, então, que certos capítulos – que, à primeira vista, lhe tenham parecido de um doutrinário e de um casuísta – lhe pareçam menos detestáveis. É, pelo menos, o que o autor desejaria esperar.

* * *

No momento em que este livro aparece em francês, a parte mais consciente da classe operária internacional e a humanidade dita civilizada têm os olhos voltados para a transformação econômica que está em vias de se efetuar no território do antigo império dos tsares. O problema da coletivização das explorações camponesas é, sobretudo, o que mais atrai a atenção, despertando o mais vivo interesse. Não é de se admirar, considerando que, nesse domínio, a ruptura com o passado é mais sensível do que em outros pontos. Mas, para apreciar o verdadeiro valor da coletivização, é preciso ter preliminarmente uma concepção geral da revolução socialista. Isso nos prova, uma vez mais e em grau muito elevado, que tudo, na parte teórica do marxismo, tem sua importância para a atividade prática. Se se vai até o fim das divergências teóricas, que parecem abstratas à primeira vista, chega-se sempre às suas manifestações práticas: a realidade não perdoa o menor erro de doutrina.

A coletivização das explorações camponesas constitui, decerto, uma parte necessária e fundamental da reorganização socialista da sociedade. No entanto, as suas proporções e o seu ritmo não dependem apenas da boa vontade do governo, mas se determinam pelos fatores econômicos, pelo nível da economia nacional, pelas relações entre a indústria e a agricultura e, por conseguinte, pelos recursos técnicos desta última.

A industrialização, força motriz de toda a civilização moderna, torna-se, por isso mesmo, o único fundamento possível do socialismo. Nas condições atuais da União Soviética, a industrialização

significa, antes de tudo, o reforço do proletariado como classe dominante. E cria, ao mesmo tempo, as condições materiais e técnicas favoráveis à coletivização da economia rural. Industrialização e coletivização da terra devem ter, em seu avanço progressivo, velocidades correspondentes. O desenvolvimento de ambas ao ritmo mais rápido interessa ao proletariado, pois, dessa maneira, a nova sociedade em construção se previne contra as ameaças externas, elevando, ao mesmo tempo, sistematicamente, o nível de vida das massas trabalhadoras.

Esse ritmo é limitado, porém, pelos recursos materiais e culturais do país, pelas relações entre a cidade e o campo e pelas necessidades prementes das massas, que, só num certo limite, podem sacrificar o dia presente pelo futuro. Os ritmos melhores e mais vantajosos são os que, não deixando de favorecer o desenvolvimento rápido da indústria e da coletivização na hora atual, asseguram a estabilidade da ditadura como ordem social, isto é, reforçam a união entre operários e camponeses e preparam, assim, o terreno para os triunfos futuros. Segundo esse ponto de vista, tudo depende do princípio geral e histórico de que se serve a direção do partido e do Estado para elaborar o plano da evolução econômica. Esse sistema só pode ser orientado em duas direções:

a) a que conduz ao reforço da ditadura do proletariado num só país, enquanto se esperam as vitórias próximas da revolução proletária internacional (e é o ponto de vista da Oposição de Esquerda² o que acabamos de formular); e

b) a que conduz à construção de uma sociedade socialista nacional e isolada dentro do prazo histórico mais curto (é o ponto de vista oficial na atualidade).

² A Oposição de Esquerda, bolchevique-leninista, originariamente russa, a base da plataforma de 1927, contrapõe à teoria do socialismo num só país de Stalin a teoria da revolução permanente, formulada por Trotsky com amparo no pensamento de Marx. Da URSS, a Oposição de Esquerda projeta-se na Internacional Comunista e ganha âmbito mundial, gerando frações e cisões em vários partidos comunistas. Essas cisões culminaram na fundação da IV Internacional em 1938. (N.T.)

Eis aí duas concepções diferentes e contraditórias do socialismo, que determinam também estratégias e táticas opostas.

Os limites deste prefácio não nos permitem colocar mais uma vez a questão da construção do socialismo num só país. Esse tema é desenvolvido em outras obras e, particularmente, na *Crítica ao programa da Internacional Comunista*. Vamos limitar-nos, aqui, à exposição dos pontos essenciais do problema. Lembremo-nos, antes de tudo, de que a doutrina do socialismo num só país foi formulada, pela primeira vez, por Stalin, no outono de 1924. Está em contradição flagrante não só com toda a tradição do marxismo e com a escola de Lenin, mas também até com tudo o que o próprio Stalin escreveu na primavera do mesmo ano. A separação da escola de Stalin do marxismo, na questão da construção socialista, tem tão grande importância de princípio como, por exemplo, a ruptura da social-democracia alemã com o marxismo no problema da guerra e do patriotismo em agosto de 1914, exatamente dez anos antes da meia volta de Stalin. Essa comparação não é fortuita: o erro de Stalin, do mesmo modo que o da social-democracia, não é outra coisa senão o socialismo nacional.

O marxismo procede da economia mundial, considerada não como simples adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais. As forças produtivas da sociedade capitalista já ultrapassaram, há muito tempo, as fronteiras nacionais. A guerra imperialista não foi senão uma das manifestações desse fato. A sociedade socialista deveria representar, do ponto de vista da produção e da técnica, um estágio mais elevado que o capitalismo: pretender construir a sociedade socialista no interior de limites nacionais significa que, a despeito de triunfos temporários, fazemos as forças produtivas recuarem, mesmo em relação ao capitalismo. É uma utopia reacionária querer criar no quadro nacional um sistema harmonioso e suficiente, composto de todos

os ramos econômicos, sem ter em conta as condições geográficas, históricas e culturais do país que faz parte da unidade mundial. Se, a despeito disso, os criadores e partidários dessa doutrina participam da luta revolucionária internacional (com ou sem êxito, não vem ao caso), é porque, na qualidade de ecléticos incorrigíveis, aliam, de modo puramente mecânico, um internacionalismo abstrato a um socialismo nacional utópico e reacionário. O programa da Internacional Comunista, adotado pelo VI Congresso,³ é a expressão mais perfeita desse ecletismo.

Para demonstrar, de maneira evidente, um dos mais grosseiros erros teóricos que servem de base à concepção de socialismo nacional, nada melhor do que uma citação de um discurso de Stalin, publicado recentemente e consagrado aos problemas internos do comunismo norte-americano:⁴

Seria errôneo – diz Stalin, ao pronunciar-se contra uma das frações americanas – não levar em conta os traços específicos do capitalismo norte-americano. O Partido Comunista, em sua atividade, não deve ignorá-los. Ainda mais errôneo, porém, seria basear a atividade do partido nesses traços específicos, porque a atividade de todo partido comunista, o norte-americano inclusive, deve basear-se não nos traços específicos do capitalismo de um país particular, mas nos traços gerais do capitalismo, que, no fundo, são sempre os mesmos em todos os países. É o que constitui o internacionalismo dos partidos comunistas. Os traços específicos formam apenas um complemento dos traços gerais (*O bolchevique* n° 1, 1930, p. 8). Essas linhas são de uma clareza absoluta.

Querendo encontrar os motivos econômicos do internacionalismo, Stalin não fez senão motivar, na realidade, o socialismo nacional. Não é verdade que a economia mundial represente apenas

³ A propósito, convém lembrar que o VII Congresso, que se realizou em 1935, em Moscou, foi o último congresso da III Internacional. A Internacional Comunista foi dissolvida em 15 de maio de 1943. (N.T.)

⁴ Esse discurso, pronunciado em 6 de maio de 1929, só foi publicado no começo de 1930 e em condições tais que tem o valor de um verdadeiro programa.

a simples soma de frações nacionais uniformes. Não é verdade que os traços específicos não passem de um complemento dos traços gerais, uma espécie de verruga no rosto. Na realidade, as particularidades nacionais formam a originalidade dos traços fundamentais da evolução mundial. Essa originalidade pode determinar a estratégia revolucionária por longos anos. Bastaria recordar que o proletariado de um país atrasado conquistou o poder muito antes que o dos países avançados. Essa simples lição histórica demonstra que, contrariamente às afirmações de Stalin, seria de todo errôneo basear a atividade dos partidos comunistas em alguns traços gerais, isto é, num tipo-modelo abstrato de capitalismo nacional. Não é verdade, de modo algum, que o internacionalismo dos partidos comunistas se baseia nisso. Na realidade, baseia-se na falência do Estado nacional, que é uma sobrevivência e que entrava o desenvolvimento das forças produtivas. Não se pode reorganizar nem mesmo compreender o capitalismo nacional sem encará-lo como parte da economia mundial.

As particularidades econômicas dos diferentes países não têm uma importância secundária. Basta comparar a Inglaterra e a Índia, os Estados Unidos e o Brasil. Os traços específicos da economia nacional, por mais importantes que sejam, constituem, em escala crescente, os elementos de uma unidade mais alta que se chama a economia mundial e que serve, afinal de contas, de base ao internacionalismo dos partidos comunistas.

A definição stalinista da originalidade nacional como simples complemento do tipo geral está em contradição flagrante, mas não fortuita, com a maneira de compreender (ou antes, de não compreender) a lei do desenvolvimento desigual do capitalismo. Como se sabe, Stalin a proclamara a lei fundamental, primordial, universal. Com a ajuda dessa lei, transformada numa abstração, ele experimenta resolver todos os mistérios do ser. Mas – coisa espantosa – não chega mesmo a perceber que a originalidade nacional representa o produto sumário e mais geral da desigualdade

do desenvolvimento histórico. É preciso ter uma ideia justa dessa desigualdade, compreender a sua importância e estendê-la ao passado pré-capitalista. O desenvolvimento mais ou menos rápido das forças produtivas, o caráter de florescimento ou, ao contrário, de definhamento de certas épocas históricas, como, por exemplo, a Idade Média, o regime das corporações, o absolutismo esclarecido, o parlamentarismo, a desigualdade no desenvolvimento dos diferentes domínios da economia, das diferentes classes, das diferentes instituições sociais, dos diversos elementos da cultura, tudo isso constitui os fundamentos das particularidades nacionais. A originalidade do tipo nacional e social não é senão a cristalização das desigualdades de sua formação.

A Revolução de Outubro foi a mais grandiosa de todas as manifestações da desigualdade da evolução histórica. A teoria da revolução permanente, que fizera o prognóstico do cataclismo de outubro, baseara-se precisamente nessa lei. Mas, em lugar de concebê-la sob uma forma abstrata, considerava-a em sua cristalização material, sob as espécies da originalidade social e política da Rússia.

Stalin não recorre a essa lei para predizer, com oportunidade, a tomada do poder pelo proletariado de um país atrasado, mas para impor, muito mais tarde, em 1924, ao proletariado vitorioso, a tarefa de construir a sociedade socialista nacional. No entanto, nada tem ela que fazer aqui, pois que, em lugar de substituir ou revogar as leis da economia mundial, diante delas se inclina e a elas se submete.

Fazendo um fetiche da lei do desenvolvimento desigual, Stalin declara-a suficiente para servir de fundamento ao socialismo nacional que, sem se tornar um modelo, isto é, comum a todos os países, continua exclusivo, messiânico, puramente russo. Segundo Stalin, a sociedade socialista autônoma só pode ser criada na Rússia. Ao fazer tal afirmação, ele coloca as particularidades nacionais da Rússia acima dos traços gerais da nação capitalista e acima mesmo de toda a

economia mundial. É onde começa a contradição inevitável de toda a sua concepção. A originalidade da URSS, diz ele, é tão poderosa que lhe permite construir o seu socialismo independentemente de tudo o que possa acontecer no resto da humanidade. Quanto à originalidade das outras nações, desprovidas do selo messiânico, não passa de um complemento dos traços gerais, de uma verruga no rosto. “Seria errôneo”, ensina Stalin, “basear a atividade do Partido Comunista nos traços específicos”.

Essa lição moral serve para os partidos americano, inglês, sul-africano e sérvio, mas não para o partido russo, cuja atividade não se baseia nos traços gerais, mas, ao contrário, nas particularidades. Daí resulta a estratégia essencialmente dúbia da Internacional Comunista: enquanto a URSS opera a liquidação das classes e a construção do socialismo, o proletariado de todos os outros países é chamado a uma ação simultânea regulada pelo calendário (1º de agosto, 6 de março etc.), sem ter em conta as condições nacionais reais. Ao nacionalismo messiânico se junta ainda um internacionalismo abstrato e burocrático. Esse dualismo penetra todo o programa da Internacional Comunista, tirando-lhe qualquer valor de princípio.

Quando se examinam a Inglaterra e a Índia, como duas variedades extremas do tipo capitalista, chega-se à conclusão de que o internacionalismo dos proletariados inglês e hindu se funda na inseparável interdependência das condições, dos fins e dos métodos, e não na sua identidade. Os triunfos do movimento de libertação na Índia desencadeiam o movimento revolucionário na Inglaterra e vice-versa. Uma sociedade socialista autônoma não pode ser construída na Índia, nem na Inglaterra. Os dois países deverão fazer parte de uma unidade mais alta. Só isso constitui a base firme do internacionalismo marxista.

Ainda há pouco tempo, em 8 de março de 1930, o *Pravda*⁵ fez, mais uma vez, uma exposição da malfadada teoria de Stalin. “O

⁵ *Pravda (A Verdade)*, órgão do Partido Comunista da URSS. (N.T.)

socialismo como formação social e econômica”, isto é, como sistema determinado das relações de produção, pode perfeitamente ser realizado nos limites nacionais da URSS. “A vitória definitiva do socialismo, garantida contra a intervenção da vizinhança capitalista”, é coisa muito diferente: exige, “de fato, o triunfo da revolução proletária em vários países adiantados”. A que profundidade foi necessária a queda do pensamento teórico, para que se pudesse, num tom de sabedoria, dissertar com tão miserável escolástica no órgão central do partido de Lenin! Se se admitisse, por um instante, a possibilidade da realização do socialismo, como ordem social acabada, no quadro isolado da URSS, seria preciso concluir que isso já era a vitória definitiva, porque, depois disso, já não se poderia falar de intervenção. O socialismo pressupõe alta técnica, alta cultura e alta solidariedade da população. Quando estiver terminada a construção do socialismo, a URSS terá, provavelmente, 200 ou mesmo 250 milhões de habitantes: nessas condições, como se poderia falar de intervenção? Qual é o país capitalista, qual é a coligação de países que se aventuraria a uma intervenção em situação semelhante? A única intervenção concebível seria a que viesse da parte da URSS. E seria necessária nesse caso? É pouco provável.

O exemplo de um país atrasado que, por seus próprios meios, conseguisse estabelecer uma poderosa sociedade socialista no espaço de vários planos quinquenais, seria o golpe de misericórdia no capitalismo mundial e reduziria ao mínimo, quase a zero, o custo da revolução proletária mundial. É por isso que toda a concepção de Stalin conduz, no fundo, à liquidação da Internacional Comunista.⁶ Qual poderia, com efeito, ser o seu papel histórico, se os destinos do socialismo dependem, em última instância, do plano de Estado⁷ da URSS? Nesse caso, a Internacional Comunista, exatamente como as famosas associações de amigos da URSS, não tem outra função a não ser a de proteger a construção do socialismo

⁶ Os fatos confirmam a previsão de Trotsky. A Internacional Comunista foi dissolvida em 15 de maio de 1943. (N.T.)

⁷ *Gosplan*. (N.T.)

contra a intervenção; em outras palavras, fica reduzida ao papel de guarda-fronteira.

Para demonstrar a justeza da concepção de Stalin, o mencionado artigo recorre a argumentos econômicos de invenção bastante recente:

Justamente agora – escreve o *Pravda* – graças aos sovkhozes⁸ em desenvolvimento, graças ao movimento gigantesco dos kolkhozes,⁹ cuja quantidade aumenta tanto quanto a qualidade, e graças à liquidação da classe dos *kulaks*,¹⁰ garantindo a coletivização completa, as relações de produção do tipo socialista passam, cada vez mais, da indústria para a agricultura, o que torna mais evidente a miserável falência do derrotismo de Trotsky e de Zinoviev¹¹ que, no fundo, não é outra coisa senão a negação menchevique¹² dos direitos naturais da Revolução de Outubro (Stalin, *Pravda*, 8 de março de 1930).

Essas linhas são verdadeiramente extraordinárias, mesmo sem esse tom adocicado com que se pretende ocultar a confusão do pensamento.

De pleno acordo com Stalin, o artigo acusa a concepção de Trotsky de negar a inevitabilidade da Revolução de Outubro. Na

⁸ *Sovkhozes*: fazendas soviéticas, exploradas diretamente pelo Estado. (N.T.)

⁹ *Kolkhozes*: fazendas coletivas, existindo sob a forma de cooperativas, de associações ou de comunas. (N.T.)

¹⁰ *Kulak*: camponês rico, que explora as massas rurais. No idioma russo, a palavra significa sovina, mesquinho, avarento. (N.T.)

¹¹ Zinoviev, G. (1883-1936) – Velho bolchevique e um dos mais íntimos colaboradores de Lenin, desde os tempos de imigração, quando com este escreveu o livro *Contra a Corrente*, durante a I Guerra Mundial. Membro do CC e do Birô Político do PC soviético de 1917 a 1927. Com a Revolução de Outubro, é eleito presidente do Soviete de Petrogrado. Presidente da Internacional Comunista de 1919 a 1926. Principal líder do partido após a morte de Lenin. Passa à Oposição em 1925 e dirige, juntamente com Trotsky, a Oposição Unificada. Excluído do Partido no XV Congresso e deportado para a Sibéria, capitula em 1928. Expulso e preso depois da morte de Kirov, secretário do PC em Leningrado, é acusado no primeiro processo de Moscou e executado em 1936. (N.T.)

¹² Menchevique (minoritário) – Partidário da tendência considerada oportunista da social-democracia russa (Partido Operário Social-democrata Russo). Em contraposição, a ala majoritária e revolucionária, liderada por Lenin, passa a chamar-se bolchevique. A diferenciação, em torno de princípios organizacionais e doutrinários, estabelece-se no XI Congresso do POSDR, realizado em agosto de 1903. (N.T.)

realidade, porém, o autor desta obra, partindo de sua concepção, isto é, de sua doutrina da revolução permanente, predizia a inevitabilidade da Revolução de Outubro, 13 anos antes do seu advento. E Stalin? Depois da Revolução de Fevereiro, 7 ou 8 meses antes do golpe de Estado de outubro, falava como um vulgar democrata. Só a chegada de Lenin a Petrogrado¹³ (3 de abril de 1917) e a sua luta impiedosa contra os velhos bolcheviques presunçosos,¹⁴ que tanto ele ridicularizava nessa época, forçaram Stalin a abandonar suas posições democráticas e a passar, silenciosa e prudentemente, para as posições socialistas. Em todo caso, esse renascimento interior de Stalin, que, aliás, nunca se completou, verificou-se 12 anos depois de ter sido formulada a teoria segundo a qual o proletariado russo tinha o direito e o dever de tomar o poder sem esperar o começo da revolução proletária na Europa.

Mas, ao formular o prognóstico teórico da Revolução de Outubro, estávamos muito longe de pretender que o proletariado russo, depois de conquistar o poder, fizesse o antigo império dos tsares sair do círculo econômico mundial. Como marxistas, conhecemos perfeitamente o papel e a importância do poder do Estado. Este não é, de modo algum, um reflexo passivo dos fenômenos econômicos, como o descrevem os social-democratas fatalistas, servidores do Estado burguês. O poder pode adquirir uma importância enorme, reacionária ou progressista, e isso depende da classe que o exerce. Mas o poder de Estado continua sendo, entretanto, uma resultante de caráter indireto. A passagem do poder das mãos do tsarismo e da burguesia para as do proletariado não aboliu as leis nem a evolução da economia mundial. É verdade que, depois do golpe de Estado de outubro, as relações econômicas da URSS com o mercado mundial

¹³ Após a morte de Lenin, em 1924, a cidade de Petrogrado ganhou o nome de Leningrado. Desde 1991, a cidade retomou seu nome original de São Petersburgo. Foi capital do império de 1712 até 1918, quando a capital da República Soviética foi transferida para Moscou. (N.E.)

¹⁴ Velhos bolcheviques: militantes bolcheviques da primeira geração, isto é, da cisão do Partido Operário Social-democrata Russo em 1903. (N.T.)

se enfraqueceram durante um certo lapso de tempo. Seria, porém, cometer um grave erro querer generalizar um fato que não representa, em si, mais do que uma curta etapa da evolução dialética. A divisão mundial do trabalho e o caráter supranacional das forças produtivas modernas conservam sempre sua importância para a URSS, e essa importância se tornará cada vez maior, à medida que se acentuar o desenvolvimento econômico da União.

Todo país atrasado, incorporando-se ao capitalismo, passou por diferentes fases de dependência para com os outros países capitalistas; essa dependência podia aumentar ou diminuir, mas a tendência geral da evolução capitalista foi sempre no sentido de um enorme desenvolvimento das relações mundiais, manifestando-se no crescimento do comércio exterior, no qual se acha incluído, naturalmente, o comércio de capitais. A dependência da Inglaterra em relação à Índia possui, certamente, um caráter qualitativo diverso do que possui a dependência da Índia para com a Inglaterra. Mas essa diferença é determinada, em última análise, pela diversidade de suas forças produtivas, e não por seu grau de autonomia econômica. A Índia é uma colônia,¹⁵ e a Inglaterra, uma metrópole. Se, porém, a Inglaterra fosse, hoje, submetida a um bloqueio econômico, pereceria mais depressa do que a Índia. Aí temos, de passagem, uma ilustração demonstrativa da realidade da economia mundial.

Por uma extensão sistemática de sua base, a evolução do capitalismo, considerada em sua realidade histórica e não nas fórmulas abstratas do segundo livro d' *O capital*, que não perdem, por isso, sua importância como fase da análise, se torna de absoluta necessidade. No curso do seu desenvolvimento e, por conseguinte, no curso da luta contra as suas próprias contradições internas, cada capitalismo nacional se volta, cada vez mais, para as reservas do mercado exterior, isto é, da economia mundial. A expansão irresistível, engendrando

¹⁵ À época em que Trotsky publica esta obra, isto é, 1930. (N.T.)

as crises permanentes e internas do capitalismo, constitui sua força progressiva, mas se torna, depois, mortal para ele.

Além das contradições internas do capitalismo, a Revolução de Outubro ficou com a sucessão do antigo regime marcado por contradições não menos profundas entre o capitalismo em geral e as formas pré-capitalistas de produção. Essas contradições tinham e têm, ainda hoje, um caráter inteiramente material, pois estão compreendidas nas relações concretas entre a cidade e o campo, bem como na correlação existente entre os diferentes ramos da indústria e o conjunto da economia nacional. As raízes dessas contradições se encontram nas condições geográficas ou demográficas do país, dependendo pois da abundância ou da penúria de certos recursos naturais, da distribuição histórica das massas populares no território etc. A força da economia soviética reside na nacionalização dos meios de produção e no fato de que são administrados segundo um plano. O ponto fraco da economia soviética, sem contar o atraso herdado do passado, reside no seu isolamento presente, consequência de outubro; isso significa que ela não pode aproveitar os recursos da economia mundial, nem de acordo com os princípios socialistas, nem mesmo de acordo com os princípios capitalistas, sob a forma do crédito internacional normal, do financiamento, cuja importância é decisiva para os países atrasados. No entanto, as contradições do passado capitalista e pré-capitalista estão muito longe de desaparecer; ao contrário, ressurgem depois dos anos de declínio e de destruição e tornam-se mais vivas e mais agudas à medida que a economia soviética se desenvolve. Para vencê-las, ou mesmo atenuá-las, seria necessário recorrer, a todo instante, às possibilidades do mercado mundial.

Para uma compreensão clara de tudo o que se passa, neste momento, no território gigantesco que a subversão de outubro destinou a uma vida nova, é preciso nunca esquecer que nova contradição mais poderosa acaba de se juntar às antigas, ressuscitadas pelos triunfos econômicos. É a contradição entre o caráter de concentração da indústria soviética, abrindo diante de si a possibilidade de ritmos inauditos de

desenvolvimento, e o isolamento da economia soviética, impedindo a utilização normal dos recursos da economia mundial. Essa nova contradição, juntando-se às antigas, faz com que apareçam enormes dificuldades ao lado de triunfos extraordinários. Tais dificuldades têm sua expressão mais direta e mais penosa neste fato que cada operário ou cada camponês sente diariamente: as condições de vida das massas trabalhadoras não melhoram no curso do reerguimento econômico geral; nesse momento, elas baixam por causa das dificuldades de abastecimento. As crises agudas da economia soviética nos lembram que as forças produtivas, criadas pelo capitalismo, não podem se adaptar ao quadro nacional, só podendo ser coordenadas e harmonizadas de uma forma socialista num plano internacional. Por outras palavras, as crises da economia soviética representam alguma coisa de infinitamente mais grave que as moléstias infantis ou de crescimento: são advertências severas do mercado internacional, ao qual “estamos subordinados e ligados – como dizia Lenin – e do qual não podemos separar-nos” (“Discurso no XI Congresso do Partido”, em 27 de março de 1922).

Daí, contudo, não se deve concluir mesquinhamente como certos filisteus que falam da irregularidade histórica da Revolução de Outubro. A tomada do poder pelo proletariado internacional não pode ser um ato único e simultâneo. Toda resultante política – e a revolução é uma – tem sua dialética própria, que invade, numa irrupção violenta, o curso econômico mundial, sem abolir, porém, as leis mais profundas desta. A Revolução de Outubro é legítima como primeira etapa da revolução mundial, que se estende, necessariamente, através de dezenas de anos. O intervalo entre a primeira e a segunda etapa é muito mais longo do que supúnhamos. Mas não passa de um intervalo, que não pode ser transformado numa época de construção autônoma de uma sociedade socialista nacional.

As duas concepções da revolução determinaram duas linhas diretrizes na solução dos problemas econômicos. Os primeiros triunfos econômicos, rápidos e inesperados, inspiraram a Stalin, no outono de 1924, a sua doutrina do socialismo num só país,

que foi apenas o coroamento das perspectivas práticas da economia nacional isolada. Foi então que Bukharin¹⁶ enunciou a sua famosa fórmula sobre a possibilidade de construir o socialismo mesmo a passo de cágado, protegendo-se contra a economia mundial com a barreira do monopólio do comércio exterior. Era a fórmula do bloco dos centristas com a direita. Nesse tempo, Stalin não se cansava de demonstrar que o ritmo de nossa industrialização era um negócio interno, sem nenhuma relação com a economia mundial. Semelhante presunção nacional não podia, aliás, durar muito tempo: não passava, em suma, do reflexo nacional da primeira e curta etapa do nosso renascimento econômico, que devia acarretar, inevitavelmente, a nossa dependência do mercado mundial. As primeiras advertências dessa dependência internacional, inesperadas para os nossos socialistas nacionais, provocaram uma ansiedade que degenerou em pânico no período seguinte. Conquistar o mais rapidamente possível a autonomia econômica, por meio dos ritmos mais rápidos de industrialização e de coletivização – eis o coroamento da política econômica do socialismo nacional nesses dois últimos anos.

A mesquinhez foi substituída, em toda a linha, pelo aventurismo. Mas, a base doutrinária continua sempre a mesma: a concepção nacional-socialista.

Como ficou demonstrado mais acima, as dificuldades essenciais decorrem da situação real e, antes de tudo, do isolamento da URSS. Não vamos examinar aqui em que medida esse estado de coisas depende dos erros pessoais do grupo dirigente (política errônea na

¹⁶ Bukharin, N. (1888-1938) – Teórico marxista, considerado excelente divulgador da doutrina. Antigo membro do Comitê Central e do Birô Político do PC da União Soviética. Dirigente da bancada bolchevique na Duma (Parlamento Russo), em 1908. Durante a I Guerra Mundial, edita, juntamente com Trotsky, o jornal internacionalista *Novy Mir*, publicado em Nova York. De 1918 a 1929 exerce o cargo de redator-chefe do *Pravda (A Verdade)*, órgão do partido. Preside a Internacional Comunista de 1926 a 1929. Lidera, em seu partido, a tendência de direita, desbaratada, entre 1928 e 1929, por Stalin, secretário-geral do PC Russo. Torna-se redator-chefe do jornal *Izvestia (Notícias)*, de 1933 a 1937, após capitular ante Stalin. Executado, em 1938, como principal indiciado no terceiro processo de Moscou. (N.T.)

Alemanha em 1923, na Bulgária e na Estônia em 1924, na Inglaterra e na Polônia em 1926, na China em 1925-1927, falsa estratégia atual do Terceiro Período¹⁷ etc.). Mas as convulsões econômicas mais agudas na URSS têm sua origem no fato de o grupo dirigente atual querer fazer da necessidade uma virtude e tentar deduzir do isolamento político do Estado operário todo um programa de sociedade socialista economicamente isolada. Daí a tentativa de coletivização socialista e integral das explorações camponesas, providas de meios de cultura pré-capitalistas. É uma aventura extremamente perigosa, que ameaça destruir as próprias possibilidades de colaboração entre as massas camponesas e o proletariado.

Coisa extraordinária! Justamente no momento em que essa ameaça começava a se desenhar nitidamente, Bukharin, teórico do passo de cágado, compôs uma ode patética em homenagem ao galope desenfreado da industrialização e da coletivização. Não é de se admirar, entretanto, se essa ode for brevemente proclamada como horrível heresia, pois outras cantigas já principiam a ser ouvidas. Premido pela resistência oposta pela realidade econômica, Stalin vê-se obrigado a bater em retirada. A ofensiva aventureira de ontem, ditada pelo pânico, pode transformar-se, hoje, muito facilmente, num recuo também ditado pelo pânico. Essa alternativa é inevitável, pois está na própria natureza do socialismo nacional.¹⁸

O programa realista de um Estado operário isolado não deveria propor-se a atingir a independência em relação à economia mundial, nem muito menos construir uma sociedade socialista nacional dentro do mais breve prazo. Seu objetivo será obter não os ritmos abstratos e máximos, mas os ritmos melhores, que derivassem das

¹⁷ Terceiro Período (1928 a 1930) – Reviravolta tática ultraesquerdista da Internacional Comunista, que previa guerras e revoluções. Os fatos não confirmaram essa perspectiva. (N.T.)

¹⁸ Essa previsão do autor foi inteiramente confirmada posteriormente. Leia-se o discurso de Stalin, pronunciado três meses depois, numa conferência de dirigentes da indústria soviética e publicado como apêndice do livro de Trotsky: *Os problemas do desenvolvimento da URSS*. (N.T.)

condições econômicas internas e mundiais, que consolidassem as posições do proletariado, que preparassem os elementos nacionais da sociedade socialista internacional do futuro, e que, ao mesmo tempo, e antes de tudo, melhorassem sistematicamente o nível de existência do proletariado e consolidassem sua união com as massas não exploradoras do campo. Essa perspectiva conserva inteiramente o seu valor para todo o período preparatório, até o momento em que a revolução triunfante nos países avançados tirar a União Soviética de sua situação isolada.

* * *

Os pensamentos acima esboçados se acham mais amplamente desenvolvidos em outras obras do autor, sobretudo na *Crítica do programa da Internacional Comunista*. Esperamos publicar, brevemente, uma brochura consagrada à análise da etapa atual da evolução econômica da URSS.¹⁹ Somos obrigados a indicar essas obras ao leitor que deseje saber, de modo mais preciso, como o problema da revolução permanente se apresenta hoje. Mas acreditamos que o que dissemos acima será o bastante para mostrar toda a importância da luta de princípios que, no presente, como durante esses últimos anos, assume a forma de oposição entre duas teorias: a do socialismo num só país e a da revolução permanente. O caráter de atualidade desse problema explica por que oferecemos ao leitor estrangeiro um livro que, em sua maior parte, é consagrado à exposição crítica dos prognósticos e discussões doutrinárias travadas entre os marxistas russos antes da revolução. Poderíamos, naturalmente, expor de outra maneira os problemas que nos interessam neste momento. Não foi, porém, o autor quem escolheu e adotou essa forma de discussão. Ela lhe foi imposta por seus adversários e pelo curso da evolução política. Até os princípios das matemáticas, que são as

¹⁹ Trotsky consagrou várias obras ao estudo da economia soviética, algumas das quais já editadas em português: *O plano quinquenal, os problemas do desenvolvimento da URSS, revolução internacional ou socialismo num só país?* (N.T.)

ciências mais abstratas, se aprende, nas melhores condições, em conexão com a história de sua descoberta. Essa verdade é ainda mais exata em relação aos princípios mais concretos, determinados mesmo pela história, da política marxista. Parece-nos que a história da origem e da evolução dos prognósticos da revolução, formulados na Rússia sob o antigo regime, permitirá que o leitor compreenda as grandes tarefas revolucionárias do proletariado mundial de forma muito mais direta e mais concreta do que a exposição escolástica e pedante dessas mesmas ideias políticas, destacadas da atmosfera de luta onde nasceram.

29 de março de 1930

L. Trotsky

INTRODUÇÃO

Esta obra é consagrada a uma questão estreitamente ligada à história das três revoluções russas, mas ainda vai além. No decurso desses últimos anos, essa questão teve um papel imenso nas lutas intestinas do Partido Comunista da União Soviética. Colocada, em seguida, na Internacional Comunista, desempenhou papel decisivo no desenvolvimento da revolução chinesa, determinando uma série de resoluções extremamente graves, relacionadas com a luta revolucionária nos países do Oriente. Trata-se da chamada teoria da revolução permanente, que, segundo os epígonos¹ do leninismo (Zinoviev, Stalin, Bukharin e outros), constitui o pecado original do trotskismo.

Após longa trégua, a questão da revolução permanente foi novamente levantada em 1924, de uma forma que, à primeira vista,

¹ Epígonos – Assim Trotsky classifica os burocratas stalinistas, que dominam o governo soviético, após a morte de Lenin. (N.T.)

poderia parecer completamente inesperada. Não havia nenhum motivo político para recomeçar a discussão: eram controvérsias havia muito tempo esquecidas. Em compensação, existiam graves razões psicológicas. O grupo dos chamados velhos bolcheviques, ao empreender a sua ofensiva contra mim, opôs-me inicialmente o seu título de velhos. Mas, um grande obstáculo surgia em seu caminho: o ano de 1917. Por mais importante que tenha sido a história das lutas ideológicas precedentes e da preparação revolucionária, toda essa primeira fase, para o conjunto do partido e para os indivíduos, encontrou sua justificação mais alta e irrevogável na Revolução de Outubro. Nenhum dos epígonos conseguiu passar nesse exame.

No momento da Revolução de Fevereiro de 1917, todos eles, sem exceção, ocuparam as posições vulgares da esquerda democrática. Nenhum deles formulou a palavra de ordem de luta do proletariado pelo poder. Todos eles consideravam a orientação rumo à revolução socialista como absurda ou, pior ainda, como trotskista.

Foi nesse espírito que dirigiram o partido até o regresso de Lenin do estrangeiro e até a publicação de suas célebres teses de 4 de abril de 1917. Depois disso, Kamenev,² já em luta direta contra Lenin, procurou organizar abertamente a ala democrática do bolchevismo. Zinoviev, que chegara com Lenin, dá-lhe, logo depois, sua adesão. Stalin, muito comprometido por sua posição socialpatriótica, pôs-se à margem. Deixando

² Kamenev (1883-1936) – Membro do Comitê Central do PC Soviético e executor testamentário de Lenin, por este designado. Dirige a bancada bolchevique da Duma (Parlamento) e a redação do *Pravda* em 1914. De volta de deportação na Sibéria, durante a I Guerra Mundial, assume a direção do Partido Bolchevique, ao eclodir a Revolução de Fevereiro, em 1917. Opõe-se à Revolução de Outubro, por considerá-la prematura. Vitoriosa esta, dirige, contudo, sem funções na cúpula governamental, o Soviete de Moscou. Participa da troika, de fato órgão máximo, com Stalin e Zinoviev. Rompendo com a política de Stalin, passa-se para a Oposição de Esquerda Unificada. É excluído do partido no XV Congresso. Em 1928, capitula. Expulso, outra vez, em 1932, é executado em 1936, depois de condenado no primeiro processo de Moscou. (N.T.)

ao partido tempo para esquecer os lamentáveis artigos e discursos de sua autoria durante as semanas decisivas de março, Stalin foi se aproximando, pouco a pouco, do ponto de vista de Lenin. De tudo isso, surgiu, naturalmente, a pergunta: que aprenderam do leninismo esses dirigentes velhos bolcheviques, uma vez que, no momento histórico mais grave e mais cheio de responsabilidades, nenhum deles foi capaz de utilizar, por si, toda a experiência teórica e prática do partido? Foi preciso, porém, evitar, a todo custo, a questão e substituí-la por outra. Isso explica por que se decidiu concentrar o fogo sobre a teoria da revolução permanente. É natural que os meus contraditores não tenham, então, podido prever que, depois de criarem um eixo artificial de luta, se veriam forçados, em seguida, a girar insensivelmente ao redor desse eixo e a formar, assim, uma concepção nova por método inverso.

Os pontos essenciais da teoria da revolução permanente foram por mim formulados antes dos acontecimentos decisivos do ano de 1905. A Rússia caminhava para uma revolução burguesa. Entre os social-democratas russos da época (trazíamos todos, então, o nome de social-democratas), ninguém duvidava que marchávamos precisamente para uma revolução burguesa, isto é, para uma revolução provocada pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade capitalista e as anacrônicas relações de classes e de condição legadas pela época de servidão e da Idade Média. Lutando, nessa época, contra os *narodniki* (populistas) e os anarquistas, consagrei numerosos artigos e discursos à interpretação marxista do caráter burguês da revolução iminente.

Esse caráter burguês da revolução não deixava, porém, prever que classes deveriam realizar as tarefas da revolução democrática e que forma tomariam, então, as relações entre as classes. Era esse, no entanto, o ponto de partida de todos os problemas estratégicos fundamentais.

Plekhanov,³ Axelrod, Zassulitch, Martov⁴ e, com eles, todos os mencheviques russos, partiam do ponto de vista de que o papel dirigente numa revolução burguesa só podia pertencer à burguesia liberal, na qualidade de pretendente natural do poder. Segundo esse esquema, cabia ao partido do proletariado o papel de ala esquerda da frente democrática: a social-democracia devia sustentar a burguesia liberal na luta contra a reação, mas defender, ao mesmo tempo, os interesses do proletariado contra a burguesia liberal. Por outras palavras, os mencheviques consideravam a revolução burguesa, sobretudo, como uma reforma liberal e constitucional.

Lenin formulava o problema de modo inteiramente diverso. A libertação das forças produtivas da sociedade burguesa do jugo da servidão significava antes de tudo, para ele, a solução radical do problema agrário, no sentido de uma liquidação definitiva da classe dos grandes proprietários fundiários e de uma transformação revolucionária no domínio da propriedade fundiária. Tudo isso estava indissolúvelmente ligado à abolição da Monarquia. Lenin colocara o problema agrário, que tocava nos interesses vitais da enorme maioria da população e que constituía, ao mesmo tempo, a base do problema do mercado capitalista, com uma audácia verdadeiramente revolucionária. Uma vez que a burguesia liberal,

³ Plekhanov, G. V. (1856-1918) – Introdutor do marxismo na Rússia e fundador do primeiro grupo marxista, chamado Emancipação do Trabalho. Teórico de grande valor, deixa vasta bibliografia. Menchevique a partir do II Congresso do POSDR (1903) – Partido Social-democrata Operário Russo, mais tarde Partido Comunista da URSS – e principal autor do programa dessa organização. Ao lado de Lenin, torna-se um dos diretores do primeiro *Iskra*, empenhando-se na luta contra o economicismo. Do bolchevismo, passa-se para o menchevismo. Partidário da defesa nacional na I Guerra Mundial (1914-1918), mostra-se irredutível social-chauvinista. Assume posição contrária à Revolução de Outubro sem, contudo, combater o Poder Soviético. (N.T.)

⁴ Martov, Y. (1873-1923) – Um dos fundadores da social-democracia russa e membro preeminente da redação do *Iskra*. Depois da cisão do POSDR, em 1903, torna-se um dos líderes do menchevismo. Nos anos da reação (1907-1910) apoia os liquidadores. Durante a I Guerra Mundial, assume posição centrista. Menchevique de esquerda durante a Revolução de Outubro, participa do II Congresso dos Sovietes. Rompe, em seguida, com o regime soviético. Com permissão do governo, ruma para a imigração. (N.T.)

que se opunha aos operários, estava ligada à grande propriedade fundiária por laços numerosos, a libertação verdadeiramente democrática da classe camponesa só podia realizar-se pela cooperação revolucionária dos operários e camponeses.

Em caso de vitória, essa revolta comum contra o antigo regime devia acarretar, segundo Lenin, a instauração da ditadura democrática do proletariado e dos camponeses.

Essa fórmula é, hoje, repetida, na Internacional Comunista, como um dogma geral, sem que se procure fazer a análise da experiência histórica viva do último quarto de século. Como se não tivéssemos sido atores e testemunhas da revolução de 1905, da revolução de março de 1917 e, finalmente, da reviravolta de outubro! No entanto, uma tal análise histórica é tanto mais necessária quanto o regime da ditadura democrática do proletariado e dos camponeses nunca existiu na realidade. Em 1905, Lenin falava, apenas, de uma hipótese estratégica que devia ainda ser verificada pelo curso real da luta de classes. A fórmula ditadura democrática do proletariado e dos camponeses tinha, sobretudo, e de caso pensado, um caráter algébrico. Lenin não resolvia, de antemão, a questão das relações políticas entre as duas partes da ditadura democrática eventual: o proletariado e os camponeses. Não excluía a possibilidade de serem os camponeses representados na revolução por um partido especial, independente não só da burguesia, mas também do proletariado, e capaz de fazer a revolução democrática unindo-se ao partido do proletariado na luta contra a burguesia liberal. Como veremos em seguida, Lenin admitia até que o partido revolucionário camponês formasse a maioria no governo da ditadura democrática. Desde o outono de 1902, pelo menos, isto é, desde a época da minha primeira fuga para o estrangeiro, me considerei discípulo de Lenin no que concernia ao papel decisivo da transformação agrária no destino da nossa revolução burguesa. Ao contrário do que rezam as lendas absurdas dos últimos anos, estava então perfeitamente convencido

de que a revolução agrária e, por conseguinte, a revolução democrática, só podia realizar-se no curso da luta contra a burguesia liberal, pelos esforços conjugados dos operários e dos camponeses. Opunha-me, porém, à fórmula da ditadura democrática do proletariado e dos camponeses, por achar que tinha o defeito de deixar sem resposta a pergunta: a qual dessas duas classes pertencerá a ditadura real? Procurava demonstrar que, a despeito de sua enorme importância social e revolucionária, os camponeses não são capazes de formar um partido verdadeiramente independente e, muito menos, de concentrar o poder revolucionário nas mãos desse partido. Em todas as revoluções passadas, a partir da reforma alemã do século 16 e mais cedo ainda, os camponeses rebelados deram sempre seu apoio a uma das frações da burguesia das cidades, permitindo-lhe, muitas vezes, alcançar a vitória. Assim também, considerava eu que, em nossa revolução burguesa retardada, os camponeses, no momento supremo da luta, podiam prestar um auxílio análogo ao proletariado e ajudá-lo a tomar o poder. Cheguei, assim, à conclusão de que a nossa revolução burguesa só podia realizar de fato as suas tarefas no caso de o proletariado, apoiado pelos milhões de camponeses, concentrar em suas mãos a ditadura revolucionária.

Qual seria o conteúdo social dessa ditadura? Antes de mais nada, sua missão consistiria em levar até o fim a revolução agrária e a reconstrução democrática do Estado.

Em outras palavras, a ditadura do proletariado tornar-se-ia a arma com a qual seriam alcançados os objetivos históricos da revolução burguesa retardatária. Mas esta não poderia ser contida aí. No poder, o proletariado seria obrigado a fazer incursões cada vez mais profundas no domínio da propriedade privada em geral, ou, seja, empreender o rumo das medidas socialistas.

Mas, realmente acreditais que a Rússia já esteja madura para uma revolução socialista? – objetaram-se muitas vezes os Stalin,

Ricov⁵ e outros Molotov⁶ dos anos de 1905-1917. Sempre respondi: não, não creio. Contudo, a economia mundial e a economia europeia em particular estão perfeitamente maduras para essa revolução. A ditadura do proletariado na Rússia nos conduzirá ou não ao socialismo? Em que ritmos e por quais etapas? Tudo isso dependerá do comportamento futuro do capitalismo europeu e mundial.

Eis aqui os traços essenciais da revolução permanente, tal como ela se constituiu nos primeiros meses do ano de 1905. Três revoluções ocorreram depois. O proletariado russo chegou ao poder, levado pela poderosa vaga de uma insurreição camponesa. A ditadura do proletariado tornou-se um fato consumado na Rússia antes de surgir em outros países, incomparavelmente mais desenvolvidos.

Em 1924, sete anos após a fulgurante confirmação do prognóstico histórico da teoria da revolução permanente, os epígonos desencadearam contra ela uma furiosa campanha, destacando dos meus velhos escritos frases truncadas e réplicas polêmicas que eu mesmo já havia completamente esquecido depois de tanto tempo.

A esta altura, é bom lembrar que a primeira revolução russa irrompe pouco mais de meio século após a época das revoluções burguesas na Europa e 35 anos depois da insurreição da Comuna de Paris. A Europa já havia perdido o hábito das revoluções. A

⁵ Ricov, Alexis (1881-1938) – Velho bolchevique. Um dos colaboradores mais chegados a Lenin, membro do Comitê Central bolchevique desde a cisão do POSDR. Torna-se presidente do Conselho Supremo da Economia, depois da Revolução de Outubro. Presidente do Conselho dos Comissários do povo, de 1924 a 1929. É executado em 1938, sob acusação de terrorismo, no terceiro processo de Moscou. (N.T.)

⁶ Molotov (1890-1986) – Velho bolchevique, dirige o POSDR, em Petrogrado, antes da chegada de Lenin, em abril de 1917. Desde 1920, membro do Comitê Central do PC, ao lado de Stalin. Durante o chamado terceiro período, ultraesquerdista, de guerras e revoluções que levou a Internacional Comunista ao aventureirismo na China (1928-1931), dirigiu a Internacional Comunista. Substitui, em 1939, Litvinov no Ministério das Relações Exteriores. Opondo-se à desestalinização, é afastado de seu cargo pelo grupo de Krushev. (N.T.)

Rússia as desconhecia completamente. Todos os problemas da revolução se formulavam em novos termos. É fácil compreender que a revolução que se aproximava representava, então, para nós uma massa de elementos desconhecidos ou duvidosos. As fórmulas de todos os grupos não passavam, em suma, de hipóteses de trabalho. É preciso ser totalmente incapaz de fazer um prognóstico histórico e compreender seus métodos para considerar, hoje, as avaliações e análises de 1905 como se elas datassem de ontem. Não raro digo a mim mesmo e frequentemente repito aos meus amigos: sem dúvida nos meus prognósticos de 1905 houve grandes lacunas muito fáceis de perceber agora, após o fato consumado. Por ventura, todos os meus críticos os previram melhor do que eu e com maior alcance? Não tendo tido oportunidade de reler meus antigos trabalhos, admitia, antecipadamente, que eles continham falhas muito mais graves e importantes do que na realidade apresentavam. Disso me convenci, em 1928, durante meu exílio em Alma-Ata, onde o repouso político forçado me deu o tempo necessário para reler e anotar meus velhos escritos consagrados ao problema da revolução permanente. Confio que o leitor chegará à mesma conclusão após ler a exposição que se segue.

Embora mantendo-me nos limites desta introdução, é necessário, contudo, caracterizar, tão exatamente quanto possível, os elementos componentes da teoria da revolução permanente e as principais objeções que lhe fazem. A discussão de tal forma se ampliou e se aprofundou que abarca, em suma, todas as questões mais importantes do movimento revolucionário mundial.

A revolução permanente, na concepção de Marx, significa uma revolução que não transige com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém no estágio democrático e, sim, passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior, uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente, e só termina com a liquidação total da sociedade de classes.

Para dissipar a confusão criada em relação à teoria da revolução permanente, é preciso distinguir três categorias de ideias que se unem e se fundem nela. De início, compreende o problema da passagem da revolução democrática à revolução socialista. Eis basicamente sua origem histórica.

A ideia da revolução permanente foi formulada pelos grandes comunistas dos meados do século 19, Marx e seus discípulos, para enfrentar a ideologia burguesa que, como se sabe, pretende que, após o estabelecimento de um Estado nacional ou democrático, todas as questões podem ser resolvidas pela via pacífica da evolução e das reformas. Marx não considera a revolução burguesa de 1848 senão como o prólogo imediato da revolução proletária. Marx se enganou. Mas seu erro era um erro de fato, não um erro de metodologia. A revolução de 1848 não se transformou em revolução socialista. Essa foi a razão pela qual não alcançou o triunfo da democracia. Quanto à revolução alemã de 1918, não era absolutamente o coroamento democrático de uma revolução burguesa: era uma revolução proletária decapitada pela social-democracia, para ser mais exato, pela contrarrevolução que, após sua vitória sobre o proletariado, foi obrigada a conservar as falaciosas aparências de democracia.

Segundo o esquema da evolução histórica elaborado pelo marxismo vulgar, cada sociedade chega, cedo ou tarde, a um regime democrático; então, o proletariado se organiza e faz sua educação socialista nesse ambiente favorável. Entretanto, no que concerne à passagem ao socialismo, nem todos a concebiam de modo idêntico: os reformistas confessos a encaravam sob o aspecto de reformas que dariam à democracia um conteúdo socialista (Jaurès); os revolucionários formais reconheciam o caráter inelutável da violência revolucionária no momento da passagem ao socialismo (Guesde). Mas, tanto uns quanto outros consideravam a democracia e o socialismo, em todos os povos e em todos os países, como duas etapas não somente distintas, mas também muito distantes uma da

outra na evolução social. Essa ideia predominava, de igual modo, entre os marxistas russos que, em 1905, pertenciam quase todos à ala esquerda da Segunda Internacional. Plekhanov, o brilhante fundador do marxismo russo, considerava como louca a ideia da possibilidade de uma ditadura proletária na Rússia contemporânea. Esse ponto de vista era compartilhado não somente pelos mencheviques, mas também pela esmagadora maioria dos dirigentes bolcheviques, em particular pelos atuais condutores do partido. Eles eram então democratas revolucionários convictos, mas os problemas da revolução socialista lhes pareciam, tanto em 1905 quanto na véspera de 1917, o prelúdio obscuro de um futuro ainda longínquo.

A teoria da revolução permanente, renascendo em 1905, declarou guerra a essa ordem de ideias e a essa disposição de espírito. Ela demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas, proposto pelos países burgueses atrasados, conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia. Nisso consistia a ideia fundamental da teoria. Enquanto a opinião tradicional considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passaria por um longo período de democracia, a teoria da revolução permanente proclamava que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passaria pela ditadura do proletariado. Por conseguinte, a democracia era considerada não como um fim em si, que deveria durar dezenas de anos, mas como o prólogo imediato da revolução socialista, à qual se ligava por vínculo indissolúvel. Dessa maneira, tornava-se permanente o desenvolvimento revolucionário que ia da revolução democrática à transformação socialista da sociedade.

Em seu segundo aspecto, a teoria da revolução permanente caracteriza a própria revolução socialista. Durante um período, cuja duração é indeterminada, todas as relações sociais se transformam no transcurso de uma luta interior contínua. A sociedade não faz senão mudar de pele, sem cessar. Cada fase de reconstrução decorre

diretamente da precedente. Os acontecimentos que se desenrolam guardam, necessariamente, um caráter político, dado que assumem a forma de choques entre os diferentes grupos da sociedade em transformação. As explosões da guerra civil e das guerras externas se alternam com os períodos de reformas pacíficas. As profundas transformações na economia, na técnica, na ciência, na família, nos hábitos e nos costumes, completando-se, formam combinações e relações recíprocas de tal modo complexas que a sociedade não pode chegar a um estado de equilíbrio. Nisso se revela o caráter permanente da própria revolução socialista.

Em seu terceiro aspecto, a teoria da revolução permanente implica o caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no âmbito nacional, mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo, como o demonstra o exemplo da União Soviética. No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. Desse ponto de vista, a revolução nacional não constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente.

A campanha dos epígonos é dirigida (sem ter, contudo, sempre o mesmo grau de clareza) contra os três aspectos da teoria da revolução permanente. O que é muito natural, pois se trata de

três partes indissolúvelmente ligadas e formando um todo. Os epígonos separam, mecanicamente, a ditadura democrática da ditadura socialista, do mesmo modo que separam a revolução socialista nacional da revolução internacional. Para eles, a conquista do poder nos quadros nacionais representa, na essência, não o ato inicial mas sim o ato final da revolução: em seguida se abre o período de reformas que culmina na sociedade socialista nacional.

Em 1905, nem mesmo admitiam a possibilidade de o proletariado russo conquistar o poder antes de o proletariado da Europa ocidental fazê-lo. Em 1917, eles pregavam a revolução democrática na Rússia como um fim em si e repeliam a ideia da ditadura do proletariado. Em 1925-1927, na China, orientaram-se rumo a uma revolução nacional sob a direção da burguesia. Eles lançaram, em seguida, para a China, a palavra de ordem da ditadura democrática dos operários e camponeses, opondo-se à ditadura do proletariado. Proclamavam ser perfeitamente possível construir na União Soviética uma sociedade socialista isolada, bastando-se a si mesma. A revolução mundial, deixando de ser uma condição indispensável para o triunfo do socialismo, torna-se para eles, apenas, uma circunstância favorável. Os epígonos chegam assim a essa ruptura profunda com o marxismo no curso de sua luta permanente contra a teoria da revolução permanente.

Essa luta, iniciada pela ressurreição artificial de certas reminiscências históricas e pela falsificação do passado longínquo, levou a uma revisão completa das ideias do grupo dirigente da revolução. Já explicamos muitas vezes que essa revisão dos valores foi provocada pelas necessidades sociais da burocracia soviética: tornando-se cada vez mais conservadora, ela aspirava a uma ordem mundial estável; desejava que a revolução terminada, tendo-lhe assegurado uma situação privilegiada, fosse suficiente para a construção pacífica do socialismo e reclamava a consagração dessa tese. Não retornaremos mais a essa questão; limitar-nos-emos a acentuar que a burocracia está perfeitamente consciente da ligação que existe entre suas

posições materiais e ideológicas e a teoria do socialismo nacional. É precisamente agora que isso se torna bem mais claro, talvez porque o aparelho stalinista, assaltado por contradições que não havia previsto, se desloca cada vez mais para a esquerda e desfere golpes sensíveis em seus inspiradores de ontem, pertencentes à direita. Como se sabe, a hostilidade dos burocratas com respeito à oposição marxista, da qual tomaram emprestadas, apressadamente, as palavras de ordem e os argumentos, não se abrandou nem um pouco. Quando os opositoristas, querendo dar apoio à política de industrialização, suscitam a questão de sua reintegração no partido, se lhes pede, antes de tudo, renegar a teoria da revolução permanente e reconhecer, mesmo por via indireta, a teoria do socialismo num só país. Com isso, a burocracia stalinista põe à mostra o caráter puramente tático de sua reviravolta à esquerda, deixando contudo íntegras as bases estratégicas de seu nacional-reformismo. A importância desse fato é evidente: em política, como na guerra, a tática, ao final de contas, se subordina à estratégia.

A questão de que tratamos já ultrapassou, há muito tempo, os quadros da luta contra o trotskismo. Estendendo-se cada vez mais, envolve, agora, literalmente, todos os problemas da ideologia revolucionária. Revolução permanente ou socialismo num só país, eis a alternativa em que se encontram os problemas internos da União Soviética, as perspectivas das revoluções no Oriente e, finalmente, a sorte de toda a Internacional Comunista.⁷

Esta obra não trata da questão sob todos os seus diferentes aspectos, pois não é necessário repetir o que já ficou dito nos outros trabalhos do autor. Procurei demonstrar, do ponto de vista teórico, a falência econômica e política do nacional-socialismo em minha *Crítica ao programa da Internacional Comunista*. Os teóricos da Internacional Comunista não disseram uma só palavra a respeito. Era, aliás, a única coisa que lhes restava fazer. No presente livro,

⁷ Uma vez mais, confirma-se previsão de Trotsky. A Terceira Internacional é dissolvida em 15 de maio de 1943, como já citado anteriormente.

reconstituo, antes de mais nada, a teoria da revolução permanente, tal como foi formulada em 1905, tendo em vista os problemas internos da Revolução Russa. Mostro, em seguida, em que diferia da de Lenin a minha maneira de colocar a questão, e como e por que coincidiu com a sua nos momentos decisivos. Trato, finalmente, de demonstrar a importância decisiva que tem o problema de que nos ocupamos para o proletariado dos países atrasados e, por conseguinte, para toda a Internacional Comunista.

* * *

Que acusações formularam os epígonos contra a teoria da revolução permanente? Deixando de lado as inúmeras contradições de meus críticos, chegamos a tirar, de sua enorme produção literária, os seguintes pontos essenciais:

1º) Trotsky desconhecia a diferença entre a revolução burguesa e a revolução socialista. Ainda em 1905, acreditava que o proletariado russo tivesse diante de si, como tarefa imediata, a revolução socialista;

2º) Trotsky esquecia completamente o problema agrário. Para ele, o camponês não existia. Imaginava a revolução como um duelo entre o proletariado e o tsarismo;

3º) Trotsky não acreditava que a burguesia mundial tolerasse a existência um tanto prolongada da ditadura do proletariado russo, cuja queda considerava inevitável no caso de o proletariado do Ocidente não conseguir conquistar o poder, no mais breve prazo, para prestar-nos o seu apoio. Trotsky subestimava, assim, a pressão que o proletariado do Ocidente podia exercer sobre a sua burguesia;

4º) Trotsky, de modo geral, não tem confiança nas forças do proletariado russo, julgando-o incapaz de construir o socialismo com seus próprios recursos; fundava, por conseguinte, e continua a fundar todas as suas esperanças na revolução internacional.

Essas acusações se repetem através dos inúmeros escritos e discursos de Zinoviev, Stalin, Bukharin e outros; chegam mesmo

a ser formuladas nas resoluções mais importantes do Partido Comunista russo e da Internacional Comunista. Mas, apesar disso, somos obrigados a constatar que o seu único fundamento é a ignorância aliada à má-fé.

Como vou demonstrar mais adiante, as duas primeiras afirmações dos críticos são fundamentalmente falsas. Eu partia do carácter burguês e democrático da Revolução Russa e chegava à conclusão de que a própria acuidade da crise agrária poderia levar ao poder o proletariado da Rússia atrasada. Era precisamente essa ideia que eu defendia nas vésperas da revolução de 1905. Era essa a ideia encerrada na denominação de revolução permanente, isto é, ininterrupta, passando imediatamente da fase burguesa à fase socialista. Para exprimir a mesma ideia, Lenin adotou, mais tarde, a excelente expressão de transcrescimento da revolução burguesa em revolução socialista. Stalin, considerando a revolução permanente como um salto único do reino da autocracia para o reino do socialismo, opôs-lhe em 1924, antedatando-a, essa ideia de transcrescimento. O infelizmente teórico nem mesmo se deu ao trabalho de refletir sobre o que poderia significar a permanência, isto é, a continuidade ininterrupta da revolução, se se tratasse de um salto único.

Quanto à terceira acusação, foi ela ditada pela esperança, de curta duração, que os epígonos fundavam na possibilidade de neutralizar a burguesia imperialista por um tempo ilimitado, mediante a pressão sabiamente organizada do proletariado. Foi essa a ideia central de Stalin, de 1924 a 1927. O Comitê Anglo-Russo foi o seu resultado. Decepcionados em sua esperança de poder amarrar a burguesia mundial com a ajuda de aliados como Purcell, Raditch, Lafollette e Chiang Kai-shek, os epígonos tomaram-se de pânico diante do perigo de uma guerra iminente. A Internacional Comunista atravessa, ainda hoje, esse período.

O quarto argumento contra a teoria da revolução permanente reduz-se, muito simplesmente, à constatação de que, em 1905, eu

não era partidário da teoria do socialismo num só país, que Stalin só fabricou, para uso da burocracia soviética, em 1924. Essa acusação é uma verdadeira farsa histórica. A dar-lhes ouvidos, seria preciso acreditar que os meus adversários – se é que, em 1905, eram eles capazes de reflexões políticas – pensassem, nessa época, que a Rússia estava madura para uma revolução socialista independente. Na realidade, no curso dos anos de 1905-1917, não cessaram de me acusar de utopismo, porque eu admitia a possibilidade da tomada do poder pelo proletariado russo antes do proletariado da Europa ocidental. Em abril de 1917, Kamenev e Ricov acusaram Lenin de utopismo e lhe ensinaram, sob uma forma popular, que a revolução socialista devia realizar-se, primeiro, na Inglaterra e em outros países adiantados, e que a vez da Rússia só viria mais tarde. Até 4 de abril de 1917, Stalin teve também esse ponto de vista. Foi só com muita dificuldade e gradualmente que ele assimilou a fórmula de Lenin que opunha a ditadura do proletariado à ditadura democrática. Na primavera de 1924, Stalin ainda repetia, com os demais, que a Rússia, considerada isoladamente, não estava madura para a edificação de uma sociedade socialista. Mas, já no outono do mesmo ano, no curso de sua luta contra a teoria da revolução permanente, Stalin descobriu, pela primeira vez, que era possível construir o socialismo isolado na Rússia. Depois disso, os professores vermelhos fizeram, para o seu uso, uma coletânea de citações destinadas a provar que, em 1905, Trotsky afirmava – que horror! – que a Rússia não podia chegar ao socialismo sem o auxílio do proletariado ocidental.

Mesmo pegando a história de todas as lutas ideológicas travadas no período de um quarto de século, picando-a com uma tesoura, pisando depois os pedacinhos num pilão e encarregando, em seguida, um cego de os colar novamente, ainda assim, talvez não se conseguisse obter uma mixórdia teórica e política tão monstruosa como a que os epígonos oferecem aos seus leitores e ouvintes.

* * *

Para demonstrar mais claramente a ligação existente entre os problemas de ontem e os de hoje, somos obrigados a recordar aqui, embora sucintamente, o que os dirigentes da Internacional Comunista, isto é, Stalin e Bukharin, fizeram na China.

Em 1924, reconheceu-se o papel dirigente da burguesia chinesa, sob o pretexto de que a China estava em vésperas de uma revolução libertadora nacional. O partido da burguesia nacional, o Kuomintang,⁸ foi, então, oficialmente reconhecido como partido dirigente. Os próprios mencheviques russos, em 1905, não ousaram fazer tais concessões ao Partido Constitucional Democrático (os cadetes), que era o partido da burguesia nacional.

Mas, os dirigentes da Internacional Comunista foram além. Forçaram o Partido Comunista Chinês a fazer parte do Kuomintang e a se submeter à sua disciplina. Telegramas especiais de Stalin recomendaram que os comunistas chineses contivessem o movimento agrário. Proibiu-se que os operários e os camponeses revolucionários criassem sovietes, por medo de criar suspeitas em Chiang Kai-shek, defendido por Stalin, contra a oposição, ainda no começo de abril de 1927, poucos dias antes do golpe de Estado de Xangai, e por ele proclamado aliado fiel numa reunião do partido em Moscou.

A subordinação oficial do Partido Comunista à direção burguesa e a interdição oficial de criar sovietes (Stalin e Bukharin defendiam a tese de que o Kuomintang substituía os sovietes) constituem uma traição muito mais chocante e mais grosseira ao marxismo do que toda a atividade dos mencheviques de 1905 a 1917.

Em abril de 1927, depois do golpe de Estado de Chiang Kai-shek, uma ala esquerda liderada por Wang Tin-wei, desligou-se provisoriamente do Kuomintang. O *Pravda* não deixou de

⁸ Kuomintang – Denominação do Partido Nacionalista Chinês de que um dos fundadores foi Sun Yat-sen (1866-1925), chamado o pai da revolução chinesa. Chiang Kai-shek, que o sucede, sob a pressão das forças comunistas de Mao Tse-tung se transfere para a ilha de Formosa (Taiwan), protegido por uma esquadra dos EUA. Aí, vem a falecer. (N.T.)

proclamar imediatamente que Wang Tin-wei era um aliado fiel. Na realidade, Wang Tin-wei representava, em relação a Chiang Kai-shek, a mesma coisa que Kerensky⁹ em relação a Miliukov,¹⁰ com a diferença de que, na China, Miliukov e Kornilov¹¹ estavam reunidos na mesma pessoa de Chiang Kai-shek.

Em lugar de preparar a guerra aberta contra esse Kerensky chinês, ordenou-se que o Partido Comunista Chinês, depois de abril de 1927, entrasse no Kuomintang de esquerda e se submetesse à disciplina de Wang Tin-wei. Esse amigo fiel destruiu o Partido Comunista e, ao mesmo tempo, o movimento operário e camponês, nada ficando a dever aos processos do bandido Chiang Kai-shek, proclamado aliado fiel por Stalin.

Ainda que, em 1905 e mais tarde, os mencheviques apoiassem Miliukov, não chegaram a entrar no partido liberal. Embora aliados de Kerensky em 1917, conservaram, no entanto, a sua própria organização. A política de Stalin na China não passou, pois, de má caricatura do próprio menchevismo. Tal foi o primeiro e mais importante período da revolução chinesa.

Quando, depois, as consequências dessa política – de perecimento completo do movimento operário e camponês, desmoraliza-

⁹ Kerensky, Alexandre (1881-1970) – Advogado e brilhante orador, é eleito para a Duma (Parlamento Russo) em 1912. Ao eclodir a I Guerra Mundial, define-se pela defesa nacional, abjurando o internacionalismo. Filia-se ao Partido Socialista Revolucionário em 1917. É eleito vice-presidente do Soviete de Petrogrado (depois, Leningrado, e hoje, novamente São Petersburgo). Ministro da Justiça, depois ministro da Guerra do governo provisório, de que se torna presidente de julho a outubro do mesmo ano. (N.T.)

¹⁰ Miliukov (1859-1943) – Historiador russo e chefe do Partido Liberal Burguês, dos cadetes (constitucionais-democratas). Com a queda do tsar Nicolau II, torna-se ministro das Relações Exteriores do primeiro governo provisório, de fevereiro de 1917. Emigra, depois da guerra civil. (N.T.)

¹¹ Kornilov, L. G. (1870-1918) – Comandante-chefe do Exército Russo, nomeado em 1º de agosto de 1917, por Kerensky, então presidente do governo provisório. Destituído, quando começou a manifestar oposição ao governo centrista, reclamando mais disciplina nas Forças Armadas. Preso e posto em liberdade após a Revolução de Outubro, procurou aglutinar a contrarrevolução para marchar rumo a São Petersburgo (Leningrado) decidido a esmagar os bolcheviques. Morto pela explosão de uma granada. (N.T.)

ção e ruína do Partido Comunista – se tornaram muito evidentes, os dirigentes da Internacional Comunista lançaram uma nova ordem: meia-volta à esquerda! e exigiram a revolta armada imediata dos operários e camponeses. Foi assim que o jovem Partido Comunista Chinês – já meio esmagado e estropiado, tendo sido, havia pouco, apenas a quinta roda do carro de Chiang Kai-shek e de Wang Tin-wei, e, por conseguinte, sem experiência política – recebeu a ordem inesperada de conduzir os operários e os camponeses, até então retidos pela Internacional Comunista sob a bandeira do Kuomintang, à ofensiva contra esse mesmo Kuomintang que tivera todo o tempo necessário para concentrar em suas mãos o poder e o Exército. No espaço de 24 horas, um soviete fictício foi improvisado em Cantão. Essa insurreição armada foi preparada, de antemão, de maneira a coincidir com a abertura do XV Congresso do Partido Comunista da União Soviética: e foi não só a prova do heroísmo da vanguarda dos operários chineses, mas também o testemunho dos erros criminosos dos dirigentes da Internacional Comunista. A insurreição de Cantão foi precedida e seguida de outras aventuras menos importantes. Tal foi o segundo capítulo da estratégia chinesa da Internacional Comunista, estratégia que se poderia definir como má caricatura do bolchevismo.

Nessas duas finalidades, de liberal-oportunismo e de espírito de aventura, foi desfechado um golpe no Partido Comunista Chinês, do qual só poderá refazer-se depois de uma série de anos e, ainda assim, se realizar uma política justa.

Cabia ao VI Congresso da Internacional Comunista fazer o balanço de toda essa atividade; ele aprovou-a inteiramente, o que é muito compreensível: só fora convocado para isso. E, para o futuro, lançou a fórmula de ditadura democrática dos operários e dos camponeses. Nunca explicaram, porém, aos comunistas chineses, que diferença poderia existir entre essa ditadura e a do Kuomintang de direita ou de esquerda, de um lado, e a ditadura do proletariado, de outro lado. É verdade que isso continua inexplicável.

Ao mesmo tempo que lançou a palavra de ordem de ditadura democrática, o VI Congresso declarou inadmissíveis palavras de ordem democráticas como a Assembleia Constituinte, o sufrágio universal, a liberdade de imprensa e de reunião etc., deixando o Partido Comunista Chinês completamente desarmado diante da ditadura da oligarquia militar. No entanto, durante longos anos, os bolcheviques russos mobilizaram os operários e os camponeses em torno dessas palavras de ordem democráticas, que desempenharam, em 1917, um papel imenso. Só mais tarde, quando o poder soviético, já sendo uma realidade, entrou em colisão política violenta com a Assembleia Constituinte, aos olhos de todo o povo, é que o nosso partido suprimiu as instituições e palavras de ordem da democracia formal ou burguesa, em proveito da democracia real, soviética ou proletária.

O VI Congresso da Internacional Comunista baralhou tudo isso. Continuando a impor ao partido chinês a palavra de ordem de ditadura democrática, em lugar da ditadura proletária, proibiu-lhe, ao mesmo tempo, o uso das palavras de ordem democráticas que servem para preparar essa ditadura. O partido chinês se viu, assim, não só desarmado, mas completamente desprevenido.

Como consolo, permitiu-se, finalmente, que ele lançasse, no momento do domínio absoluto da contrarrevolução, essa mesma palavra de ordem de soviets que lhe fora proibida quando se desenvolvia o movimento revolucionário. O herói de um conto popular russo entoava alegres canções nupciais nos enterros e cantos fúnebres nas festas de casamento: em ambos os casos sai sempre apanhando. Se quem apanhasse fossem apenas os estrategistas que dirigem atualmente a Internacional Comunista, a coisa não teria muita gravidade. O que está em jogo é, porém, coisa muito maior: trata-se nada menos que da sorte do proletariado. A tática da Internacional Comunista não foi outra coisa senão uma sabotagem inconsciente, mas bem organizada, da revolução chinesa. E isso se realizou de forma tanto mais segura quanto a Internacional Comunista cobriu, de 1924 a 1927, toda a sua política menchevique

de direita, com a autoridade do bolchevismo, enquanto o poder soviético, por meio do seu poderoso mecanismo de represália, a defendia contra as críticas da Oposição de Esquerda.

Temos, afinal de contas, diante de nós, uma perfeita experiência da estratégia de Stalin, desenvolvida, do princípio ao fim, sob o signo da luta contra a teoria da revolução permanente. É muito natural, portanto, que o principal teórico de Stalin, encarregado de defender a submissão do Partido Comunista Chinês ao Kuomintang nacional-burguês, tenha sido Martinov, que foi também o principal crítico menchevique da teoria da revolução permanente, durante o período de 1905 a 1923: a partir desse último ano, continuou ele a cumprir sua missão histórica, mas, já então, nas fileiras bolcheviques!¹²

* * *

Sobre a origem desta obra, encontra-se o essencial no primeiro capítulo.

Em Alma-Ata, começara eu a preparar um livro teórico e polêmico contra os epígonos. Grande parte desse livro devia ser consagrada à teoria da revolução permanente. No curso do meu trabalho, recebi de Radek, sobre o mesmo assunto, um manuscrito onde ele opunha a revolução permanente à linha estratégica de Lenin. Radek precisava dessa saída, à primeira vista surpreendente, pela simples razão de que também se achava completamente

¹² A propósito da adesão de Martinov à Terceira Internacional, escreve Trotsky, no seu trabalho intitulado *Quem dirige, hoje, a Internacional Comunista?*, o seguinte: “Em 1923, Martinov revelou-se inopinadamente, ao publicar um artigo na revista moscovita *Krassnaia Nov*. Numa sessão do Birô Político, na primavera de 1923, um pouco por gracejo e um pouco a sério, mas fazendo, em todo caso, um mau presságio, declarei, de passagem: Tomem cuidado, para que Martinov não se meta ainda no partido, Lenin, com ambas as mãos circundando a boca, à guisa de porta-voz, cochichou-me então, mas fazendo-se ouvir em toda a sala: Já se sabe que é um imbecil. Eu não tinha razão alguma para contestar essa breve caracterização feita num tom de absoluta convicção. Apenas observei que não é possível, evidentemente, construir um grande partido só com pessoas inteligentes, e que Martinov podia, por descuido, passar a uma outra categoria. Ora, a brincadeira tomou um tom sério, e Martinov não só se meteu no partido, mas também se tornou também um dos principais inspiradores da Internacional”. (N.T.)

atolado na política chinesa de Stalin: não só antes, mas também depois do golpe de Estado de Chiang Kai-shek, Radek, do mesmo modo que Zinoviev, invocava a necessidade da submissão do Partido Comunista Chinês ao Kuomintang. Para justificar essa sujeição do proletariado à burguesia, apelava Radek – nem era preciso dizer – para a necessidade de união com os camponeses, e me censurava por ter subestimado essa necessidade. Seguindo o exemplo de Stalin, servia-se ele da terminologia bolchevique para defender uma política menchevique, procurando ocultar, com a fórmula da ditadura do proletariado e dos camponeses, o fato de que o proletariado chinês estava sendo desviado da luta pelo poder, luta que devia travar à frente das massas camponesas. Quando eu desmascarei toda essa mistificação de ideias, Radek¹³ experimentou a violenta necessidade de demonstrar que a minha luta contra o oportunismo disfarçado com citações de Lenin resultava, muito simplesmente, da contradição existente entre a teoria da revolução permanente e o leninismo. E transformou a defesa dos seus próprios pecados num libelo de promotor público contra a revolução permanente. Essa intervenção serviu-lhe para preparar o caminho da própria capitulação. Desconfiei disso tanto mais que nos anos precedentes, ele mesmo se propusera escrever uma brochura para defender a teoria da revolução permanente. No entanto, absteve-me ainda de considerar Radek um homem perdido. Procurei, então, responder ao seu artigo de uma maneira nítida e categórica, mas deixando-lhe o caminho livre para a retirada. Publico, mais adiante, minha resposta a Radek, tal

¹³ Radek, Karl (1885-1942) – Bolchevique de origem polonesa e jornalista de excepcionais dotes, participou do movimento social-democrata da Galícia, Polónia e Alemanha, colaborando nas publicações editadas pelos social-democratas alemães de esquerda. Um dos principais dirigentes da Internacional Comunista (1919-1923). Destaca-se como líder da Oposição de Esquerda (1923-1928). Excluído do Partido Soviético no XV Congresso, é deportado para a Sibéria. Capítula em 1929 e, de volta, torna-se redator do *Pravda* (*A verdade*), submetendo-se às imposições de Stalin. Preso, novamente, e condenado, em 1937, a 10 anos de trabalhos forçados, é morto, em 1942, por ordem de Stalin, no local onde se encontrava deportado. (N.T.)

como foi redigida na época, acrescentando apenas algumas notas explicativas e correções de estilo.

O artigo de Radek não foi publicado e duvido muito que ainda o seja um dia, porque, sob a sua forma de 1928, não poderia passar pela peneira da censura de Stalin. Tal publicação seria, hoje, aliás, mortal para Radek, pois daria um quadro muito expressivo de sua evolução ideológica, que lembra muito a evolução de um homem que se precipita de um sexto andar ao chão.

O ponto de partida deste livro explica por que Radek ocupa aí um lugar mais importante do que o que teria direito a pretender. Radek não pôde inventar um só argumento novo contra a teoria da revolução permanente. Sua atitude é a de um epígono dos epígonos. Recomendamos, pois, que o leitor veja em Radek, não apenas Radek, mas o representante de uma espécie de firma coletiva, à qual ele se associou, com direitos limitados, ao preço de sua renúncia ao marxismo. Se Radek achar, todavia, que é muito elevada a quantidade de cascudos com que o mimoseio, poderá distribuí-los, à vontade, entre os que mais os merecem. É um negócio interno da firma. Quanto a mim, não vejo inconveniente nisso.

* * *

Vários grupos do Partido Comunista Alemão chegaram ao poder¹⁴ ou por ele lutaram, demonstrando sua capacidade de dirigir por meio de exercícios críticos sobre a revolução permanente. Mas, toda essa literatura, cujos autores são Maslov,¹⁵ Thalheimer¹⁶ e outros, desceu a um nível tão lamentável que não vale o trabalho

¹⁴ Isto é, à direção da Terceira Internacional. (N.T.)

¹⁵ Maslov, A. – Dirigente comunista alemão. Membro do Comitê Executivo da Internacional Comunista empenha-se na luta contra o trotskismo, para, pouco depois, aderir à Oposição de Esquerda. Expulso do PC em 1928, capitula. Retorna à oposição em 1934. Emigra para Cuba, onde vem a falecer. (N.T.)

¹⁶ Thalheimer, E. (1952) – Um dos fundadores do PC da Alemanha e autor de obras teóricas, particularmente sobre o materialismo dialético. Membro da direção do partido, dela é excluído, em 1929, juntamente com Brandrer, líder da fração direitista. Contudo, até sua morte, mantém-se à testa dessa tendência. (N.T.)

de uma réplica crítica. Os Thaelmann,¹⁷ os Remmele e outros caudilhos ultimamente nomeados estão ainda em nível mais baixo. A única coisa que tais críticos puderam demonstrar é que nem sequer transpuseram o umbral do problema. Deixo-os, por isso... no umbral. Quem for capaz de se interessar pela crítica teórica de Maslov, Talheimer e outros, que recorra, depois de ler este livro, aos escritos dos autores mencionados, para se convencer, então, de sua ignorância e falta de escrúpulos. Esse resultado será, por assim dizer, um produto acessório do trabalho que oferecemos ao leitor.

Prínkipo, 30 de novembro de 1929

L. Trotsky

¹⁷ Thaelmann, Ernest (1886-1945) – Com a maioria do Partido Social-democrata Independente, adere, em 1921, ao PC da Alemanha, tornando-se, pouco depois, dirigente da organização stalinista. Líder da fração comunista no *Reichstag* (Parlamento), de 1924 a 1933, candidata-se várias vezes à Presidência da República. Preso pelos nazistas em 1933, é assassinado por estes em 1945, no campo de concentração de Büchenwald. (N.T.)

I – O CARÁTER OBRIGATÓRIO DESTA OBRA E O SEU OBJETIVO

Durante seis anos,¹ as necessidades teóricas do partido, dirigido pelo bloco da direita com o centro, só têm sido satisfeitas pelo antitrotskismo, único produto existente em quantidade ilimitada e que, por isso, se distribui gratuitamente. Stalin se iniciou na teoria em 1924, com artigos imortais sobre a revolução permanente. Também Molotov recebeu na mesma pia o batismo de chefe. A falsificação chega ao auge. Faz pouco tempo, deitei os olhos sobre um anúncio da próxima publicação, em alemão, dos trabalhos de Lenin em 1917. Será esse um presente precioso para os operários avançados da Alemanha. Já pudemos, porém, imaginar, de antemão, quantas falsificações não haverá no texto e, sobretudo, nas notas explicativas. Basta dizer que, no sumário

¹ O autor escreveu em 1929 e refere-se à luta que, a partir de 1923, foi movida contra suas ideias. (N.T.)

dessa edição, ocupam o primeiro lugar as cartas que Lenin enviou a Kolontai,² então em Nova York. E por quê? Pela simples razão de que essas cartas contêm, a meu respeito, expressões violentas, provocadas pelas informações completamente falsas prestadas a Lenin por Kolontai, que, nessa época, enxertava no seu menchevismo orgânico um ultraesquerdismo histórico. Na edição russa, embora de uma forma ambígua, os epígonos foram constrangidos a assinalar que Lenin tinha sido mal informado. Mas, na edição alemã, podemos estar absolutamente certos de que não figurará nem mesmo essa explicação evasiva. Devo acrescentar que essas cartas contêm, também, ataques furiosos contra Bukharin, com quem Kolontai era solidária. Todavia, essas passagens continuam ocultas. Só serão publicadas quando for desencadeada uma campanha aberta contra Bukharin. E isso não tardará.³ Por outro lado, ocultam-se numerosos documentos do mais alto valor, como sejam artigos e discursos de Lenin, atas, cartas etc., porque são desfavoráveis a Stalin & Cia., ou porque destroem a lenda do trotskismo. Toda a história das três revoluções russas, assim como a do partido, foi completamente falsificada: a teoria, os fatos, as tradições, a herança de Lenin, tudo se sacrificou em proveito da luta contra o trotskismo, luta essa que, desde a doença de Lenin, fora concebida e organizada como uma campanha pessoal contra Trotsky, mas que adquiriu, depois, o caráter de uma luta contra o marxismo.

Confirmou-se, ainda uma vez, a verdade de que o restabelecimento de discussões há muito tempo esquecidas não é tão inócuo como podia parecer à primeira vista, mas satisfaz, até certo ponto, a uma atual necessidade social inconsciente, embora

² Kolontai, Alexandra – Ativa militante revolucionária. Do menchevismo, passa-se para o bolchevismo em 1917. Lidera, de 1921 a 1923, a chamada “Oposição Operária”, de cunho sindicalista e a ala esquerda do PC soviético. Após a morte de Lenin, desempenha funções diplomáticas no Exterior. (N.T.)

³ Depois de essas linhas terem sido escritas, a previsão cumpriu-se.

essa necessidade não corresponda à linha das antigas discussões. A campanha contra o antigo trotskismo não passou, na realidade, de uma campanha contra as tradições de outubro, cada vez mais importunas e insuportáveis para a nova burocracia. A tudo aquilo de que queriam livrar-se deram o nome de trotskismo. Foi assim que a luta contra o trotskismo se tornou, aos poucos, a expressão da reação teórica e política de largas camadas não proletárias e, em parte, até proletárias, e refletiu essa reação nas fileiras do partido. A pretensa oposição, burlesca e historicamente desfigurada, entre a revolução permanente e a orientação leninista para a união com o camponês nasceu em 1923, ao iniciar-se a reação política e social dentro do partido. Expressão viva da reação, essa oposição patenteava a repulsa orgânica do burocrata e do proprietário pela revolução internacional com suas comoções permanentes, assim como o desejo de ordem e de tranquilidade, comum aos funcionários e aos pequeno-burgueses. A campanha de ódio contra a revolução permanente serviu apenas para abrir caminho à teoria do socialismo num só país, isto é, do nacional-socialismo recentemente formado. Essas novas origens sociais da luta contra o trotskismo não trazem, naturalmente, nenhum argumento contra ou a favor da teoria da revolução permanente. É preciso, porém, levar isso em conta, porque, do contrário, a discussão tomaria, inevitavelmente, um caráter acadêmico e estéril.

Durante esses últimos anos, eu não podia constranger-me a deixar de lado problemas novos para voltar às antigas questões da época da revolução de 1905, que se relacionavam, quase todas, com o meu passado e só tinham sido levantadas com o fim de me combater de maneira artificial. Seria preciso um livro inteiro para analisar as antigas discórdias e, em particular, os meus antigos erros, enquadrando-os na época que lhes deu origem. Seria preciso analisá-los minuciosamente, para que a nova geração (sem contar os velhos que voltaram à infância política) pudesse compreendê-los bem. Parecia-me, porém, absurdo ocupar meu tempo e o dos

outros com todas essas questões, numa ocasião em que novos problemas, de importância gigantesca, continuavam na ordem do dia: as tarefas da revolução alemã, o destino futuro da Inglaterra, as relações entre a América e a Europa, as questões surgidas com as greves do proletariado britânico, os objetivos da revolução chinesa e, antes de mais nada, enfim, as nossas contradições e obrigações internas, econômicas, políticas e sociais. Tudo isso justifica, a meu ver, o fato de adiar, constantemente, a obra histórica e polêmica sobre a revolução permanente. Mas a consciência social tem horror ao vácuo. Como dissemos, durante os últimos anos, encheu-se o vácuo teórico com os destroços e o refugio do antitrotskyismo. Os epígonos, os filósofos e os especuladores da reação no partido, em plena decadência, foram aprender na escola de Martinov, esse menchevique obtuso, espezinham Lenin, atolaram-se no charco e chamaram tudo isso de luta contra o trotskyismo. Durante todo esse tempo, não lhes saiu da pena nenhuma obra séria ou importante, que se pudesse mencionar sem um sentimento de vergonha; não formularam nenhum juízo aproveitável, nenhum prognóstico que se realizasse, nenhuma palavra de ordem que contribuísse para o desenvolvimento das ideias. Tudo isso são bagatelas sem valor.

As *Questões do leninismo*, de Stalin, é a codificação de toda essa poeira ideológica; é o manual oficial da estupidez, é uma coleção de banalidades numeradas (Note-se que me esforço por dar as definições mais moderadas). Quanto ao leninismo, de Zinoviev, é justamente isso, o leninismo zinovievista. O seu princípio fundamental é quase o de Lutero: “Sustento isto, mas poderia sustentar também outra coisa”. Esses dois produtos teóricos dos epígonos são igualmente insuportáveis, com uma diferença apenas: ao ler o *Leninismo*, de Zinoviev, tem-se a impressão de sufocamento, engolindo algodão em rama, ao passo que as *Questões do leninismo*, de Stalin, provocam a sensação de cerdas picadas. As duas obras, cada qual a seu modo, refletem e coroam a época da reação ideológica.

Preocupados em agrupar todos os problemas à direita, à esquerda, por cima, por baixo, por diante e por trás do trotskismo, os epígonos esmeraram-se em subordinar, direta ou indiretamente, à teoria da revolução permanente, tal como Trotsky a formulara em 1905, todos os acontecimentos mundiais. A lenda do trotskismo, recheada de falsificações, tornou-se fator da história contemporânea. Se bem que a política do centro e da direita tenha falido, nesses últimos anos, em todos os cantos do mundo, é muito difícil, senão impossível, lutar contra a ideologia centrista da Internacional Comunista sem um estudo dos antigos prognósticos e antigas discussões, cuja origem remonta ao ano de 1905. Não se pode ressuscitar no partido⁴ o pensamento marxista, leninista por conseguinte, sem fazer, preliminarmente, um auto de fé polêmico da papelada dos epígonos, executando teoricamente, sem piedade, os executores do aparelho. Não é difícil compor um livro sobre o assunto, pois existem todos os elementos para isso. É, porém, um trabalho bastante desagradável, porque, para usar da expressão de um grande satírico russo, Saltikov, se é obrigado a descer ao domínio dos gases alfabéticos e a ficar muito tempo nessa atmosfera pouco reconfortante. Uma obra dessa natureza se torna, todavia, absolutamente indispensável, uma vez que se procura construir, na luta contra a revolução permanente, todo um sistema de defesa da política relativa aos problemas do Oriente e, assim, à maioria do gênero humano.

Eu já me preparava, pois, para começar esse trabalho de polêmica pouco atraente contra Zinoviev e Stalin, e, para repousar nas horas disponíveis, já havia escolhido alguns volumes dos nossos escritores clássicos (o escafandrista vê-se, de vez em quando, obrigado a voltar à tona para respirar um pouco de ar fresco), quando

⁴ O autor ainda contava, nessa época (1929), com a regeneração política da Terceira Internacional. Só os acontecimentos da Alemanha em 1933, com a subida de Hitler ao poder, vieram dissipar essa esperança, colocando a questão da fundação de uma Quarta Internacional, o que se verificou em 1938. (N.T.)

apareceu o artigo de Radek, estabelecendo uma oposição profunda entre a teoria da revolução permanente e as opiniões de Lenin sobre o mesmo problema. Desejei, em princípio, não dar importância a esse trabalho, para só me dedicar à mistura de algodão em rama com cerdas picadas que a sorte me reservara. Mas, uma série de cartas de amigos induziu-me a ler com atenção o trabalho de Radek. E cheguei à conclusão de que era pior do que a literatura oficial, sobretudo para quem pensa de maneira séria e independente, sem obedecer às ordens de outrem, e quer aprender o marxismo. Radek tornava-se mais nocivo, no sentido em que tanto mais perigoso é o oportunismo quanto mais se mascara e se reveste de uma boa reputação pessoal, em política. Radek era um dos meus melhores amigos políticos, como o demonstraram, com tanta clareza, os acontecimentos do período precedente. Mas, durante esses últimos meses, muitos camaradas acompanhavam, com inquietação, a evolução de Radek, que da extrema esquerda da Oposição passava à sua ala direita. Todos nós, amigos íntimos de Radek, já sabíamos que a brilhantes qualidades políticas e literárias junta ele uma sensibilidade e uma impulsividade exageradas: em condições de trabalho coletivo, isso constitui preciosa fonte de iniciativa e de crítica, mas, no isolamento, pode dar frutos muito diferentes. O último trabalho de Radek, comparado aos escritos e discursos anteriores, obriga-nos a reconhecer que Radek perdeu a bússola ou que sua bússola sofreu a influência persistente de anomalias magnéticas. O trabalho de Radek não representa uma excursão episódica ao passado, e sim um apoio oferecido à política oficial com toda a sua mitologia teórica e que, sem ter sido maduramente preparado, nem por isso deixa de ser menos perigoso.

Ao caracterizar, mais acima, a função política da luta atual contra o trotskismo, não quis dizer, evidentemente, que a crítica interna e, em particular, a crítica de minhas antigas dissensões com Lenin, sejam inadmissíveis dentro da Oposição, que se constituiu como um baluarte marxista contra a reação política e ideológica.

Ao contrário, semelhante trabalho de crítica e de análise seria muito útil, mas sob a condição de não se perder de vista a perspectiva histórica, de se fazer um estudo aprofundado das fontes e dos documentos, esclarecendo-se as discórdias do passado à luz das lutas de hoje. Nada disso se encontra em Radek. Como se não se apercebesse disso, entrou, muito simplesmente, no círculo da luta contra o trotskismo, fazendo citações unilaterais e servindo-se da interpretação oficial, fundamentalmente falsa. E, quando parece separar-se da campanha oficial, é de forma tão equívoca que, na realidade, lhe presta o serviço de se afigurar um testemunho imparcial. O último trabalho de Radek oferece o exemplo habitual de toda degradingolada ideológica: já não encerra mais a perspicácia política nem a perfeição literária do autor. É um trabalho sem perspectiva, fora das três dimensões, feito unicamente de citações, enfim, um trabalho realmente vulgar.

Quais foram as necessidades políticas que lhe deram origem? Foram as dissensões, entre Radek e a maioria esmagadora da Oposição, a respeito da revolução chinesa. Há quem afirma, é verdade, que as dissensões chinesas já não são atuais (Preobrajensky⁵). Mas tais afirmações nem ao menos merecem uma réplica séria. O bolchevismo formou-se e desenvolveu-se pela crítica e pelo estudo imediato da experiência de 1905, que foi intensamente vivida pela primeira geração bolchevique. E que outros acontecimentos poderiam servir, hoje, de lição às novas gerações de revolucionários proletários, senão a experiência, ainda palpitante, ainda coberta de sangue, da recente revolução chinesa? Só pedantes insultos podem “adiar” os problemas da revolução chinesa, sob o pretexto de estudá-los com mais vagar. Essa maneira de agir se torna tanto mais re-

⁵ Preobrajensky, E. (1886-1937?) – Velho bolchevique e economista altamente qualificado. Membro do Comitê Central do PC soviético desde 1917, seu secretário de 1919 a 1921, faz parte do Birô Político. Dirigente da Oposição de Esquerda (1923-1928), é excluído do partido no XV Congresso. Deportado em 1928, capitula no ano seguinte. Depois de ser novamente preso, desaparece nos cárceres da Guepeú. (N.T.)

pugnante para os bolcheviques leninistas quanto as revoluções nos países do Oriente não foram absolutamente riscadas da ordem do dia e que ninguém pode fixar as datas do seu desenvolvimento.

Para justificar sua posição falsa a respeito da revolução chinesa, Radek procura recorrer, antedatando-as, às minhas antigas dissensões com Lenin, das quais apresenta um quadro parcial e desfigurado. Ao chegar a esse ponto, é obrigado a recorrer a armas de um arsenal estranho e a navegar sem bússola por um canal estranho. Radek é meu amigo, mas a verdade ainda o é mais.⁶ Para responder a Radek, fui obrigado, uma vez mais, a deixar para mais tarde a redação de uma obra mais volumosa sobre os problemas da revolução. As questões tratadas são por demais importantes e apresentadas de forma muito direta, para que se pudesse silenciar sobre elas. Encontro-me, no entanto, em face de três espécies de dificuldades: a abundância e a variedade dos erros de Radek; a quantidade considerável de acontecimentos históricos e literários que, há 23 anos (1905-1928), vêm desmentindo Radek; e a insuficiência do tempo de que disponho para esse trabalho, num momento em que os problemas econômicos da URSS, que ocupam o proscênio, atraem a minha atenção.

O caráter deste livro é determinado por todas essas condições. O assunto não fica esgotado. O presente trabalho não podia ser completo pois faz parte da série de minhas obras precedentes, e se liga, sobretudo, com a *Crítica do projeto de programa da Internacional Comunista*. Deixo de utilizar numerosos fatos e materiais reunidos sobre essa questão, até o momento em que puder escrever um livro contra os epígonos, isto é, contra a ideologia oficial do período de reação.

* * *

⁶ *Amicus Radek, sed magis amica veritas*. Trotsky substitui *Plato* por *Radek*, na conhecida frase da Ammonius, em *A vida de Aristóteles*. (N.T.)

O trabalho de Radek sobre a revolução permanente chega a esta conclusão:

A nova fração do partido (a oposição) está ameaçada pelo aparecimento de tendências que irão separar a revolução proletária, no curso do seu desenvolvimento, do seu aliado – o campesinato.

É espantoso que essa conclusão, tirada no segundo semestre de 1928, e relativa à “nova” fração do partido, seja apresentada como nova. Ora, desde o outono de 1923, repete-se a mesma coisa. Como justifica Radek a sua adesão à tese oficial? Não segue caminhos novos: volta, muito simplesmente, à teoria da revolução permanente. Em 1924-1925, prometeu, por várias vezes, escrever uma brochura para demonstrar que a teoria da revolução permanente e a fórmula de Lenin sobre a ditadura democrática do proletariado e dos camponeses, consideradas do ponto de vista histórico, à luz da experiência de três revoluções, não podiam, de modo algum, ser opostas entre si, mas, ao contrário, coincidiam em seus pontos essenciais. Agora, depois de ter estudado novamente a questão, como escreveu a um dos nossos camaradas, Radek chega à conclusão de que a antiga teoria da revolução permanente representa um grande perigo para a nova fração do partido, por conter nada menos que a ameaça de um rompimento com os camponeses. Mas, de que maneira estudou Radek novamente a questão? Eis alguns dados que ele mesmo fornece:

Não tenho à mão as definições formuladas por Trotsky, em 1905, no prefácio à *Guerra Civil na França*, de Marx, e em *Nossa Revolução*, da mesma época.

As datas não são inteiramente exatas, mas não vale a pena nos determos nisso. O essencial reside no fato de que o único trabalho em que expus, mais ou menos sistematicamente, as minhas opiniões sobre o desenvolvimento da revolução, é um longo artigo intitulado *Balanço e perspectivas* (p. 224-286 do livro *Nossa Revolução*, São Petersburgo, 1906). O meu artigo, publicado no jornal polaco de Rosa Luxemburgo e de Tychko, em 1909, o único que Radek menciona e cujo conteúdo ele explica – ai de mim! – se-

gundo a interpretação de Kamenev, nunca pretendeu ser completo e definitivo. Do ponto de vista teórico, esse artigo se apoiava em meu livro *Nossa Revolução*, que ninguém é obrigado, hoje, a reler. Depois de sua publicação, vimos tais acontecimentos e deles tiramos tantas lições e ensinamentos, que acho apenas repugnante a maneira atual de os epígonos encararem os novos problemas históricos, não à luz da experiência viva das revoluções já realizadas, mas ao vislumbre de citações referentes ao modo pelo qual então prevíamos as revoluções futuras. Isso não significa, está claro, que Radek não tenha o direito de examinar o problema do ponto de vista histórico-literário. Apenas, seria preciso fazê-lo com acerto. Radek procura expor a história da teoria da revolução permanente no decurso de cinco lustros, mas isso não o impede de dizer, de passagem, que não tem à mão justamente os trabalhos em que desenvolvi essa teoria.

Devo acrescentar que Lenin nunca tomou conhecimento da obra fundamental acima mencionada, e disso me convenci ao ler os seus velhos artigos. Talvez isso se explique, já não digo pelo fato de *Nossa Revolução*, publicada em 1906, ter sido logo confiscada, numa ocasião em que todos nós éramos forçados a emigrar, mas porque três quartos da obra eram constituídos de velhos artigos já conhecidos. Com efeito, muitos camaradas me confessaram, mais tarde, que não a tinham lido porque acreditaram que se tratasse de uma coletânea dos meus antigos trabalhos. Em todo caso, as objeções polêmicas de Lenin contra a revolução permanente, além de serem raras e isoladas, baseiam-se, quase todas, no prefácio de Parvus⁷ à minha brochura *Antes do 9 de janeiro de 1905*, em seu manifesto *Sem o tsar*, que eu ignoro completamente, e nas discussões intestinas de Lenin com Bukharin e outros. Nunca e em

⁷ Parvus, Helphand A. L. (1879-1924) – Menchevique, na cisão do POSDR. Emigra para a Alemanha, aderindo à ala esquerda do Partido Social-democrata. Colaborador do *Neue Zeit* e do *Iskra*. Em 1905, elabora com Trotsky a teoria da revolução permanente, uma das mais candentes réplicas teóricas da concepção stalinista de socialismo num só país. Em 1914, toma posição ao lado do imperialismo alemão. (N.T.)

parte alguma, Lenin analisa ou cita, mesmo de passagem, o meu *Balanço e perspectivas*. Algumas de suas objeções contra a teoria da revolução permanente, além de nada terem a ver comigo, são a prova clara de que Lenin não leu esse trabalho.⁸

⁸ É verdade que, em 1909, Lenin citou o meu *Balanço e perspectivas*, em seu artigo polêmico contra Martov. Não seria difícil, entretanto, demonstrar que Lenin tomou suas citações de segunda mão, isto é, do próprio Martov. É a única explicação que se pode dar a algumas de suas objeções, que se devem, evidentemente, a um mal-entendido. Em 1919, o meu *Balanço e perspectivas* apareceu em brochura, publicado pela Edições Soviéticas. Mais ou menos nessa mesma época, surge nas *Obras completas* de Lenin uma nota em que se diz que a teoria da revolução permanente se tornava particularmente significativa “agora”, sobretudo depois da Revolução de Outubro. Teria Lenin lido ou mesmo folheado, em 1919, o meu *Balanço e perspectivas*? Nada posso dizer. Nessa época, eu andava sempre viajando, só ia a Moscou ocasionalmente e, durante as minhas entrevistas com Lenin, não era esse, certamente, o momento favorável para as recordações de ordem teórica ou fracional, tanto mais quanto a guerra civil estava em seu apogeu. Mas, justamente nessa época, A. Joffe manteve uma palestra com Lenin sobre a teoria da revolução permanente. É o que me conta ele na carta que me escreveu antes de morrer (consulte-se o segundo volume de *Minha vida*). Pode-se interpretar o testemunho de Joffe no sentido de que, em 1919, Lenin tomou conhecimento, pela primeira vez, do *Balanço e perspectivas*, reconhecendo a justeza do prognóstico histórico que esse artigo continha? Só posso adiantar, aqui, conjecturas psicológicas, cuja força de persuasão depende da maneira pela qual se estime o próprio fundo da questão discutida. As palavras de Joffe, segundo as quais Lenin reconhecera a justeza do meu prognóstico, parecerão incompreensíveis a pessoas alimentadas com a margarina teórica da época pós-leninista. Em compensação, quem seguir a evolução real do pensamento de Lenin, ligada ao desenvolvimento da revolução, compreenderá facilmente que, em 1919, Lenin devia formular, não podia deixar de formular, uma nova apreciação da teoria da revolução permanente, diferente da que fizera por várias vezes, antes da Revolução de Outubro e, ainda assim, de passagem, esporadicamente e de modo às vezes contraditório, baseando-se em citações isoladas, sem nunca ter examinado o conjunto de minha posição. Lenin não tinha necessidade de opor minha posição à sua, para chegar a reconhecer, em 1919, que o meu prognóstico era justo. Bastar-lhe-ia examinar os dois pontos de vista sob o aspecto de sua evolução histórica. É inútil acentuar, aqui, que o conteúdo concreto que Lenin dava cada vez à sua fórmula de ditadura democrática e que decorria, não tanto dessa própria fórmula hipotética, mas da análise das modificações reais na correlação existente entre as classes – esse conteúdo tático e organizacional entrou, para sempre, na história, como um exemplo clássico de realismo revolucionário. Em quase todos os casos (pelo menos nos mais importantes), em que me opus a Lenin do ponto de vista tático ou organizacional, era sempre ele quem tinha razão. Por isso é que não achei necessário intervir em defesa do meu velho prognóstico histórico, enquanto a questão parecia ter, apenas, o caráter de recordações históricas. Vi-me, porém, forçado a voltar ao assunto, quando a crítica dos epígonos à teoria da revolução permanente se tornou não só a fonte da reação teórica em toda a Internacional, mas também uma arma para a sabotagem direta da revolução chinesa.

Seria, porém, absurdo pensar que o leninismo de Lenin se reduzisse a isso. Parece, todavia, que Radek é dessa opinião. Em todo caso, seu artigo não só demonstra que ele não tinha à mão os meus trabalhos fundamentais, como leva a crer que não os leu ou, se leu, foi antes da Revolução de Outubro, de forma que guardou muito pouco de seu conteúdo.

Mas, não é tudo. Se, em 1905 ou 1909, era admissível e até inevitável, dada a atmosfera de cisão, polemizar sobre artigos de atualidade e mesmo sobre frases destacadas de artigos isolados – hoje, o revolucionário marxista que fizer um retrospecto de um gigantesco período histórico, não pode deixar de perguntar: como foram adaptadas à realidade as fórmulas discutidas, e como se refletiram e interpretaram na ação? E qual foi o pensamento tático correspondente? Se Radek se tivesse dado ao trabalho de folhear ao menos as duas primeiras partes de minha obra *Nossa primeira Revolução*,⁹ que constitui o segundo volume de minhas *Obras*, não teria ousado escrever seu trabalho ou, em todo caso, teria suprimido uma série de afirmações precipitadas. Pelo menos, assim penso.

Radek teria aprendido, assim, antes de mais nada, que a revolução permanente nunca significou, para mim, a vontade de saltar por cima da etapa democrática da revolução, ou por cima de qualquer de suas fases particulares. Teria visto que formulei os objetivos das próximas etapas da revolução de 1905 de modo inteiramente idêntico ao de Lenin, e isso apesar de ter vivido todo o ano de 1905 ilegalmente na Rússia, sem relações com os emigrados. Teria sabido que os principais manifestos aos camponeses, publicados em 1905 pela gráfica bolchevique central, foram escritos por mim; que a nota da redação do jornal *Novaia Jizn*,¹⁰ dirigido por Lenin, é a defesa enérgica do meu artigo sobre a revolução permanente, publicado no *Natchalo*;¹¹ que o *Novaia Jizn* leninista e o próprio

⁹ Editada em francês sob o título de *1905*. (N.T.)

¹⁰ *Vida nova*. (N.T.)

¹¹ *O princípio*. (N.T.)

Lenin sustentaram e defenderam sempre as resoluções do Soviete dos deputados operários, das quais era eu o autor e mesmo, em nove casos sobre dez, o relator; que, depois da derrota de dezembro de 1905, escrevi, na prisão, uma brochura sobre a tática segundo a qual eu considerava, como problema estratégico principal, a união da ofensiva proletária com a revolução agrária dos camponeses; que Lenin publicou essa brochura na editora bolchevique *Novaia Volna*¹² e me enviou, por Knuniantz, a sua decidida aprovação; que, finalmente, no Congresso de Londres, em 1907, Lenin falou de minha solidariedade com o bolchevismo, cujas opiniões sobre o campesinato e a burguesia liberal eram também as minhas. Nada disso existe para Radek; é que, talvez, não o tivesse à mão.

E qual é a atitude de Radek para com os trabalhos de Lenin? Não é melhor. Limita-se a citar passagens que Lenin escreveu contra mim, mas dirigidas a outros (Bukharin e Radek, por exemplo; o próprio Radek faz uma observação franca a respeito). Radek não conseguiu descobrir um só texto novo contra mim; não fez senão utilizar a coleção de citações anteriormente preparadas e que quase todos os cidadãos da URSS têm, hoje, à mão. Radek apenas acrescenta algumas citações em que Lenin ensina aos anarquistas e aos socialistas revolucionários verdades universalmente conhecidas sobre a diferença entre a república burguesa e o socialismo. Segundo Radek, essas citações se voltam contra mim. É inimaginável, mas é assim.

Radek silencia sobre as antigas declarações em que Lenin, com uma reserva e descrição que, por isso mesmo, dão mais força às suas palavras, constata a minha solidariedade com o bolchevismo nas questões fundamentais. É preciso não esquecer nunca as condições em que Lenin fez tais declarações: numa época em que eu não pertencia à fração bolchevique e em que Lenin me atacava sem comiseração (de maneira inteiramente justa) por causa de minha

¹² *A nova vaga.* (N.T.)

atitude conciliadora e da esperança que ainda me dispunha nutrir de uma evolução dos mencheviques para a esquerda (e não por causa da revolução permanente, sobre a qual Lenin se limitou a algumas objeções episódicas). Lenin preocupava-se muito mais com a luta contra a tendência conciliadora do que com a justeza dos ataques polêmicos contra o conciliador Trotsky.

Que outra corrente estava mais próxima do bolchevismo do que a representada por mim em todos os problemas fundamentais, o problema agrário inclusive? Mesmo Rosa Luxemburgo¹³ se afastou, em princípio, da política agrária do governo bolchevique. Quanto a mim, a questão nem chegou a se colocar: estávamos ambos sentados à mesma mesa, Lenin e eu, quando ele escreveu a lápis o seu projeto de lei agrária. A troca de opiniões e a discussão que mantivemos se reduziram, então, a uma dezena de breves réplicas, cujo sentido era o seguinte: um passo contraditório, mas absolutamente inevitável do ponto de vista histórico. Sob o regime da ditadura proletária e nos quadros da revolução internacional, essas contradições serão dirimidas; é apenas uma questão de tempo.

Se existe uma contradição fundamental entre a teoria da revolução permanente e a dialética de Lenin sobre o problema agrário, como explicará Radek o fato de que, sem renunciar às minhas ideias essenciais sobre o desenvolvimento da revolução, não hesitei, em 1917, em face do problema agrário, ao contrário do que aconteceu com a maioria dos bolcheviques influentes da época? Como explicará o fato de os teóricos atuais do antitrotskyismo – Zinoviev, Kamenev, Stalin, Ricov, Molotov e outros – terem ocupado todos,

¹³ Luxemburgo, Rosa (1871-1919) – Uma das mais lúcidas teóricas marxistas, dirigente da Segunda Internacional e do movimento operário mundial. Empenha-se em luta, sem conciliação, contra o reformismo de Bernstein, o millerandismo francês e o centrismo oportunista de Kautsky. Lidera com Karl Liebknecht, Clara Zetkin e Franz Mehring a ala esquerda da social-democracia da Alemanha, cindindo-a, do que resulta a criação da “Liga Spartaquista” ou “União de Spartacus”, núcleo originário do PC alemão, cuja fundação se deve, em grande parte, a ela. Após um levante malogrado, é assassinada, juntamente com Karl Liebknecht, por soldados do socialista reformista Ebert, sob cuja guarda se encontrava. (N.T.)

depois da Revolução de Fevereiro, posições não proletárias e vulgarmente democráticas? Repetimo-lo ainda uma vez: que e quem tinha Lenin em vista, ao falar da adesão ao bolchevismo dos melhores elementos das correntes mais próximas do marxismo? Não será esse balanço definitivo que Lenin faz das dissensões passadas, suficiente para demonstrar, pelo menos, que ele não era de opinião que existissem duas linhas estratégicas irredutivelmente opostas?

A esse respeito, o discurso de Lenin na sessão do Comitê do Partido em Petrogrado, em 14¹⁴ de novembro de 1917¹⁵ é ainda mais significativo. Discutia-se a questão do acordo com os mencheviques e os socialistas revolucionários. Os partidários dessa aliança tentaram, embora muito timidamente, fazer uma alusão ao trotskismo. E que respondeu Lenin?

... Acordo? Mas, nem posso tomar isso a sério. Trotsky já declarou, há muito tempo, que nenhum acordo é possível. Trotsky o compreendeu e, desde então, não houve melhor bolchevique do que ele.

O que, segundo Lenin, era a tendência à conciliação, e não a revolução permanente. Para tornar-me o melhor bolchevique, precisei, como se acaba de ler, compreender a impossibilidade de um acordo com o menchevismo.

Como explicar, todavia, o caráter brusco da reviravolta de Radek, justamente no que diz respeito ao problema da revolução permanente? Creio possuir um elemento para essa explicação. Sabemos, pelo próprio artigo de Radek, que ele, em 1916, aceitava a interpretação da revolução permanente então feita por Bukharin, o qual declarava que a revolução burguesa na Rússia estava terminada (e, com isso, se referia precisamente à revolução burguesa, e não ao papel revolucionário da burguesia ou ao papel histórico da palavra de ordem de ditadura democrática). Bukharin achava,

¹⁴ Segundo o calendário atual; 1º de novembro, segundo o velho calendário. (N.T.)

¹⁵ Como se sabe, o relatório pormenorizado dessa sessão foi suprimido do livro consagrado ao aniversário da revolução, por ordem especial de Stalin, e continua a ser sonegado ao partido.

portanto, que o proletariado devia marchar para a conquista do poder, sob uma bandeira nitidamente socialista. Nessa época, provavelmente, Radek interpretava o meu ponto de vista à maneira de Bukharin; do contrário, nunca teria podido estar de acordo, ao mesmo tempo, comigo e com Bukharin. Isso explica, por outro lado, por que Lenin, ao polemizar contra Bukharin e Radek, que eram seus camaradas de trabalho, lhes aplicava o pseudônimo de Trotsky (Radek o reconhece em seu artigo). Lembro-me de que M. N. Pokrovsky, partidário de Bukharin e construtor inesgotável de esquemas históricos, lindamente decorados e pintados à maneira marxista, me assustava, nessa época, durante as nossas entrevistas em Paris, com sua solidariedade problemática comigo. Pokrovsky nunca passou, politicamente, de um anticadete:¹⁶ ele acreditava, com sinceridade, que isso é bolchevismo.

Em 1924-1925, Radek provavelmente ainda vivia das suas recordações das ideias de Bukharin em 1916, que continuava a identificá-las com as minhas. E, decepcionado, muito legitimamente, com essa posição desesperada, Radek descreveu, depois de um estudo sumário de Lenin, uma curva de 180 graus por cima de minha cabeça. É muito possível que assim tenha sido, pois que essas coisas costumam acontecer. Assim, Bukharin, depois de ter mudado a pele em 1923-1925 e se tornar oportunista, já depois de ter sido ultraesquerdista, vive procurando lançar-me às costas o seu próprio passado ideológico, qualificando-o de trotskismo. Ao iniciar-se a campanha contra mim, quando, às vezes, eu mesmo me impunha a obrigação de percorrer os artigos de Bukharin, não deixava de perguntar: mas, de onde tirou ele tudo isso? Foi, então, que atinei com a coisa: ele relê, decerto, o seu diário íntimo de ontem. Estou inclinado a acreditar que as mesmas razões psicológicas tenham determinado a transformação de Radek, que tão depressa deixou de ser o apóstolo Paulo para se tornar o Saulo da

¹⁶ *Cadete*, palavra tirada das iniciais K. D., do partido constitucional-democrático. (N.T.)

revolução permanente. Não me atrevo a insistir nessa conjectura. Devo dizer, no entanto, que não encontro outra explicação.

* * *

Seja como for, o vinho está servido e é preciso bebê-lo, como dizem os franceses. Somos forçados a empreender uma longa excursão pelos domínios dos antigos textos. Limitei, tanto quanto me foi possível, o número das citações. Mas, ainda assim, são muitas. Serve-me de escusa o fato de ter sempre procurado ligar todo esse acervo de antigas citações aos problemas candentes da atualidade.

II – A REVOLUÇÃO PERMANENTE NÃO É UM SALTO DO PROLETARIADO, E SIM A TRANSFORMAÇÃO DO PAÍS SOB SUA DIREÇÃO

Radek escreve:

O traço essencial que separa o ciclo das ideias chamadas teoria e tática (note-se: e tática! – L. T.) da revolução permanente, da teoria leninista consiste na confusão da etapa da revolução burguesa com a da revolução socialista.

Dessa acusação fundamental, decorrem outras não menos graves: Trotsky não compreendia a impossibilidade, nas condições da vida russa, de uma revolução socialista que não saísse da revolução democrática, e é por isso que saltava por cima do degrau da ditadura democrática. Trotsky negava o papel do campesinato e nisso suas opiniões se identificavam com as dos mencheviques. Como já disse, tudo isso deveria servir para demonstrar, indiretamente, a falsidade de minha posição nas questões fundamentais da revolução chinesa.

Do ponto de vista formal dos escritos, Radek pode, naturalmente, encontrar referências eventuais em Lenin. É o que ele faz: quando se trata de citar, sempre se tem alguma coisa à mão. Vou demonstrar, porém, mais adiante, que tais afirmações de Lenin a meu respeito, além de totalmente episódicas, eram inexatas, porque não correspondiam, de modo algum, às minhas posições reais, mesmo às de 1905. Aliás, o próprio Lenin exprimiu opiniões diametralmente opostas e muito mais justas sobre a minha atitude nas questões fundamentais da revolução. Radek nem mesmo procurou dar unidade às opiniões diferentes e até contraditórias de Lenin, e explicar essas contradições polêmicas, comparando-as com os meus verdadeiros pontos de vista.¹

Em 1906, Lenin prefaciou e publicou o artigo de Kautsky² sobre as forças motrizes da revolução russa. Sem o saber, também fiz, na prisão, uma tradução desse artigo, inserindo-a, com uma introdução, no meu livro *Em defesa do partido*. Lenin e eu nos declaramos de perfeito acordo com a análise de Kautsky. Tendo Plekhanov perguntado se a nossa revolução era burguesa ou socialista, Kautsky respondeu que não era mais burguesa, mas também não era ainda socialista, representando, portanto, uma espécie de transição entre ambas. A esse respeito, escreveu Lenin em seu prefácio:

... em seus traços gerais, a nossa revolução é burguesa ou socialista? É uma velha frase feita, diz Kautsky, pois a questão não se coloca assim e não é

¹ Lembro-me de que, no VIII Plenun do Comitê Executivo da Internacional Comunista, ao citar Bukharin essas mesmas passagens hoje utilizadas por Radek, exclamei: "Mas, é possível achar em Lenin citações exatamente contrárias!". Depois de um momento de confusão, Bukharin respondeu: "Já sei, já sei; tomo, porém, o que me convém, e não o que lhe convém". Tal é a presença de espírito desse teórico.

² Kautsky, Karl (1854-1938) – Um dos principais líderes da Segunda Internacional e da social-democracia alemã. Autor de obras básicas da bibliografia marxista e executor testamentário do acervo literário de Marx e Engels, opõe-se tanto ao bolchevismo de Lenin quanto ao revisionismo de Bernstein. Torna-se, pelo seu "oportunismo", alvo de duras críticas do chefe da Revolução Russa que o considera um social-chauvinista. Trotsky, de igual modo, não o poupa. (N.T.)

essa a maneira marxista de colocá-la. A revolução russa não é burguesa, porque a burguesia não faz parte das forças motrizes do atual movimento revolucionário na Rússia. Não obstante, a revolução russa também não é socialista.

Podíamos encontrar muitas passagens em que Lenin, antes e depois desse prefácio, definiu a revolução russa, categoricamente, como revolução burguesa. É uma contradição? Se se for ler Lenin pelos métodos dos críticos atuais do trotskismo, será fácil descobrir, em seus escritos, dezenas e centenas dessas contradições, que todo leitor sério e honesto explicará pelos diferentes aspectos do problema nos diferentes momentos da história, o que não compromete, de modo algum, a unidade fundamental da concepção de Lenin.

Por outro lado, nunca neguei o caráter burguês da revolução, no sentido de suas tarefas históricas imediatas; só o neguei quanto a suas forças motrizes e a suas perspectivas. Eis como começa minha principal obra da época (1905-1906) sobre a revolução permanente:

A revolução na Rússia foi uma surpresa para todos, com exceção da social-democracia. Há muito tempo que o marxismo predissera a inevitabilidade da revolução russa, que devia estalar em consequência de um choque entre as forças do desenvolvimento capitalista, de um lado, e as forças de inércia do absolutismo, de outro lado. Declarando-a burguesa, o marxismo indicava que as tarefas imediatas e objetivas da revolução consistem na criação de condições normais para a evolução de toda a sociedade burguesa. Que o marxismo teve razão, não são mais necessárias discussões nem provas para demonstrá-lo. Coloca-se, hoje, para os marxistas, outra tarefa bem diversa: a definição das possibilidades da revolução que se desenvolve, mediante a análise do seu mecanismo interno. A revolução russa tem um caráter todo específico, representando a soma de todas as particularidades de nossa evolução histórica e social e descobrindo diante de nós, por seu turno, perspectivas históricas inteiramente novas (*Nossa Revolução*, 1906, livro *Balço e perspectivas*, p. 224).

A definição sociológica geral – revolução burguesa – não resolve, de modo algum, as tarefas políticas e táticas, as contradições e dificuldades que essa revolução burguesa apresenta (*Ibidem*, p. 249).

Eu não negava, portanto, o caráter burguês da futura revolução, nem confundia a democracia com o socialismo. Demonstrava, porém, que a dialética de classe da revolução burguesa conduziria ao poder o nosso proletariado e que nem mesmo as tarefas democráticas se realizariam sem a sua ditadura.

No mesmo artigo (1905-1906), lê-se:

O proletariado cresce e se fortifica à medida que se desenvolve o capitalismo. Considerado nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo é, ao mesmo tempo, a evolução do proletariado para a ditadura. O dia e a hora, porém, em que o poder deve passar para as mãos da classe operária não dependem diretamente do nível das forças produtivas, e sim das relações da luta de classes, da situação internacional e, afinal, de uma série de elementos subjetivos, sobretudo a tradição, a iniciativa, a preparação da batalha.

O proletariado pode chegar ao poder, num país economicamente atrasado, antes do proletariado de um país avançado do ponto de vista capitalista. Julgar que a ditadura do proletariado dependa automaticamente das forças técnicas e dos recursos de um país significa repetir um preconceito oriundo de um materialismo econômico por demais simplificado. Tal opinião nada tem de comum com o marxismo.

A nosso ver, a revolução russa cria condições tais que o poder poderia (e, em caso de vitória da revolução, deveria) passar às mãos do proletariado, antes de terem os políticos do liberalismo burguês a oportunidade de revelar toda a beleza do seu gênio político (*Op. cit.*, p. 245).

Essas linhas encerram uma crítica àquele marxismo vulgar, que não só dominou em 1905-1906, como regeu a orquestra na conferência bolchevique de março de 1917, antes da chegada de Lenin, e que, na conferência de abril, achou um relator na pessoa de Ricov. No VI Congresso da Internacional Comunista, esse falso marxismo, que outra coisa não é senão o bom senso do filisteu estragado pela escolástica, foi o fundamento científico do discurso

de Kuussinen e de muitos outros. E isso se deu 10 anos depois da Revolução de Outubro!

Não podendo expor aqui, em seu todo, as ideias contidas no *Balanço e perspectivas*, citarei um trecho de um dos meus artigos no jornal *Natchalo* (1905), no qual resumi meu pensamento:

Nossa burguesia liberal age de uma forma contrarrevolucionária, mesmo antes de se chegar ao ponto culminante da revolução. Nos momentos críticos, nossa democracia intelectual apenas revela sua impotência. O campesinato é constituído de elementos revoltados que só a força do futuro poder de Estado logrará pôr a serviço da revolução.

A posição de vanguarda ocupada pela classe operária na luta revolucionária, o laço que a liga diretamente ao campo [rural] revolucionário, a influência por ela exercida sobre o exército, tudo isso a impele inelutavelmente para o poder. A vitória completa da revolução significa a vitória do proletariado. E esta, por sua vez, significa a permanência ulterior da revolução (*Nossa Revolução*, p. 172).

Por conseguinte, a previsão da ditadura do proletariado decorre, aqui, precisamente da revolução burguesa e democrática, ao contrário de tudo o que escreve Radek. Por isso é que a revolução se chama permanente (ininterrupta). Mas a ditadura do proletariado não vem, como diz Radek, depois de realizada a revolução democrática, que, nesse caso, seria, muito simplesmente, impossível na Rússia, porque, num país atrasado, o proletariado pouco numeroso não teria nenhuma probabilidade de chegar ao poder sem a satisfação das reivindicações camponesas na etapa precedente. Ao contrário, parecia possível e até inevitável a edificação da ditadura do proletariado no terreno da revolução burguesa, e isso porque não existia outra força capaz de atingir os objetivos da revolução agrária. Ao mesmo tempo, isso abria a perspectiva de transformação da revolução democrática em revolução socialista.

Ao entrar no governo, não como reféns impotentes, mas como força dirigente, os representantes do proletariado suprimem, por isso mesmo, todo e qualquer limite entre o programa mínimo e o programa máximo, ou

melhor, colocam o coletivismo na ordem do dia. Seguir-se-á, então, nessa direção, de acordo com a correlação de forças, e não segundo as intenções do partido do proletariado.

Por isso é que não se pode tratar de uma forma especial da ditadura proletária na revolução burguesa e, em particular, da ditadura democrática do proletariado (ou do proletariado e dos camponeses). A classe operária não poderia assegurar um caráter democrático à sua ditadura se não ultrapassasse os quadros do programa democrático da revolução.

Se o partido do proletariado conquistar o poder, combaterá por esse poder até o fim. A propaganda e a organização no campo serão, sobretudo, uma arma para manter e consolidar o poder, assim como o programa coletivista constituirá outra. O coletivismo não será apenas o corolário inevitável da situação do partido no poder, mas se tornará ainda o meio de o conservar com o apoio do proletariado (*Balanço e perspectivas*, p. 258).

Prossigamos:

Conhecemos o exemplo clássico de uma revolução – escrevia eu, em 1908, contra o menchevique Tcherevanin – na qual as condições que acarretaram a dominação da burguesia capitalista tinham sido preparadas pela ditadura terrorista dos *sans-culottes* vitoriosos. Era a época em que a grande massa da população das cidades era constituída pela pequena burguesia artesã e comerciante que apoiava os jacobinos. Mas a grande massa da população das cidades russas é hoje o proletariado industrial. Essa analogia nos inspira a ideia da possibilidade de uma situação histórica em que a vitória da revolução burguesa só possa realizar-se mediante a conquista do poder revolucionário pelo proletariado. E a revolução deixará, por isso, de ser burguesa? Sim e não. Isso não depende de definições formais, mas do desenvolvimento ulterior dos acontecimentos. Se o proletariado for derrocado pela coligação das classes burguesas, inclusive o campesinato por ele libertado, a revolução se manterá nos quadros limitados de uma revolução burguesa. Mas, se o proletariado souber e puder empregar todos os meios de dominação política para romper os quadros nacionais da revolução russa, esta poderá tornar-se o prólogo da revolução socialista mundial. Tudo depende de saber até que etapa poderá marchar a revolução russa, mas esse problema

só admite, naturalmente, uma solução condicional. Uma coisa, porém, é certa e indiscutível: a definição pura e simples da revolução russa como revolução burguesa não indica o caráter do seu desenvolvimento interno e não significa, de modo algum, que o proletariado deva adaptar sua tática à conduta da democracia burguesa como única pretendente legal ao poder de Estado (L. Trotsky, 1905, p. 263 da edição russa).

Escrevia eu no mesmo artigo:

Nossa revolução é burguesa quanto às tarefas imediatas que lhe deram origem, mas, por força da extrema diferenciação de classe da população industrial, não possuímos uma classe burguesa capaz de se pôr à frente das massas populares e unir a sua força social à sua energia revolucionária. As massas operárias e camponesas, oprimidas e abandonadas à sua própria sorte, são obrigadas a forjar os elementos preliminares, políticos e de organização, necessários à sua vitória, na dura escola dos conflitos implacáveis e das derrotas cruéis. Não lhes resta outro caminho (L. Trotsky, 1905, p. 267-268).

Devo citar, uma vez mais, o *Balanço e perspectivas*, a propósito da questão do campesinato, que constitui hoje o alvo principal. No capítulo intitulado “O proletariado no poder e os camponeses”, dizia eu o seguinte:

O proletariado não poderá consolidar o poder se não alargar a base da revolução.

Numerosas camadas das massas trabalhadoras, sobretudo no campo, só serão arrastadas pela revolução e politicamente organizadas depois que o proletariado das cidades, como vanguarda da revolução, tiver empunhado o leme do Estado. A propaganda e a organização revolucionárias serão feitas então à custa do Estado. Finalmente, o próprio poder legislativo se tornará uma arma poderosa para revolucionar as massas populares...

A sorte dos interesses revolucionários mais elementares dos camponeses e, poder-se-ia dizer de todo o campesinato como ordem social, está ligada, assim, à sorte de toda a revolução, isto é, à sorte do proletariado.

O proletariado no poder aparecerá aos camponeses como uma classe libertadora. A dominação do proletariado não só acarretará a igualdade democrática, a livre autonomia, a passagem da carga fiscal para as classes abastadas, a fusão do

Exército regular com o povo armado, a supressão dos dízimos obrigatórios da Igreja, como também a legalização de todas as transformações revolucionárias agrárias (confiscação das terras pelos camponeses). O proletariado fará dessas transformações um ponto de partida para medidas de Estado sucessivas na economia rural. Nessas condições, os camponeses russos terão todo o interesse em prestar seu apoio ao regime proletário, sobretudo em seus pródromos difíceis, como fizeram os camponeses franceses em favor do regime militar de Napoleão Bonaparte, cujas baionetas asseguraram aos novos proprietários a inviolabilidade de suas terras.

Não será possível, no entanto, que o campesinato afaste o proletariado para tomar-lhe o lugar?

É impossível. Toda a experiência histórica desmente essa hipótese, ao mostrar a absoluta incapacidade de o campesinato desempenhar um papel político independente (*Op. cit.*, p. 251).

Isso não foi escrito em 1929 nem em 1924, mas em 1905. É isso o que se chama ignorar os camponeses? Eis o que desejaria saber. E onde está o salto por cima do problema agrário? Ora, meus amigos, é preciso, ao menos, ser um pouco honesto.

Vejam, porém, a honestidade de Stalin. A propósito dos meus artigos, escritos em Nova York sobre a revolução de fevereiro de 1917, e que coincidem, em seus traços essenciais, com os redigidos por Lenin, em Genebra, diz esse teórico da reação no partido:

As cartas do camarada Trotsky em nada se parecem com as de Lenin, quer quanto ao espírito, quer quanto às conclusões. Refletem, integralmente, a palavra de ordem antibolchevique do camarada Trotsky: Abaixo o tsar! Viva o governo operário! Ora, essa palavra de ordem significa: a revolução sem os camponeses (Discurso pronunciado, em 19 de novembro de 1924, na sessão do Comitê Central dos Sindicatos).

É realmente maravilhosa essa acusação de antibolchevismo feita à palavra de ordem atribuída a Trotsky – “Abaixo o tsar! Viva o governo operário!”. Qual seria, então, segundo Stalin, a verdadeira palavra de ordem bolchevique? Seria, naturalmente: “Abaixo o governo operário! E viva o tsar!”. Mas, trataremos mais adiante dessa

pretensa palavra de ordem de Trotsky. Por ora, deixemos falar outro mestre da época, talvez o menos ignorante, mas que já renegou, em definitivo, toda consciência teórica. Refiro-me a Lunatcharsky:

Em 1905, Lev Davidovitch Trotsky estava inclinado a opinar que o proletariado devia ficar isolado, sem sustentar a burguesia, pois que o contrário seria oportunismo. Mas, como o proletariado sozinho não bastava para realizar a revolução, porque constituía apenas 7 a 8% da população, tornava-se muito difícil combater com um exército tão pequeno. Lev Davidovitch resolveu então que o proletariado devia sustentar, na Rússia, a revolução permanente, isto é, lutar para obter o máximo de resultados, até o momento em que as brasas desse incêndio fizessem saltar todo o depósito de pólvora mundial (A. Lunatcharsky, “Sobre as características da Revolução de Outubro”, nº 7, 1927, p. 10 da revista *O poder dos Sovietes*).

O proletariado deve ficar isolado até o momento em que as brasas façam saltar o depósito... É nesse excelente estilo que escrevem certos comissários do povo³ que ainda não estão isolados, apesar do estado inquietador de sua matéria cinzenta. Não sejamos, porém, tão severos com Lunatcharsky: cada um faz o que pode e, além disso, os seus absurdos não são, em todo caso, mais absurdos do que as asneiras dos demais.

Mas, vejamos ao menos como, segundo Trotsky, o proletariado devia ficar isolado. Citemos, a respeito, o meu panfleto contra Struve (1906)⁴ apenas observando, de passagem, que Lunatcharsky, na época, me cumulou de elogios imoderados por causa desse panfleto.

No capítulo consagrado ao soviete de deputados operários, dizia eu que, enquanto os partidos burgueses ficavam completamente à margem das massas despertadas,

³ Lunatcharsky, A. (1875-1933) – Primeiro Comissário do Povo para a Instrução Pública do governo soviético. Deu grande impulso à cultura em geral, preocupando-se, em especial, com as artes. Amparou as manifestações estéticas de vanguarda de modo a estimular essas novas tendências da época. (N.T.)

⁴ Struve (1870-1944) – De social-democrata da primeira geração, passa-se para o liberalismo burguês e, não muito depois, torna-se monarquista de extrema direita. (N.T.)

... a vida política se concentrava em torno do soviete operário. A massa dos cidadãos médios simpatizava com ele, embora essa simpatia não fosse muito consciente. Todos os oprimidos vinham pedir justiça ao soviete. Sua popularidade crescia mesmo fora da cidade, pois recebia súplicas dos camponeses maltratados. Eram-lhe enviadas resoluções de assembleias camponesas e os delegados das comunas rurais se apresentavam sempre ao soviete. Sobre ele é que se concentravam a atenção e a simpatia da verdadeira nação, e não a da falsa nação democrática (*Nossa revolução*, p. 199).

Como se vê, em todas essas citações, cujo número poderia facilmente ser dobrado, triplicado ou decuplicado, a revolução permanente é representada como uma revolução que reúne as massas oprimidas das cidades e do campo em torno do proletariado organizado em sovietes, como uma revolução nacional que faz o proletariado subir ao poder e, por isso mesmo, abre a possibilidade de um transcrescimento da revolução democrática em revolução socialista. A revolução permanente não é um salto do proletariado isolado, mas a transformação de toda a nação sob a direção do proletariado. Dessa maneira é que, desde 1905, concebia, interpretava eu as perspectivas da revolução permanente.

* * *

No que diz respeito a Parvus,⁵ também Radek não tem razão quando repete a fórmula habitual do salto, dado por Parvus, do governo tsarista ao governo social-democrata. Em 1905, minhas ideias sobre a revolução russa se aproximavam muito das de Parvus, embora não lhes fossem completamente idênticas. Aliás, o próprio Radek se desmente quando, em outro trecho do seu artigo, mostra, de passagem, mas com muito acerto, qual a diferença fundamental entre a minha ideia da revolução e a de Parvus. Parvus não acreditava que o governo operário na Rússia pudesse achar uma saída na

⁵ É preciso considerar que, nessa época, Parvus se encontrava na extremidade da ala esquerda do marxismo internacional.

revolução socialista, isto é, que pudesse transformar-se em ditadura socialista no momento de realizar sua tarefa democrática. Como o demonstra uma citação de 1905, à qual o próprio Radek se refere, Parvus achava que as tarefas do governo operário se limitariam às da democracia. Onde estava, pois, o salto para o socialismo? Parvus julgava que, depois do golpe de Estado revolucionário, se estabeleceria um regime operário do tipo australiano. Ainda depois da Revolução de Outubro, continuou ele a comparar a Rússia à Austrália, mas já se encontrava, havia muito tempo, na ala direita do social-reformismo. Bukharin chegou a pretender que Parvus tivesse inventado a Austrália, antedatando-a, para purgar seus antigos pecados cometidos em nome da revolução permanente. Isso, porém, não é exato. Em 1905, Parvus considerava a tomada do poder pelo proletariado como um caminho para a democracia, e não como a via do socialismo. Reservava, assim, ao proletariado o papel que este de fato desempenhou, entre nós, durante os oito ou dez primeiros dias da Revolução de Outubro. Ao mesmo tempo, Parvus invocava o exemplo da democracia australiana, isto é, do regime em que o partido operário governa sem dominar, satisfazendo suas exigências reformistas como um complemento ao programa da burguesia. Eram essas as perspectivas que, a seu ver, se abriam diante da nossa revolução. Por ironia do destino, a principal tendência do bloco do centro com a direita, em 1923-1928, consistia justamente em aproximar a ditadura do proletariado de uma democracia operária do tipo australiano, isto é, do prognóstico de Parvus. Isso se tornará ainda mais evidente se se recordar que, há 20 ou 30 anos, os socialistas russos pequeno-burgueses sempre pintaram a Austrália como um país operário e camponês, separado do mundo exterior por altas tarifas alfandegárias, desenvolvendo a sua legislação socialista e construindo, assim, o socialismo num só país. Radek faria melhor em acentuar esse lado da questão, em lugar de repetir fábulas concernentes ao meu fantástico salto por cima da democracia.

III – TRÊS ELEMENTOS DA “DITADURA DEMOCRÁTICA”: AS CLASSES, AS TAREFAS E O MECANISMO POLÍTICO

A diferença entre o meu ponto de vista permanente e o de Lenin consistia na oposição entre a palavra de ordem de ditadura do proletariado, apoiada pelos camponeses, e a de “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses”. Não se discutiu sobre a possibilidade de saltar por cima da etapa democrático-burguesa ou sobre a necessidade de união dos operários e dos camponeses: a discussão girou em torno do mecanismo político da colaboração do proletariado e dos camponeses na revolução democrática.

Com muita presunção, para não dizer leviandade, diz Radek que “só os que não refletiram sobre a complexidade do método marxista e leninista” é que podiam colocar a questão da ditadura democrática, simples expressão política e fórmula partidária, quando Lenin teria reduzido todo o problema à colaboração das duas classes, com o fim de realizar tarefas históricas objetivas. Não, não é assim.

Se fizermos abstração do fator subjetivo – a revolução, os partidos e seus programas, a forma política e organizativa da colaboração do proletariado e dos camponeses – todas as divergências entre mim e Lenin, que representávamos duas manifestações da tendência revolucionária, terão desaparecido, mas desaparecerão também, o que é muito mais grave, as existentes entre o bolchevismo e o menchevismo e, afinal, qualquer diferença entre a revolução russa de 1905 e as revoluções de 1848 ou mesmo a de 1789, na medida em que se pode falar de proletariado com referência a esta última. Todas as revoluções burguesas se basearam na colaboração das massas oprimidas das cidades e das zonas agrárias. Foi o que lhes deu um caráter mais ou menos nacional ou popular.

Teórica e politicamente, não discutíamos o fato da colaboração dos operários e dos camponeses e, sim, o programa dessa colaboração, as formas dos partidos e os seus métodos políticos. Nas revoluções passadas, os operários e os camponeses colaboraram sob a direção e a égide da burguesia liberal ou de sua fração democrática e pequeno-burguesa. A Internacional Comunista repetiu a experiência das revoluções passadas numa situação histórica fundamentalmente nova, tendo empregado toda a sua energia em submeter os operários e camponeses chineses à direção do nacional-liberal Chiang Kai-shek e, em seguida, do democrata Wang Tin-wei. Lenin colocou a questão de uma união dos operários e dos camponeses, irredutivelmente hostil à burguesia liberal. Tal aliança nunca existira na história. Tratava-se de uma experiência nova, por seus métodos, de colaboração das classes oprimidas das cidades e das zonas rurais. Assim é que se colocava de novo todo o problema das formas políticas dessa colaboração. Radek, muito simplesmente, não percebeu isso. Eis por que nos faz voltar atrás, a uma vazia abstração teórica, afastada não só da fórmula da revolução permanente, como também da ditadura democrática de Lenin.

É certo que, durante longos anos, Lenin se recusou a decidir previamente qual seria a organização política do partido e do

Estado sob a ditadura do proletariado e dos camponeses, embora pusesse em primeiro plano a colaboração dessas duas classes, em oposição à ideia de aliança com a burguesia liberal. Lenin dizia que da situação objetiva decorre necessariamente, em determinada etapa histórica, a união da classe operária e do campesinato, destinada a realizar as tarefas da revolução democrática. Poderá e terá o campesinato tempo suficiente para constituir um partido independente? Formará esse partido a maioria ou a minoria no governo da ditadura? Qual será o peso dos representantes do proletariado no governo revolucionário? Todas essas questões não podiam ser resolvidas *a priori*. “A experiência no-lo mostrará!” Na medida em que deixava suspensa a questão do mecanismo político da união dos operários e dos camponeses, a fórmula da ditadura democrática continuava a ser, embora sem se tornar a vazia abstração de Radek, uma fórmula algébrica que permitia a previsão de futuras interpretações políticas muito diversas.

O próprio Lenin estava longe de pensar que a questão estivesse esgotada pela determinação da base de classe da ditadura e dos seus objetivos históricos. Lenin compreendia muito bem e nos fez compreender a todos a importância do fator subjetivo: os fins, o método refletido, o partido. Ao comentar, por conseguinte, a sua palavra de ordem, não renunciou a uma solução hipotética da questão. Que formas políticas poderia assumir essa aliança original dos operários com os camponeses, que seria a primeira do gênero na história? A atitude de Lenin em face do problema não foi sempre a mesma. É mister considerar o seu pensamento do ponto de vista histórico, e não do ponto de vista dogmático. Lenin não foi buscar as tábuas da lei no monte Sinai, mas forjou suas ideias e palavras de ordem na forja da luta de classes, adaptando-as à realidade, concretizando-as e precisando-as, dando-lhes conteúdos diversos nos diferentes períodos. Radek, todavia, não estudou esse lado da questão, que adquiriu, em seguida, um caráter decisivo, pondo o Partido Bolchevique, no começo de 1917, diante da ameaça de

cisão; passou, muito simplesmente, por ela, sem a perceber. É, no entanto, um fato que, nas diferentes etapas históricas, Lenin considerou de maneiras diversas a forma política possível de união das duas classes no partido e no governo, abstendo-se, porém, de estorvar o bolchevismo com essas interpretações hipotéticas. Qual foi o motivo dessa prudência? Foi o fato de essa fórmula algébrica conter um elemento que, apesar de sua formidável importância, era muito vago quanto ao seu conteúdo político: o campesinato.

Citarei apenas alguns exemplos da interpretação leninista da ditadura democrática. Notemos, de passagem, que seria preciso uma obra especial para apresentar um quadro de conjunto da evolução do pensamento de Lenin.

No mês de março de 1905, querendo demonstrar que o proletariado e o campesinato deviam constituir a base da ditadura, escreve Lenin:

Esse caráter da base social da ditadura democrática e revolucionária, que consideramos possível e desejável, exercerá, sem dúvida, sua influência sobre a composição do governo revolucionário e determinará, inevitavelmente, a participação e até a predominância, nesse governo, dos representantes mais diversos da democracia revolucionária (*Obras completas*, vol. VI da edição russa, p. 132).

Com essas palavras, Lenin não se refere apenas à base de classe da ditadura, mas traça ainda os seus contornos governamentais, prevendo a predominância eventual da democracia pequeno-burguesa no futuro governo.

Em 1907, escreve:

A revolução agrária de que falais, senhores, deve tornar-se, para triunfar, o poder central de Estado (Vol. IX, p. 539).

Essa fórmula vai ainda mais longe. Poder-se-ia interpretá-la no sentido de que o poder revolucionário devesse se concentrar diretamente nas mãos do campesinato. Mas, interpretada mais amplamente, na série dos acontecimentos, essa mesma fórmula poderia ser aplicada também à Revolução de Outubro, que levou o

proletariado ao poder como “agente” da revolução camponesa. Tal é a amplitude das interpretações possíveis da fórmula de “ditadura do proletariado e dos camponeses”. É lícito admitir que, até certo momento, o caráter algébrico tenha sido o seu lado forte; mas, ao mesmo tempo, foi o seu ponto fraco, cujos perigos tão claramente se manifestaram, entre nós, depois de fevereiro de 1917, e nos custaram, mais tarde, a catástrofe na China.

Em julho de 1905, escreve ainda Lenin:

Ninguém fala da tomada do poder pelo partido, mas somente de sua participação na revolução, de sua participação dirigente, se for possível (Vol. VI, p. 278).

Em dezembro de 1906, Lenin achou oportuno solidarizar-se com Kautsky na questão da conquista do poder pelo partido:

Kautsky não só considera muito provável que o partido social-democrata alcance a vitória no curso da revolução, como declara que os social-democratas têm o dever de inspirar em seus partidários a certeza da vitória, pois não se pode lutar com bom êxito quando, de antemão, se renuncia a vencer (Vol. VIII, p. 58).

A distância que separa essas duas interpretações feitas pelo próprio Lenin não é menor que a existente entre suas fórmulas e as minhas, como demonstraremos mais adiante. Limitamo-nos, aqui, a perguntar: que significam todas essas contradições de Lenin? Refletem sempre a grande incógnita da fórmula política da revolução: o campesinato. Não era à toa que os radicais russos chamavam o camponês de esfinge da história russa. O problema da natureza da ditadura revolucionária, queira ou não Radek, está indissolivelmente ligado à possibilidade de formar um partido revolucionário camponês, hostil à burguesia liberal e independente do proletariado. É fácil perceber a importância capital dessa questão. Se o campesinato fosse capaz de formar um partido independente na época da revolução democrática, a ditadura democrática seria realizável no sentido mais direto e mais espontâneo, e, nesse caso, a questão da participação da minoria proletária no governo revolucionário teria,

apesar de toda a sua importância, um valor acessório e secundário. A coisa se apresenta, porém, de modo inteiramente diverso, quando se presume que o campesinato, por força de sua situação intermediária e de sua composição heterogênea, não pode criar um partido independente nem seguir uma política independente, por ser forçado, em período revolucionário, a escolher entre a política da burguesia e a do proletariado. Só uma tal avaliação da natureza política do campesinato podia abrir, diante de nós, a perspectiva de uma ditadura do proletariado surgindo diretamente da revolução democrática. É claro que nada disso significa a ignorância, a negação ou a subestimação dos camponeses. Nem mesmo se poderia falar de ditadura proletária na Rússia, se a questão agrária não tivesse tido uma importância decisiva para toda a vida social e se a revolução camponesa não tivesse adquirido tanta profundidade e um alcance tão gigantesco. Mas o fato de a revolução agrária ter criado condições favoráveis à ditadura do proletariado foi determinado pela incapacidade de os camponeses resolverem o seu problema histórico com suas próprias forças e sob sua própria direção. Nos países burgueses modernos que, embora atrasados, já entraram no período da indústria capitalista e estão ligados entre si pelas estradas de ferro e pelo telégrafo (e, com isso, nos referimos tanto à Rússia quanto à China e à Índia), o campesinato ainda é menos capaz de desempenhar um papel político dirigente, ou mesmo independente, do que na época das antigas revoluções burguesas. O fato de eu sempre ter insistido nesse pensamento, que constitui um dos pontos essenciais da teoria da revolução permanente, serviu de pretexto, aliás de todo insuficiente e fundamentalmente errôneo, para me acusarem de ter subestimado os camponeses.

Qual foi a opinião de Lenin acerca de um partido camponês? A resposta: a essa pergunta também exigiria uma exposição da evolução das ideias de Lenin sobre a Revolução Russa, de 1907 a 1917. Limitamo-nos, aqui, a duas citações.

Escreve Lenin, em 1907:

É possível... que as dificuldades objetivas para a unidade política da pequena burguesia impeçam a formação de um partido dessa natureza, deixando a democracia camponesa, por muito tempo ainda, no seu atual estado de massa *trudoviki*,¹ amorfa, informe e gelatinosa (Vol. XI, parte I, p. 230). Em 1909, Lenin já se pronuncia de outra forma sobre o mesmo assunto:

Não há dúvida alguma de que a revolução, uma vez chegada a esse alto grau de desenvolvimento que é a ditadura revolucionária, pode criar um partido camponês mais bem constituído e mais forte. Raciocar de outro modo significa supor que certos órgãos importantes do homem possam continuar infantis quanto ao seu volume, à sua forma e ao seu grau de desenvolvimento (Vol. XI, parte I, p. 230).

Foi confirmada essa suposição? Não! Foi ela, no entanto, que levou Lenin a dar uma resposta algébrica à questão do poder revolucionário, antes da época de sua completa verificação histórica. Lenin, naturalmente, nunca pôs sua fórmula hipotética acima da realidade. O essencial, em sua vida, era a luta por uma política independente do partido do proletariado. Isso não obstou que os infelizes epígonos, em seu afã de criar um partido camponês, chegassem a submeter os operários chineses ao Kuomintang, a estrangular o comunismo na Índia em nome do partido operário e camponês, a criar a perigosa ficção da Internacional Camponesa, a carnavalesca Liga Anti-imperialista etc.

O pensamento oficial de hoje não se dá ao trabalho de examinar as contradições de Lenin acima mencionadas e que são, ora externas e factícias, ora reais, mas derivando sempre do próprio fundo do problema. Desde que nos presentearam com essa nova espécie de professores vermelhos, apenas diferentes dos antigos professores reacionários, não por uma espinha dorsal menos flexível, mas por uma ignorância mais profunda, Lenin vem sendo pintado à maneira de um professor, isento de contradições que só

¹ Trabalhistas, representantes dos camponeses nas quatro Dumas (Parlamentos russos), oscilando sempre entre os liberais (cadetes) e os social-democratas.

provavam a dinâmica do seu pensamento, enquanto se enrolam citações standardizadas em várias bobinas e se põe em circulação uma ou outra série, conforme as necessidades do momento.

É preciso nunca esquecer que os problemas da revolução se apresentaram num país politicamente virgem, depois de uma grande pausa histórica, depois de um longo período de reação na Europa e no mundo inteiro, sendo essa a razão por que tinham tantos elementos desconhecidos. Com sua fórmula de ditadura democrática dos operários e dos camponeses, exprimiu Lenin a particularidade das condições sociais na Rússia. Interpretou essa fórmula de diferentes maneiras, mas sem abandoná-las antes de ter avaliado por completo o caráter particular das condições da revolução russa. E em que consiste essa particularidade?

O papel gigantesco do problema agrário e camponês, constituindo o fundamento de todos os outros problemas, os numerosos intelectuais surgidos do campesinato ou com ele simpatizando e tendo as mesmas opiniões dos *narodniki*,² as tradições anticapitalistas e a têmpera revolucionária, tudo isso, combinando-se, significa que, se a existência de um partido camponês, antiburguês e revolucionário fosse possível em alguma parte, esta seria, precisamente e antes de tudo, a Rússia.

Com efeito, foram feitas, na Rússia, todas as tentativas, de ordem parlamentar, ilegal ou semilegal, para criar um partido camponês ou operário-camponês, diferente do partido liberal e do partido proletário. Assim é que tivemos o *Narodnaia Valia*,³ o *Zemblia y Vólia*,⁴ o *Tcherny Perediel*,⁵ o populismo legal, os socialistas revolucionários, os socialistas populares, os *trudoviki*, os socialistas revolucionários de esquerda etc. etc. Durante 50 anos, existiu na Rússia uma espécie de laboratório gigantesco para a produção de um partido camponês

² Populistas. (N.T.)

³ *Liberdade do povo*. (N.T.)

⁴ *Terra e liberdade*. (N.T.)

⁵ *Partilha negra*. (N.T.)

anticapitalista, com uma posição independente em relação ao partido do proletariado. Como se sabe, a experiência do partido socialista revolucionário assumiu proporções muito grandes: em 1917, esse partido tornou-se, por um certo tempo, o da maioria esmagadora dos camponeses. Mas, quais foram os resultados? Esse partido aproveitou-se da situação para entregar o campesinato, de mãos e pés atados, à burguesia liberal. Os socialistas revolucionários uniram-se aos imperialistas da *entente*⁶ e tomaram parte na luta armada contra o proletariado russo.

Essa experiência verdadeiramente clássica prova que os partidos pequeno-burgueses, de base camponesa, podem ainda ter uma aparência de política independente num período de calmaria histórica, quando só se inscrevem na ordem do dia questões secundárias. Mas, logo que a crise revolucionária da sociedade põe em primeiro plano os problemas fundamentais da propriedade, o partido camponês pequeno-burguês se converte, automaticamente, numa arma da burguesia contra o proletariado.

Se se examinassem as minhas antigas divergências com Lenin à luz de uma justa perspectiva histórica, e não através de citações destacadas à vontade e ao acaso, seria muito fácil compreender qual era, pelo menos para mim, o ponto principal da discussão. Não se tratava, então, de saber se a Rússia estava realmente em face de tarefas democráticas que exigiam métodos revolucionários para a sua realização, ou se a aliança dos camponeses com o proletariado era indispensável para esse fim. Tratava-se de definir que forma política de partido e de Estado poderia tomar a colaboração revolucionária do proletariado e do campesinato, e que consequências adviriam para a revolução. Só falo, naturalmente, das minhas posições. Quanto às posições outrora ocupadas por Bukharin e Radek, nessa discussão, que eles próprios tratem de explicar-se.

⁶ Palavra francesa que significa coligação, aliança. Serviu durante a I Guerra Mundial para designar os Aliados. (N.T.)

Façamos um confronto, para mostrar quanto a fórmula da revolução permanente se achava próxima da de Lenin. No verão de 1905, muito antes da greve geral de outubro e da insurreição de dezembro em Moscou, escrevia eu no prefácio aos discursos de Lassalle:⁷

É mais do que evidente que o proletariado cumpre sua missão apoiando-se, como o fez outrora a burguesia, no campesinato e na pequena burguesia. O proletariado dirige o campo, incorpora-o no movimento, interessa-o no bom êxito de seus planos, mas é sempre ele o chefe. Não é a ditadura do proletariado e dos camponeses, e sim a ditadura do proletariado apoiada nos camponeses⁸ (L. Trotsky, 1905, p. 230).

Comparem-se agora essas palavras, escritas em 1905 e citadas em meu artigo polaco de 1909, com as de Lenin, escritas também em 1909, imediatamente depois da conferência do partido que, por influência de Rosa Luxemburgo, substituiu a antiga fórmula bolchevique pela de ditadura do proletariado apoiada nos camponeses. Respondendo aos mencheviques, que falavam numa mudança radical de suas posições, diz Lenin:

A fórmula escolhida pelos bolcheviques é esta: o proletariado conduzindo atrás de si os camponeses.⁹ Não é evidente que o pensamento de todas essas fórmulas continua a ser o mesmo? Que ele traduz precisamente a ditadura do proletariado e dos camponeses? Que a fórmula o proletariado apoiado nos camponeses continua inteiramente nos

⁷ Lassalle, F. (1825-1864) – Eminent personalidade do movimento socialista alemão e fundador da Associação Geral dos Trabalhadores. Ativo organizador, é também um dos que mais se empenham em difundir o ideário socialista e em despertar no proletariado consciência política de sua missão histórica. Contudo, não poucas vezes, Marx lhe fez acerbas críticas, de ordem teórica. (N.T.)

⁸ Seja dito de passagem que essa citação, entre centenas de outras, demonstra que eu tinha a noção da existência do campesinato e da importância do problema agrário nas vésperas da revolução de 1905, isto é, muito antes de Maslov, Talheimer, Remmele, Cachin, Monmousseau, Bela Kun, Pepper, Kuussinen e outros sociólogos marxistas começarem a me explicar a importância do campesinato.

⁹ Na conferência de 1909, Lenin propôs a fórmula “o proletariado conduzindo atrás de si os camponeses”, mas acabou aderindo à fórmula dos social-democratas polacos, que obteve na conferência a maioria contra os mencheviques.

quadros da mesma ditadura do proletariado e dos camponeses? (Vol. XI, parte I, p. 219 e 224).

Aqui Lenin interpreta sua fórmula algébrica de um modo que exclui a ideia de um partido camponês independente e do seu papel predominante no governo revolucionário: o proletariado conduz os camponeses, o proletariado apoia-se nos camponeses e, por conseguinte, o poder revolucionário concentra-se nas mãos do partido proletário. E era justamente nisso que consistia o ponto essencial da teoria da revolução permanente.

Tudo o que se pode dizer, hoje, depois da verificação histórica, sobre as antigas divergências a respeito da ditadura, é que, enquanto Lenin, partindo sempre do papel dirigente do proletariado, insistia sobre a necessidade da colaboração revolucionária e democrática dos operários e dos camponeses, ensinando-nos a todos essa verdade, eu, partindo sempre dessa colaboração, insistia sobre a necessidade da direção proletária, tanto no bloco das duas classes quanto no governo chamado a pôr-se à frente desse bloco. Eis tudo. Não se pode achar outra diferença.

* * *

Tomemos duas citações referentes ao que se disse mais acima: uma, tirada do *Balanço e perspectivas*, tendo servido a Stalin e a Zinoviev para provar a oposição entre as minhas opiniões e as de Lenin, e a outra, de um artigo polêmico de Lenin contra mim, dela tendo se servido Radek para os mesmos fins.

Eis a primeira citação:

A participação do proletariado no governo é objetivamente mais provável e mais admissível do ponto de vista de princípio, mas desde que essa participação seja dominante e dirigente. É claro que se pode chamar esse governo de ditadura do proletariado e dos camponeses, ditadura do proletariado, dos camponeses e dos intelectuais, ou, finalmente, governo de coligação da classe operária e da pequena burguesia. Mas continua de pé a pergunta: a quem pertencerá a hegemonia dentro do próprio governo e, por conseguinte, dentro do país?

O simples fato de falarmos de um governo operário nos leva a responder que essa hegemonia pertencerá à classe operária (*Nossa Revolução*, 1906, p. 250).

Zinoviev fez grande barulho (em 1925!) por eu ter posto em pé de igualdade (em 1905!) os camponeses e os intelectuais. Foi só o que ele soube ler nessas linhas. Ora, mencionei os intelectuais porque as condições da época o exigiam, desempenhando os intelectuais um papel político inteiramente diverso do atual. Só as organizações de intelectuais falavam em nome do campesinato. Os socialistas revolucionários baseavam oficialmente o seu partido na trindade: proletariado, camponeses e intelectuais. Os mencheviques, para usar aqui de minhas expressões de 1905, agarravam pelo casaco todo intelectual radical, para mostrar o florescimento da democracia burguesa. Já naquela época, formulava eu, centenas de vezes, a minha opinião sobre a impotência dos intelectuais como grupo social independente e sobre a importância decisiva do campesinato revolucionário. Não se trata aqui de uma frase polêmica isolada, que não tenho, além disso, nenhum interesse em defender. A citação significa, no fundo, que aceitei inteiramente o conteúdo dado por Lenin à ditadura democrática e que apenas reclamava uma definição mais exata do seu mecanismo político, isto é, a exclusão de qualquer coligação em que o proletariado não passasse de um refém da maioria pequeno-burguesa.

Examinemos, agora, o artigo de Lenin de 1916, o qual, como observa o próprio Radek, “era formalmente dirigido contra Trotsky, mas, na realidade, contra Bukharin, Piatakov, o autor destas linhas (isto é, Radek) e outros camaradas”. Essa preciosa confissão confirma perfeitamente a impressão que eu tinha, outrora, de que Lenin endereçava sua polêmica a um destinatário fictício e imaginário, pois, como vou demonstrar, nada tinha a ver comigo. O artigo contém (em duas linhas) a mesma acusação de ter “negado os camponeses”, da qual os epígonos e seus sequazes se serviram, mais tarde, como principal argumento contra mim. No entanto, como diz Radek, o verdadeiro eixo do artigo consiste no seguinte:

Trotsky não viu – diz Lenin, reportando-se às minhas próprias palavras – que, se o proletariado conseguisse arrastar as massas camponesas não proletárias à confiscação das terras dos grandes proprietários fundiários e à derrocada da monarquia, isso significaria o coroamento da revolução nacional e burguesa na Rússia e a ditadura revolucionária e democrática do proletariado e dos camponeses (Lenin, vol. XIII, p. 214).

É certo que Lenin enviou sua censura de “negar os camponeses” a um falso endereço: na realidade, visava Bukharin e Radek, que de fato queriam saltar por cima da etapa democrática da revolução. Isso está confirmado por tudo o que se disse mais acima, assim como pelas palavras citadas por Radek e que ele, com muito acerto, denomina o eixo do artigo de Lenin. Com efeito, Lenin tira essas palavras diretamente do artigo em que eu dizia que só uma política ousada e independente do proletariado poderia arrastar as massas camponesas não proletárias à confiscação das terras dos grandes proprietários fundiários e à derrocada da monarquia etc. Lenin acrescenta: “Trotsky não viu... que isso significaria a ditadura revolucionária e democrática”. Por outras palavras: Lenin reconhece aqui e, por assim dizer, certifica que Trotsky de fato aceita todo o conteúdo real da fórmula bolchevique (a colaboração dos operários e dos camponeses e as tarefas democráticas dessa colaboração), mas não quer admitir que isso signifique a ditadura democrática e o coroamento da revolução nacional. Como se vê, esse artigo, parecendo ser tão severo e polêmico, não discute o programa das etapas sucessivas da revolução e de suas forças motrizes de classe, e sim a correlação política dessas forças e o caráter político da ditadura. Se, outrora, quando os próprios acontecimentos ainda não eram muito claros e sendo muito tensas as relações entre as frações, eram compreensíveis e até inevitáveis os mal-entendidos polêmicos, hoje, não se chega a compreender como Radek pode confundir a questão desse modo.

Minha polêmica com Lenin girou sobre a possibilidade de independência (e sobre o grau dessa independência) do campe-

sinato durante a revolução e, em particular, sobre a possibilidade de um partido camponês independente. Nessa polêmica, acusei Lenin de exagerar o papel independente do campesinato. Lenin, por sua vez, acusou-me de subestimar o papel revolucionário dos camponeses. Tudo isso resultava do próprio caráter da polêmica. Nessas condições, não será digno de desprezo aquele que, 20 anos depois, utilizando velhas citações, sem ter em conta as relações então existentes no partido, dá um valor absoluto a cada exagero polêmico, a cada erro episódico, em lugar de mostrar, à luz da maior experiência revolucionária do mundo, qual foi o fundo real das divergências e qual sua importância, não verbal, mas real?

Forçado a limitar-me na escolha dos textos, citarei apenas as teses sumárias de Lenin sobre as etapas da revolução, escritas em fins de 1905, mas só publicadas, pela primeira vez, em 1926, no volume V da *Antologia leninista* (p. 451). Todos os opositoristas, inclusive Radek, receberam essa publicação como um ótimo presente para a Oposição, porque, segundo todos os artigos do código stalinista, Lenin aparece aí como réu do trotskismo. Dir-se-ia que os principais pontos da resolução do VII Plenum do Comitê Executivo da Internacional Comunista, condenando o trotskismo, foram propositada e conscientemente dirigidos contra as teses essenciais de Lenin. Os stalinistas cerraram os dentes quando esses textos foram publicados. O redator-chefe da *Antologia*, Kamenev, com sua bonomia habitual e não muito modesta, confessou-me que nunca teria deixado aparecer esse documento se não tivesse julgado iminente um bloco com a Oposição. Por fim, no artigo de Kostrieva, publicado no *Bolchevique*, essas teses essenciais foram horripelmente falsificadas, a fim de evitar que Lenin fosse acusado de trotskismo a respeito dos camponeses em geral e do camponês médio em particular.

Citarei ainda o que diz Lenin, em 1909, sobre as nossas dissensões:

O próprio camarada Trotsky admite, em seu raciocínio, a participação dos representantes da população democrática no governo operário,

isto é, a possibilidade de um governo composto dos representantes do proletariado e dos camponeses. Quanto às condições em que se poderia admitir a participação do proletariado no governo revolucionário, é uma questão muito diferente, sobre a qual talvez os bolcheviques estejam ainda menos de acordo com os social-democratas polacos do que com Trotsky. Mas o problema da ditadura das classes revolucionárias não pode, de modo algum, reduzir-se ao da maioria num governo revolucionário ou às condições de participação dos social-democratas num governo qualquer (Vol. XI, parte I, p. 229).

Nessa citação, Lenin reitera que Trotsky aceita um governo composto dos representantes do proletariado e dos camponeses, o que significa que não salta por cima desses últimos. Lenin acentua que o problema da ditadura não se reduz à simples questão da maioria num governo, o que é inteiramente indiscutível. Trata-se, antes de tudo, da luta comum dos operários e dos camponeses e, por conseguinte, da luta da vanguarda proletária para assegurar sua influência sobre os camponeses contra a burguesia liberal ou nacional. Mas, embora o problema da ditadura revolucionária dos operários e dos camponeses não se reduza à questão da maioria no governo, esta [a questão da maioria] se apresenta de maneira decisiva em caso de vitória da revolução. Como vimos, Lenin faz uma reserva prudente (para qualquer eventualidade): se se tratasse da participação do partido no governo revolucionário, é possível que estivéssemos em desacordo com os camaradas polacos e com Trotsky no que diz respeito às condições dessa participação. Tratava-se, pois, de uma divergência possível, na medida em que Lenin admitia teoricamente a participação dos representantes do proletariado num governo democrático, como minoria. Mas os fatos provaram que os nossos caminhos não eram diferentes. Em novembro de 1917, no grupo dirigente do partido, houve uma luta violenta em torno da questão de uma coligação governamental com os socialistas revolucionários e os mencheviques. Lenin não protestou, em princípio, contra essa coligação numa base soviética,

mas exigiu categoricamente uma maioria bolchevique solidamente garantida. E eu marchei ombro a ombro com Lenin.

* * *

Vejamos, agora, a que se reduz, para Radek, todo o problema da ditadura democrática do proletariado e dos camponeses:

Em que, em suma – pergunta – foi exata a velha teoria bolchevique em 1905? Em que a intervenção comum dos operários de Petrogrado e dos camponeses (soldados da guarnição de Petrogrado) derrocou o tsarismo (em 1917 L. T.). No fundo, a fórmula de 1905 previa a correlação das classes e não uma instituição política concreta.

Não, isso não! Se qualifico de algébrica a velha fórmula de Lenin, isso não significa que se possa reduzi-la a zero, sem hesitar, como faz Radek.

O essencial foi realizado: o proletariado e os camponeses, lutando em comum, infligiram uma derrota ao tsarismo.

Mas, esse fato essencial se realizou, também, em todas as revoluções vitoriosas ou semivitoriosas, sem exceção. Sempre e por toda a parte, os proletários ou os seus precursores, os plebeus e os camponeses, derrocaram os imperadores, os senhores feudais e os padres. Foi o que se deu na Alemanha, no século 16 e ainda antes. Na China, os operários e os camponeses derrotaram os militaristas. Mas que tem a ver com isso a ditadura democrática? As antigas revoluções não a conheceram; não a conheceu, tampouco, a revolução chinesa. Por quê? Porque a burguesia ia montada às costas dos operários e dos camponeses que faziam o trabalho ingrato da revolução. Radek destacou-se tanto das instituições políticas que chegou a esquecer o essencial de toda revolução: quem a dirige e quem toma o poder? No entanto, a revolução é uma luta pelo poder. É uma luta política que as classes travam, não com as mãos vazias, mas por meio de instituições políticas (partidos etc.).

Os que não aprofundaram a complexidade dos métodos do marxismo e do leninismo – treveja Radek contra nós, pobres pecadores – imaginavam que

a revolução acabaria, inevitavelmente, num governo comum dos operários e dos camponeses, muitos sustentando a opinião de que esse governo seria, com toda a certeza, uma coligação do partido operário e do partido camponês.

Como eram ingênuos! E que pensa o próprio Radek? Que a revolução vitoriosa não deve dar lugar a um novo governo ou que esse governo não deve refletir e fixar uma certa correlação entre as classes revolucionárias? Radek aprofundou tanto esse problema do ponto de vista sociológico, que dele só resta a casca verbal.

As seguintes palavras, extraídas do relatório apresentado pelo próprio Radek, em março de 1927, à Academia Comunista, demonstram quanto é inadmissível abstrair a questão das formas políticas da colaboração dos operários e dos camponeses:

O ano passado, escrevi, no *Pravda*, um artigo sobre o governo de Cantão, no qual qualifico esse governo de camponês-operário. Alguém, na redação, julgando que eu tivesse me enganado, emendou: operário-camponês. Não protestei e deixei ficar: governo operário-camponês.

Por aí se vê que, em março de 1927 (e não em 1905!), Radek achou possível a existência de um governo camponês-operário, em oposição ao governo operário-camponês. O redator do *Pravda* não entendeu. Eu também confesso que não entendi. Sabemos muito bem o que é o governo operário-camponês. Que é, porém, esse governo camponês-operário que lhe é oposto? Como explicar esse deslocamento misterioso dos adjetivos? Chegamos, agora, ao âmago da questão. Em 1926, Radek julgou que o governo de Cantão, de Chiang Kai-shek, fosse um governo camponês-operário, e o repetiu, com convicção, em 1927. Aconteceu, no entanto, que se descobriu, em seguida, tratar-se de um governo burguês, que explorou a luta revolucionária dos operários e dos camponeses e afogou-a, depois, em sangue. Qual a razão desse erro? Teria sido apenas um engano de Radek? Podia ser, a tão grande distância. Mas, nesse caso, costuma-se dizer: não compreendi, enganei-me, errei. Infelizmente, como agora estamos vendo, não se trata de um erro de fato, proveniente da falta de informações, mas de um

profundo erro de princípio. O governo camponês-operário, oposto ao governo operário-camponês, é o Kuomintang. Não pode ser outra coisa. Se o campesinato não segue o proletariado, segue a burguesia. Espero que a minha crítica à ideia stalinista do partido operário e camponês, bipartido, tenha esclarecido suficientemente a questão (veja-se a *Crítica ao programa da Internacional Comunista*). O governo camponês-operário de Cantão, oposto ao governo operário-camponês, significa, na linguagem da política chinesa atual, a única expressão possível e imaginável da ditadura democrática oposta à ditadura do proletariado. Por outras palavras, é a encarnação da política de Stalin em favor do Kuomintang, oposto à política bolchevique que a Internacional Comunista chama de trotskismo.

IV – COMO SE APRESENTA, NA PRÁTICA, A TEORIA DA REVOLUÇÃO PERMANENTE?

Criticando a teoria, Radek, como vimos, acrescenta ainda: “e a tática resultante da mesma”. É um acréscimo muito importante. Nessa questão, a crítica oficial do trotskismo limitou-se, prudentemente, à teoria. Para Radek, porém, isso não basta, pois diverge de certa linha tática na China (a linha bolchevique), que ele desejaria comprometer com o auxílio da revolução permanente. Para isso, precisa provar ou fazer crer que, no passado, alguém já demonstrou a existência de uma linha tática errônea decorrente dessa teoria. E é então que Radek só faz enganar os seus leitores. É possível que ele não conheça a história da revolução, na qual nunca teve, aliás, participação direta. Mas, ao que parece, nem mesmo se deu ao trabalho de elucidar o problema com documentos. Ora, os mais importantes estão reunidos no segundo volume de minhas *Obras*, ficando a verificação ao alcance de quem quer que saiba ler.

Pois saiba Radek que, em quase todas as etapas da primeira revolução, eu estive de perfeito acordo com Lenin na avaliação das forças da revolução e de suas tarefas imediatas, embora, durante todo o ano de 1905, vivesse ilegalmente na Rússia e, durante todo o ano de 1906, na prisão. Sou forçado a recorrer, aqui, apenas ao mínimo de provas e ilustrações.

Num artigo redigido em fevereiro e publicado em março de 1905, dois ou três meses antes do primeiro congresso bolchevique, que entrou na história como III Congresso do Partido, dizia eu:

A luta encarnçada entre o tsar e o povo, afastando tudo o que não sirva para a vitória; a insurreição popular, como apogeu dessa luta; um governo provisório, como coroamento revolucionário da vitória do povo sobre o seu inimigo secular; o desarmamento da reação tsarista e o armamento do povo pelo governo provisório; a convocação da Assembleia Constituinte na base do sufrágio universal, igual, direto e secreto – tais são as etapas revolucionárias que se desenham objetivamente (Vol. II, parte I, p. 232).

Basta comparar essas palavras com as resoluções do congresso bolchevique, realizado em maio de 1905, para reconhecer minha perfeita solidariedade com os bolcheviques na maneira de colocar os problemas táticos fundamentais.

Além disso, em São Petersburgo, formulei, sobre o governo provisório, teses inspiradas no mesmo espírito desse artigo e redigidas de acordo com Krassin. Essas teses foram publicadas na imprensa clandestina. Krassin defendeu-as no congresso bolchevique. Recebendo-as favoravelmente, disse Lenin:

Sou, em linhas gerais, da opinião do camarada Krassin. É natural que, como escritor, tenha fixado minha atenção na maneira literária de enunciar o problema. O camarada Krassin acentuou, com muito acerto, a importância da definição do objetivo da luta, e nisso estou de inteiro acordo com ele. Não se pode lutar sem ter em mira o objetivo pelo qual se luta (Vol. VI, p. 180).

O essencial da importante emenda de Krassin foi incluído na resolução do congresso. Uma nota de Krassin, que se encontra

hoje em meu poder, atesta que essa emenda foi redigida por mim. Kamenev e alguns outros conhecem bem esse episódio.

O problema dos camponeses, do seu contato com os soviets operários e do acordo feito com a União Camponesa absorvia cada vez mais, diariamente, a atenção do soviete de São Petersburgo. Creio que Radek não ignora o fato de ter sido eu o encarregado da direção desse soviete. Dentre as centenas de fórmulas com que eu definia as tarefas táticas da revolução, destaco a seguinte:

O proletariado cria soviets de cidade para dirigir as batalhas das massas nas cidades, pondo na ordem do dia a unidade da luta com o exército e os camponeses (*Natchalo*, nº 4, 17-30 de novembro de 1905).

Confesso que me sinto enojado e chego a ter vergonha de fazer citações para provar que nunca falei em salto do tsarismo ao socialismo. Mas sou forçado a isso. Eis, por exemplo, o que escrevi, em fevereiro de 1906, sobre as tarefas da Assembleia Constituinte, sem lhe opor, todavia, os soviets, como hoje faz Radek em relação à China, ao seguir as pegadas de Stalin e procurar varrer os restos do oportunismo de ontem com uma vassoura ultraesquerdista:

A Assembleia Constituinte será convocada pelas forças populares libertadas. Suas tarefas serão enormes. A Assembleia Constituinte deverá reconstruir o Estado sobre a base democrática ou, melhor, sobre a base do poder completo do povo. Deverá organizar a milícia popular, realizar uma grandiosa reforma agrária, introduzir a jornada de trabalho de 8 horas e o imposto progressivo sobre a renda (Vol. II, parte I, p. 349).

E eis, em particular, o que disse eu, num manifesto popular, em 1905, a respeito da introdução imediata do socialismo:

É possível, entre nós, na Rússia, instaurar imediatamente o socialismo? Não. As zonas rurais ainda são muito atrasadas e inconscientes. Ainda há muito poucos socialistas entre os camponeses. É preciso, antes de tudo, derrocar o tsarismo, que mantém as massas populares na ignorância. É preciso libertar os camponeses pobres da carga fiscal. É preciso instituir o imposto progressivo sobre a renda. É preciso criar a obrigatoriedade da instrução pública. É preciso, finalmente, fundir o proletariado e o semi-

proletariado do campo com o proletariado das cidades, num só exército social-democrata. Só esse exército será capaz de realizar a grande revolução socialista (Vol. II, parte I, p. 228).

Eu já distinguia, pois, a etapa democrática da etapa socialista da revolução, muito antes de Radek, imitando Stalin e Thaelmann, pretender ensinar-me essa distinção.

Faz 22 anos, escrevia eu:

Quando os jornais socialistas formularam a ideia da revolução permanente, que liga a supressão do absolutismo e da servidão à revolução socialista, por meio de uma série de conflitos sociais crescentes, da insurreição de novas camadas populares e de ataques incessantes do proletariado aos privilégios políticos e econômicos das classes dominantes, a nossa imprensa progressista soltou um rugido uníssono de indignação (*Nossa Revolução*, 1906, p. 258).

Antes de mais nada, chamo a atenção do leitor para a definição da revolução permanente que essas linhas encerram: a liquidação da Idade Média ligada à revolução socialista, por meio de conflitos sociais crescentes. Onde está o salto? Onde está a negação da etapa democrática? E não foi justamente isso o que se passou em 1917?

Releva notar, de passagem, que o rugido da imprensa progressista de 1905, a respeito da revolução permanente, está longe de se comparar com o rugido, nada progressivo, dos escribas atuais, que intervieram no debate com um pequeno atraso de cinco lustros.

Que atitude assumiu, na época, em face do problema da revolução permanente, por mim colocado na imprensa, o órgão central da fração bolchevique, o *Novaia Jizn*, publicado sob a direção vigilante de Lenin? Reconheçamos que isso não deixa de ser interessante. Ao artigo do periódico radical burguês *Nacha Jizn*,¹ que procurou opor à revolução permanente de Trotsky as opiniões mais razoáveis de Lenin, deu o *Novaia Jizn* (27 de novembro de 1905) a seguinte resposta:

¹ *Nossa vida*. (N.T.)

É claro que essa observação gratuita não passa de um absurdo. O camarada Trotsky acha que a revolução proletária, sem deter-se na primeira etapa, pode continuar o seu caminho, desbaratando os exploradores, ao passo que Lenin acentua que a revolução política apenas constitui o primeiro passo. O publicista do *Nacha Jizn* quis ver nisso uma contradição... Deve-se o mal-entendido, em primeiro lugar, ao terror que a simples expressão revolução social inspira ao *Nacha Jizn*; em segundo lugar, ao seu desejo de descobrir divergências chocantes e agudas entre social-democratas; e, em terceiro lugar, à imagem usada pelo camarada Trotsky: de um só golpe. No nº 10 do *Natchalo*, o camarada Trotsky explicou seu pensamento de um modo que não deixa margem a equívocos:

A vitória completa da revolução – escreve o camarada Trotsky – significa a vitória do proletariado. E esta, por sua vez, significa a continuidade ininterrupta da revolução. O proletariado realiza as tarefas fundamentais da democracia e a lógica de sua luta direta pela consolidação de sua dominação política faz surgir diante dele, a um dado momento, problemas puramente socialistas. Entre o programa mínimo e o programa máximo, estabelece-se, assim, uma continuidade revolucionária. Não se trata de um só golpe, nem de um dia ou um mês, mas de toda uma época histórica, cuja duração seria absurdo definir de antemão.

Nada como essa citação poderia, até certo ponto, esgotar o assunto desta obra. Seria possível refutar, com antecedência, toda a crítica dos epígonos de maneira mais clara, mais precisa e mais indiscutível do que nesse meu artigo, citado com manifesta aprovação pelo *Novaia Jizn* de Lenin? O artigo explicava que, durante a realização das tarefas democráticas, o proletariado vitorioso, pela própria lógica de sua situação, seria levado, numa fase determinada da revolução, a colocar problemas puramente socialistas. É precisamente isso o que constitui a continuidade entre o programa mínimo e o programa máximo, continuidade que engendra, necessariamente, a ditadura do proletariado. Não se trata de um só golpe, não se trata de um salto – expliquei, então, aos meus críticos do campo pequeno-burguês – mas de toda uma época

histórica. E o *Novaia Jizn* de Lenin ficou de inteiro acordo com minhas ideias sobre essa perspectiva. Mas o que me parece muito mais importante é que os acontecimentos reais testaram essas ideias e provaram definitivamente sua justeza em 1917. Além dos democratas pequeno-burgueses do *Nacha Jizn*, foram sobretudo os mencheviques que falaram, em 1905 e notadamente em 1906, do salto fantástico para o socialismo por cima da democracia. Entre os mencheviques que assim pensavam, os mais destacados eram Martinov e o defunto Jordansky. Ambos se tornaram, em seguida, valentes adeptos de Stalin. Num artigo de 1906, que eu poderia reproduzir, hoje, quase integralmente, para refutar a crítica dos epígonos, expliquei, de maneira pormenorizada e popular, aos literatos mencheviques que procuravam atribuir-me o salto para o socialismo, que sua acusação era tão errônea, quanto estúpida. Bastará, talvez, repetir a conclusão do referido artigo:

Compreendo perfeitamente – esteja certo o meu crítico (Jordansky) – que saltar, como publicista, por cima de um obstáculo político não significa vencê-lo na prática (Vol. II, parte I, p. 454).

Não é bastante? Pois eu poderia continuar, mas que os meus críticos não venham mais, como faz Radek, com a desculpa de não terem à mão aquilo de que falam com tanta desenvoltura.

O folheto “Nossa tática”, que escrevi, na prisão, em 1906, e que Lenin editou em seguida, contém a conclusão seguinte:

O proletariado conseguirá apoiar-se na insurreição camponesa e poderá acabar nas cidades, que são os centros da vida política, o que soube começar. Apoiando-se nos elementos camponeses e tomando sua direção, o proletariado dará o golpe de misericórdia vitorioso na reação e saberá assegurar a vitória da revolução (Vol. II, parte I, p. 448).

Será que isso se parece com a negação dos camponeses? O mesmo folheto desenvolve também esta ideia:

Nossa tática, baseada no desenvolvimento irresistível da revolução, não deve ignorar, todavia, as fases e as etapas inevitáveis, possíveis ou mesmo prováveis do movimento revolucionário (Vol. II, parte I, p. 436).

E isso lembrará um salto fantástico?

No artigo intitulado “As lições do primeiro soviete” (1906), tracei do seguinte modo a perspectiva do desenvolvimento ulterior da revolução ou, como resultou na realidade, da nova revolução:

A história não se repete, e o novo soviete não deverá repetir de novo os acontecimentos dos 50 dias (de outubro a dezembro de 1905); poderá, porém, tirar quase todo o seu programa de ação da experiência desse período. Esse programa é perfeitamente claro: cooperação revolucionária com o Exército, o campesinato e as camadas plebeias da pequena burguesia das cidades; supressão do absolutismo; aniquilamento de sua organização material; licenciamento de parte das tropas e dissolução definitiva de outra parte; supressão do aparelho burocrático e policial; introdução da jornada de 8 horas; armamento da população e, em primeiro lugar, do proletariado; transformação dos sovietes em órgãos revolucionários autônomos das cidades; criação dos sovietes de deputados camponeses (comitês camponeses), considerados como órgãos da revolução agrária nas áreas rurais; organização das eleições para a Assembleia Constituinte e luta eleitoral baseada num programa definido de trabalho da representação popular (Vol. II, parte II, p. 206).

Parece-se isso com um salto por cima da revolução agrária ou com um desprezo do problema camponês em seu conjunto? Parece-se isso com uma incompreensão das tarefas democráticas da revolução? Não! Mas, nesse caso, com o que se parece a pintura política de Radek? Não se parece com coisa alguma!

Generoso, mas equívoco, Radek estabeleceu uma distinção entre a minha atitude de 1905, por ele desfigurada, e a dos mencheviques. Nem mesmo desconfia que repete, em suas três quartas partes, a crítica menchevique: a despeito do fato de o método de Trotsky ter sido idêntico ao dos mencheviques – observa Radek, disfarçado em jesuíta – o seu fim era outro. Com essa atitude subjetiva, Radek compromete, em definitivo, sua própria maneira de colocar as questões. Já Lassalle sabia que o fim depende, em última instância, do método que o determina. Chegou mesmo a

escrever um drama a respeito (*Franz von Sickingen*). Em que, pois, é o meu método idêntico ao dos mencheviques? No que concerne aos camponeses. Como prova, Radek invoca três linhas polêmicas do artigo de Lenin em 1916, já citado por nós, mas reconhece, de passagem, que Lenin, ao se referir a Trotsky, na realidade polemizava contra Bukharin e contra o próprio Radek. Além dessa citação que, como vimos, é desmentida por todo o conteúdo do artigo de Lenin, Radek recorre... ao próprio Trotsky. Em meu artigo de 1916, perguntava eu aos mencheviques, depois de desmascarar toda a futilidade de sua concepção:

Se não é a burguesia liberal, quem terá, então, o papel dirigente na revolução? Em todo caso, vós, mencheviques, não acreditais no papel político independente do campesinato.

Isso quer dizer, descobre Radek, que Trotsky estava de acordo com os mencheviques sobre o papel do campesinato. Os mencheviques achavam inadmissível repelir a burguesia liberal em nome de uma aliança duvidosa e incerta com os camponeses. Consistia nisso o método menchevique. E o meu método consistia em repelir a burguesia liberal e conquistar a direção do campesinato revolucionário. Nessa questão fundamental, não havia desacordo entre mim e Lenin. Quando, ao lutar contra os mencheviques, eu lhes dizia: “De qualquer forma, seríeis os últimos a atribuir ao campesinato o papel dirigente”, isso não era, como insinua Radek, a expressão de minha solidariedade com o seu método, mas uma maneira clara de colocar a alternativa – ditadura da plutocracia liberal ou ditadura do proletariado.

Nove anos antes, no congresso de Londres (1907), ao defender os pontos essenciais da atitude bolchevique em relação aos partidos não proletários, servi-me do mesmo argumento contra os mencheviques. E, agora, Radek procura voltá-lo, deslealmente, contra mim. Vou citar a parte principal do meu discurso de Londres, que, nos primeiros anos depois da Revolução de Outubro, foi várias vezes publicado em diversas antologias e coletâneas, como exemplo

do ponto de vista bolchevique sobre as classes e os partidos durante a revolução. Eis o que dizia eu nesse discurso, que dá um resumo da teoria da revolução permanente:

Aos próprios camaradas mencheviques parecem extremamente complicadas as suas opiniões. Lançaram-me eles, por diversas vezes, a acusação de ter uma concepção simplista e muito primitiva da Revolução Russa. Na realidade, porém, são as suas ideias que, apesar de sua forma difusa, aparentemente complexa ou, talvez, por isso mesmo, se assemelham a um esquema tão simples que o próprio sr. Miliukov compreenderia com facilidade.

No posfácio de um livreto recentemente publicado – *Como transcorreram as eleições para a segunda Duma de Estado*, escreve o chefe ideológico do partido cadete:

Quanto aos grupos de esquerda propriamente ditos, isto é, os partidos socialistas e revolucionários, ainda será mais difícil entrar num acordo com eles. Mas, se não há razões positivas, existem, em compensação, razões negativas muito fortes que facilitarão, até certo ponto, uma aproximação de nossa parte. Seu objetivo consiste em criticar-nos e desacreditar-nos, mas, por isso mesmo, devemos existir e agir. Sabemos que, não só para os socialistas russos, mas também para os do mundo inteiro, a revolução que está em vésperas de se realizar é uma revolução burguesa e não socialista, cabendo, pois, a sua realização à democracia burguesa. Nenhum grupo socialista se prepara para tomar o lugar dessa democracia e, se o país enviou à Duma tão grande número de socialistas, não foi, naturalmente, para realizar o socialismo em seguida ou introduzir reformas burguesas preliminares... Seria, portanto, mais vantajoso que os socialistas nos deixassem desempenhar o papel de parlamentares do que se comprometerem com o seu desempenho... Como se vê, Miliukov vai diretamente aos fins. Temos, nas palavras citadas, todos os elementos fundamentais da opinião menchevique sobre a revolução e as relações entre a democracia burguesa e a democracia socialista.

Primeiro: A revolução que está em vésperas de se realizar é uma revolução burguesa e não socialista;

Segundo: A revolução burguesa deve ser realizada pela democracia burguesa;

Terceiro: A democracia socialista não pode efetuar reformas burguesas, pois que, sendo o seu papel apenas de oposição, só deve criticar e desacreditar;

Quarto: Para que os socialistas tenham a possibilidade de ficar na oposição, devemos (isto é, a democracia burguesa) existir e agir.

E se não existirmos, isto é, se não houver uma democracia burguesa capaz de se pôr à frente da revolução burguesa? Nesse caso, será preciso inventá-la. É o que fazem os mencheviques, construindo a democracia burguesa, com suas qualidades e sua história, à custa de sua própria imaginação.

Como materialistas, devemos, antes de tudo, colocar a questão das bases sociais da democracia burguesa: em que camadas da população ou em que classes poderá se apoiar?

Não se pode falar da grande burguesia como de uma força revolucionária e, nisso, estamos todos de acordo. Os industriais de Lyon, por exemplo, desempenharam um papel contrarrevolucionário, mesmo durante a grande Revolução Francesa, que foi uma revolução nacional, no sentido mais amplo do termo. Mas é da burguesia média e, sobretudo, da pequena burguesia que se fala como devendo ser a força dirigente da revolução. E que representa essa pequena burguesia?

Os jacobinos se apoiaram na democracia das cidades, vinda das corporações de ofício. Os pequenos artesãos, os patrões, os companheiros e os elementos da cidade que lhes estavam intimamente ligados, constituíram o exército dos *sans-culottes* revolucionários, ponto de apoio dos montanheses. Foi precisamente essa massa compacta da população das cidades, que passara pela dura e longa escola das corporações de ofício, quem suportou todo o peso do golpe de Estado revolucionário. A criação de condições normais de exploração capitalista foi o resultado objetivo da revolução. Mas o mecanismo social do desenvolvimento histórico funcionou de tal maneira que o populacho, a democracia das ruas, os *sans-culottes*, foram os forjadores das condições favoráveis à dominação da burguesia. Depois que sua ditadura terrorista arrancou a sociedade burguesa dos escombros, pôde a burguesia exercer o poder, derrubando a ditadura da democracia pequeno-burguesa. E – ai de mim! – não é

a primeira vez que pergunto: qual seria, entre nós, essa classe social fadada a levar às costas a democracia burguesa revolucionária, chamá-la ao poder e assegurar-lhe a possibilidade de realizar uma obra grandiosa, estando o proletariado na oposição? Eis a questão fundamental cuja solução proponho aos mencheviques.

É certo que possuímos massas enormes de camponeses revolucionários. Mas os camaradas da minoria sabem, tanto quanto eu, que o campesinato, por mais revolucionário que seja, não é capaz de desempenhar um papel político independente e muito menos um papel dirigente. O campesinato poderia, sem dúvida, tornar-se uma força enorme ao serviço da revolução; seria, porém, indigno de um marxista supor que um partido camponês possa colocar-se à frente de uma revolução burguesa e libertar as forças produtivas nacionais de suas cadeias seculares. A cidade tem a hegemonia na sociedade contemporânea e só a cidade é capaz de exercê-la na revolução burguesa.² Mas onde está, entre nós, a democracia urbana capaz de se colocar à frente da nação inteira? Munido de uma lente, o camarada Martinov procurou-a por toda parte, sem grande resultado. Só encontrou mestres-escolas de Saratov, advogados de São Petersburgo e estatísticos de Moscou. E, seguindo o exemplo de seus amigos, não quis perceber que, na Revolução Russa, o proletariado industrial ocupa o mesmo posto que ocupava, no fim do século 19, a democracia semiproletária dos artesãos e dos *sans-culottes*. Chamo vossa atenção, camaradas, para esse fato de importância fundamental.

Nossa grande indústria não surgiu, naturalmente, do artesanato e dos ofícios. A história econômica das nossas cidades ignora o período das corporações. A indústria capitalista surgiu, entre nós, sob a influência direta e imediata do capital europeu. Apoderou-se, em suma, de terras primitivas, sem encontrar qualquer resistência da parte dos artesãos. O capital estrangeiro afluíu, entre nós, pelo canal dos empréstimos de Estado e por via da iniciativa privada, reunindo ao seu redor o exército do proletariado

² Os críticos retardatários da revolução permanente estarão de acordo com isso? Estarão prontos a estender essa verdade aos países do Oriente, como a China, a Índia etc.? Sim ou não? (L.T.)

industrial, sem deixar tempo ao artesanato para nascer e se desenvolver. Como resultado desse estado de coisas, no momento da revolução burguesa, um proletariado industrial de tipo social muito elevado revelou-se como a principal força nas cidades. É um fato indiscutível e que deve servir de base às nossas conclusões táticas revolucionárias.

Se os camaradas da minoria creem na vitória da revolução ou se reconhecem, ao menos, a possibilidade de um belo triunfo, não podem contestar o fato de que, a não ser o proletariado, não temos outros precedente histórico ao poder revolucionário. Assim como a democracia pequeno-burguesa das cidades se pôs à frente da nação revolucionária durante a grande Revolução Francesa, assim também o proletariado, como expressão da única democracia revolucionária das nossas cidades, deve encontrar apoio nas massas camponesas e subir ao poder, se é que a revolução está em vésperas de triunfar.

Um governo que se apoie diretamente no proletariado e, por seu intermédio, no campesinato revolucionário não significa ainda uma ditadura socialista. Não quero referir-me, agora, às perspectivas ulteriores do governo proletário. Talvez o proletariado esteja destinado a cair, como caiu a democracia jacobina, para dar lugar à dominação da burguesia. Apenas quero deixar bem claro o seguinte: se, de acordo com o prognóstico de Plekhanov, o movimento revolucionário triunfar, entre nós, como movimento operário, a vitória da revolução na Rússia só se concebe como vitória revolucionária do proletariado ou, então, é impossível.

Insisto energicamente nesta conclusão. Se se considerar que as contradições sociais entre o proletariado e as massas camponesas impedirão que o primeiro se ponha à testa dessas últimas e que ele não é bastante forte para alcançar a vitória, então será preciso concluir que a nossa revolução está condenada ao malogro. Nessas condições, o fim natural da revolução seria um acordo entre o antigo regime e a burguesia liberal. É uma hipótese cuja possibilidade não se pode negar. É claro, porém, que isso significaria a derrota da revolução, causada por sua fraqueza interna.

Toda a análise dos mencheviques, sobretudo a sua apreciação do proletariado e de suas relações eventuais com o campesinato, os conduz inevitavelmente ao caminho do pessimismo revolucionário.

No entanto, afastam-se eles desse caminho, com obstinação, para só mostrar otimismo revolucionário... à custa da democracia burguesa. Assim se explica sua atitude em relação aos cadetes. Para os mencheviques, os cadetes são o símbolo da democracia burguesa, e esta, por sua vez, o pretendente natural ao poder revolucionário.

Em que fundais vossa confiança no desenvolvimento e na reabilitação dos cadetes? Não, decerto, nos fatos da evolução política, mas no vosso esquema. Para “levar a revolução até o fim”, tendes necessidade da democracia burguesa das cidades. E, ao procurá-la avidamente, nada encontrais, a não ser os cadetes. Manifestais, então, um otimismo surpreendente em relação a eles, disfarçando-os e querendo obrigá-los a desempenhar um papel construtivo que não querem e não podem desempenhar, nem desempenham, nem desempenharão nunca. Não destes resposta alguma à minha pergunta fundamental tantas vezes repetida. Não fizestes nenhum prognóstico da revolução. Vossa política não tem grandes perspectivas.

Por isso é que vossa atitude para com os partidos burgueses encontra sua fórmula nestas palavras que o Congresso deve reter: política determinada em cada caso concreto. Assim, segundo a vossa concepção, o proletariado não deve sustentar uma luta sistemática para garantir sua influência sobre as massas populares, não deve subordinar todas as suas manobras táticas a uma ideia diretriz que, a meu ver, seria a seguinte: atrair todos os elementos ativos e todos os trabalhadores, para tornar-se o seu chefe e porta-voz (V Congresso do Partido. *Atas e resoluções do Congresso*, p. 180-185).

Esse discurso, que resume meus artigos, discursos e atuação de 1905 a 1906, foi recebido com inteira aprovação pelos bolcheviques, sem falar de Rosa Luxemburgo e Tychko, com os quais, sobre essa base, pude ligar-me mais intimamente e tornar-me, depois, colaborador do seu jornal na Polônia. Lenin, que não perdoava minha atitude conciliadora para com o menchevismo (e tinha razão), pronunciou-se a respeito em termos de uma sobriedade muito de propósito acentuada. Assim se expressa ele:

Apenas quero observar que Trotsky, em seu livro *Pela defesa do partido*, se declara publicamente solidário com Kautsky, no que diz respeito à co-

munidade de interesses econômicos do proletariado e do campesinato na atual revolução russa. Trotsky admite a possibilidade e a utilidade de um bloco de esquerda contra a burguesia liberal. Acho que bastam esses fatos para reconhecer que Trotsky se aproximou das nossas opiniões. Independentemente do problema da revolução permanente, estamos de acordo nos pontos essenciais da nossa atitude em relação aos partidos burgueses (*Obras completas*, vol. VIII, p. 400).

Lenin não formulou, em seu discurso, uma apreciação geral da teoria da revolução permanente, com tanto maior razão quanto eu próprio, no meu discurso, não desenvolvera minhas ideias sobre as perspectivas futuras da ditadura do proletariado. É evidente que Lenin não lera meu trabalho fundamental consagrado à questão, pois que, do contrário, não teria falado de minha aproximação com os bolcheviques como de um fato novo, quando o meu discurso de Londres não era senão um resumo dos meus trabalhos de 1905-1906. Lenin exprimiu-se com grande reserva porque eu estava fora da fração bolchevique. Apesar disso, ou precisamente por isso, as palavras de Lenin não deixam margem a falsas interpretações. Lenin constata nosso acordo nos pontos essenciais da nossa atitude em relação aos camponeses e à burguesia liberal. Essa solidariedade diz respeito ao meu método, e não aos meus fins, como erroneamente formulou Radek. Quanto à perspectiva do transcrescimento da revolução democrática em revolução socialista, é justamente sobre isso que Lenin formula sua reserva: “independentemente da questão da revolução permanente...”. Que significa essa reserva? É muito claro: Lenin estava longe de identificar a revolução permanente com o desconhecimento dos camponeses ou com o salto por cima da revolução agrária, como fizeram, mais tarde, os epígonos ignorantes e desonestos. Eis o pensamento de Lenin: não quero tratar da questão de saber até onde irá nossa revolução, ou se o proletariado, entre nós, pode chegar ao poder antes do proletariado da Europa; não examino as perspectivas que então se abririam para o socialismo, mas, na

questão capital da atitude do proletariado para com os camponeses e a burguesia liberal, “estamos de acordo”.

Já vimos qual foi a resposta do *Novaia Jizn* bolchevique à teoria da revolução permanente, quase no instante do seu nascimento, em 1905. Notemos, ainda, como a redação das *Obras completas* de Lenin julgou essa teoria depois de 1917. Nas notas explicativas do volume XIV, parte II, p. 481, lemos o seguinte:

Antes da revolução de 1905, Trotsky criou uma teoria original e particularmente significativa hoje, a teoria da revolução permanente, segundo a qual a revolução burguesa de 1905 se transformaria diretamente numa revolução socialista, que seria a primeira na série das revoluções nacionais.

Admito que isso não signifique o reconhecimento da exatidão de tudo o que escrevi sobre a revolução permanente. Em todo caso, é o reconhecimento da falsidade do que a respeito escreve Radek. “A revolução burguesa se transformaria diretamente em revolução socialista” – é a teoria do transcrescimento e não a do salto, é uma tática realista e não uma tática de aventura o que daí decorre. E qual o sentido das palavras particularmente significativas hoje? É que a Revolução de Outubro veio iluminar com nova luz os pontos da teoria da revolução permanente que, até então, eram obscuros ou pareciam “inimagináveis” para muita gente. A parte II do volume XIV das *Obras completas* de Lenin apareceu em vida do autor. Milhares e dezenas de milhares de membros do partido leram essa nota explicativa e, até 1924, ninguém pensou em declará-la errônea. Isso só ocorreu a Radek em 1928.

Na medida em que Radek fala não só da teoria, mas também da tática, o principal argumento contra ele consiste, aliás, no caráter de minha atividade prática durante as revoluções de 1905 e 1917. Minha atuação no soviete de São Petersburgo em 1905 coincidiu com a época em que dei forma definitiva às minhas ideias sobre a natureza da revolução, que os epígonos não se cansam de alvejar. Como se explica, então, que essas ideias, pretensamente tão

errôneas, não tenham exercido influência sobre a minha atividade política desenvolvida aos olhos de todo o mundo e diariamente noticiada pela imprensa? Se é verdade que a minha teoria absurda teve sua expressão na minha política, por que motivo se calaram, outrora, os meus atuais censores? E, o que é muito mais importante, por que Lenin defendeu com tanta energia a linha do soviete de São Petersburgo, tanto no momento do apogeu da revolução quanto depois da derrota?

As mesmas questões, talvez de modo ainda mais acentuado, se aplicam também à revolução de 1917. Numa série de artigos escritos em Nova York, analisei a Revolução de Fevereiro sob o ângulo da teoria da revolução permanente. Todos esses artigos foram reproduzidos. Minhas conclusões táticas coincidiram inteiramente com as tiradas por Lenin em Genebra e, por conseguinte, se opunham irreconciliavelmente às de Kamenev, Stalin e outros epígonos. Quando cheguei a Petrogrado, ninguém me perguntou se renunciara ao “erro” da revolução permanente. Também não havia ninguém para perguntar. Stalin ficava pudicamente a um canto, só desejando uma coisa: que o partido esquecesse, o quanto antes, sua política anterior à chegada de Lenin. Yaroslavsky, nessa época, ainda não era o inspirador da Comissão de Controle do Partido, limitando-se a publicar, em Yakutsk, com Ordzonikidze³ e os mencheviques, um jornalzinho ordinário e semiliberal. Kamenev acusava Lenin de trotskismo e, um dia, encontrando-se comigo, declarou-me: “Você, agora, está na berlinda”. Nas vésperas de outubro, eu falava das perspectivas da revolução permanente no órgão central bolchevique, sem que ninguém pensasse em replicar. Minha solidariedade com Lenin revelava-se absoluta e incondicional. Que

³ Ordzonikidze, G. (1886-1937) – Velho bolchevique, membro do primeiro Comitê Central do PC russo. Um dos dirigentes do Exército Vermelho, em fins da I Guerra Mundial (1914-1918). Por ordem de Stalin “russifica” a Geórgia, sua terra natal, por meios brutais, provocando ríspidas críticas de Lenin. Um dos mais ativos organizadores da fração stalinista da direção do PC. A partir de 1928, é encarregado de erigir a indústria pesada. Morre, em 1937, em circunstâncias misteriosas. (N. T.)

dizem a isso os meus críticos e, entre eles, Radek? Que eu próprio não compreendia nada da teoria defendida e que, nos momentos históricos de maiores responsabilidades, agia direito, mas contra essa teoria? Não seria porém simples supor que os meus críticos é que não compreenderam a teoria da revolução permanente, como não compreenderam, aliás, muitas outras coisas? Com efeito, admitindo-se que esses críticos retardatários saibam orientar-se tão bem nos seus próprios pensamentos como nos dos outros, como explicar que todos, sem exceção, tenham ocupado posições tão lamentáveis na revolução de 1917 e, mais tarde, se tenham coberto para sempre de vergonha na revolução chinesa?

* * *

Mas – perguntar-me-á algum leitor – como compreender sua palavra de ordem tática: “Abaixo o tsar! Viva o governo operário!”?

Em certos meios, isso constitui o golpe decisivo. A abominável palavra de ordem de Trotsky aparece em todos os escritos de todos os críticos da revolução permanente. Para uns, é o argumento principal, definitivo e decisivo; para outros, é um porto de refúgio para o pensamento fatigado.

Essa crítica atinge extrema profundidade no “mestre” da ignorância e da deslealdade, quando ele diz, em suas incomparáveis *Questões do leninismo*:

Não nos estendamos (eis aí! – L. T.) sobre as posições de Trotsky em 1905, quando, muito simplesmente, se esqueceu ele do campesinato como força revolucionária, proclamando: Abaixo o tsar! Viva o governo operário!, isto é, a palavra de ordem da revolução sem os camponeses (J. Stalin, *Questões do leninismo*, p. 174-175).

A despeito de minha situação quase desesperada em face de crítica tão poderosa, que não quer “estender-se”, procurarei invocar, em todo caso, algumas circunstâncias atenuantes. De fato, essas circunstâncias existem. Peço um pouco de atenção.

Mesmo que eu tivesse formulado, em 1905, em alguns artigos, uma palavra de ordem equívoca ou errônea que pudesse dar lugar a mal-entendidos, essa palavra de ordem não deveria, hoje, isto é, 23 anos mais tarde, ser considerada isoladamente e, sim, examinada em relação com os meus trabalhos sobre o mesmo assunto e, sobretudo, com a minha atividade política. É inadmissível só informar ao leitor o título de um trabalho que ele ignora (como também os meus críticos) para dar a esse título um sentido que está em evidente contradição com tudo o que fiz e escrevi.

Talvez, porém, não fosse inútil acrescentar – oh!, críticos! – que eu nunca escrevi, nem pronunciei, nem propus tal palavra de ordem: “Abaixo o tsar! Viva o governo operário!”. As próprias bases do principal argumento dos meus juízes estão assentadas, além do mais, sobre um vergonhoso erro material. O manifesto intitulado “Abaixo o tsar! Viva o governo operário!” foi escrito e publicado por Parvus, no verão de 1905, no estrangeiro. Nesse momento, encontrava-me em São Petersburgo, onde fazia tempo que levava uma existência clandestina, sem nada ter feito para esse manifesto. Só muito mais tarde é que soube do seu aparecimento, ao ler artigos polêmicos. Nunca tive oportunidade nem motivo para me pronunciar a respeito. Nunca o vi nem o li, como acontece, aliás, com todos os meus críticos. Eis a que se reduz essa notável questão. Sinto muito ter que privar todos os Thaelmann e Semard do seu argumento mais cômodo e mais convincente. Os fatos, porém, são mais fortes do que os meus sentimentos humanitários.

Mas não é tudo. Quis o acaso que, ao lançar Parvus o seu manifesto “Abaixo o tsar! Viva o governo operário!” por mim ignorado, a imprensa clandestina publicasse um apelo que eu escrevera, sob o título: “Nem tsar, Nem Zemtzy,⁴ mas o Povo!”. Dir-se-ia que esse título, tantas vezes repetido no texto do apelo como palavra de ordem destinada a reunir os operários e os camponeses, foi

⁴ Membros das instituições provinciais, quase todos cadetes.

inventado de propósito para desmentir, sob uma forma popular, todas as afirmações ulteriores a respeito do salto por cima da fase democrática da revolução. O apelo se encontra reproduzido no volume II de minhas *Obras*, parte I, p. 256. Também se encontram aí os meus manifestos, outrora publicados pelo Comitê Central Bolchevique e dirigidos a esse mesmo campesinato que eu, “muito simplesmente, esquecera”, segundo a genial expressão de Stalin.

Ainda há mais. O famoso Rifes, um dos teóricos e dirigentes da revolução chinesa, tratou recentemente, num artigo publicado no órgão teórico do Comitê Central do Partido, dessa abominável palavra de ordem que Trotsky teria lançado em 1917! O menchevique Rifes tem, porém, uma desculpa: é que tendo sido, até 1920, “ministro” de Petliura, andava muito ocupado com suas funções de homem de Estado e com a luta contra os bolcheviques, de forma que não podia prestar muita atenção ao que se passava no campo da Revolução de Outubro. Mas... e a redação do órgão do Comitê Central? Bem! mas, um absurdo a mais ou a menos, isso não tem importância.

– Como?! – exclamará o leitor consciencioso, embebido da maculatura literária desses últimos anos. – Em centenas e milhares de artigos e de livros, ensinaram-nos que...

– Sim, ensinaram-vos! E agora, meus amigos, precisais aprender de novo. São as consequências gerais do período de reação. Não há outro remédio. Nem sempre a história marcha direito. Passa, às vezes, pelos becos escusos de Stalin.

V – REALIZOU-SE, ENTRE NÓS, A “DITADURA DEMOCRÁTICA”? QUANDO?

Referindo-se a Lenin, Radek afirma que a ditadura democrática se realizou no período da dualidade de poderes.¹ Sim, convenho em que Lenin, às vezes e no modo condicional, colocava a questão dessa maneira. – Como, às vezes?, grita Radek com indignação, acusando-me de atentar contra uma das ideias fundamentais de Lenin. Mas Radek se zanga porque não tem razão. Em minhas *Lições de outubro*,² que Radek critica com um atraso de quase quatro anos, interpretei do seguinte modo as palavras de Lenin sobre a “realização” da ditadura democrática:

A coligação operário-camponesa democrática só podia manifestar-se como uma forma inacabada, embrionária, sem poder real: como tendência e não como fato (*Obras*, vol. III, parte I, p. 21).

¹ O poder do Governo Provisório e o dos soviets, antes do golpe de Estado de outubro. (N.T.)

² Livro escrito em 1924, tendo provocado violenta campanha contra Trotsky. (N.T.)

Referindo-se a essa interpretação, diz Radek que “essa exposição do conteúdo de um dos capítulos teóricos mais notáveis da obra Lenin não vale nada”. Vem, depois, um apelo patético às tradições bolcheviques e, em seguida, o acorde final: “Essas questões são por demais importantes para que possam ser resolvidas pela simples citação do que Lenin dizia ‘às vezes’”.

Pretende Radek que eu não tenha prestado bastante atenção a “um dos mais notáveis pensamentos” de Lenin. Todavia Radek desperdiça sua indignação e o seu latim. Um pouco mais de bom senso lhe seria muito mais útil. Embora muito concentrada, minha exposição das *Lições de outubro* se baseia num estudo real de Lenin, e não numa inspiração súbita e improvisada com citações de segunda mão; exprime o pensamento fundamental de Lenin, ao passo que a prolixidade de Radek, a despeito do número de citações, não deixa viva uma só parte desse pensamento.

Por que empreguei a locução “às vezes”, restritiva e limitativa? Porque assim era na realidade. Foi só no período de abril a outubro de 1917, isto é, antes da verdadeira realização da revolução democrática, que Lenin fez suas observações sobre a ditadura democrática “realizada” pela dualidade de poderes (“sob certa forma e até certo ponto”). Radek não o notou, não o compreendeu, não o apreciou. Em sua luta contra os atuais epígonos, Lenin só muito condicionalmente falou da “realização” da ditadura democrática, sem fazer do período de dualidade de poderes uma característica histórica (sob essa forma, seria absurdo), mas para opor um argumento aos que esperavam uma segunda edição melhorada da ditadura democrática independente. As palavras de Lenin tiveram um único sentido: significavam que não há nem pode haver outra ditadura democrática a não ser esse miserável aborto da dualidade de poderes, sendo necessário, portanto, o “rearmamento”, isto é, a mudança de palavra de ordem. Afirmar, todavia, que a coligação dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques com a burguesia que não deu a terra aos camponeses e quis aniquilar os

bolcheviques, fosse a “realização” da palavra de ordem bolchevique, significa ou fazer passar o branco por preto, ou ter perdido definitivamente a cabeça.

Contra os mencheviques, podia-se empregar um argumento, até certo ponto análogo ao que Lenin empregou contra Kamenev: ainda esperais que a burguesia cumpra sua missão “progressista” na revolução? Essa missão já foi cumprida: o papel político de Rodzianko, de Gutchkov e de Miliukov representa o máximo que a burguesia liberal pode dar, assim como o regime de Kerensky é o máximo que a revolução democrática pode realizar como etapa independente.

Características anatômicas indiscutíveis, vestígios, atestam que os nossos antepassados possuíam cauda. Isso basta para provar a unidade genética do mundo animal. Mas, falando francamente, apesar disso, o homem não tem cauda. Lenin mostrou a Kamenev os vestígios da ditadura democrática no regime de dualidade de poderes, mas o advertiu de que não se podia esperar que nascesse um órgão desses vestígios. E não tivemos ditadura democrática independente, muito embora tenhamos feito a revolução democrática de maneira mais absoluta, mais radical e mais profunda do que em qualquer outra parte.

Radek deveria compreender que, se a ditadura democrática tivesse sido realmente realizada em fevereiro-abril de 1917, talvez o próprio Molotov a reconhecesse em seguida. O partido e o proletariado entendiam a ditadura democrática como um regime capaz de aniquilar sem piedade o velho aparelho de Estado monárquico e de suprimir em definitivo a grande propriedade fundiária. Esteve-se, todavia, bem longe disso sob o regime de Kerensky. Para o Partido Bolchevique, tratava-se da realização prática das tarefas revolucionárias, e não da descoberta de certos “vestígios” sociológicos e históricos. Foi o que estabeleceu Lenin, de forma magnífica, para ensinar um pouco de teoria aos seus opositores. E foi tudo, pois não se propôs outra coisa. Radek, a sério, procura

provar que, durante o período da dualidade de poderes, isto é, da ausência de poder, não só existiu “ditadura” como se realizou a revolução democrática. Apenas, foi uma “revolução democrática” que nem todo o gênio de Lenin conseguiu descobrir. Isso significa que não se realizou. Uma revolução democrática é coisa que todo camponês iletrado da Rússia ou da China reconheceria sem dificuldade. Com elementos morfológicos, tornar-se-ia mais difícil. Por exemplo: apesar da lição russa dada a Kamenev, não se conseguiu fazer, afinal, com que Radek compreendesse que a ditadura democrática, no sentido leninista, também se “realizou” na China (através do Kuomintang), de maneira mais completa e mais acabada do que entre nós por meio da dualidade de poderes, e que só ingênuos incuráveis podem esperar ainda uma nova edição melhorada da “democracia” na China.

Se a ditadura democrática só se tivesse realizado, entre nós, sob a forma do regime de Kerensky, que estava a serviço de Lloyd George e de Clemenceau, seria preciso reconhecer, então, que a história zombou cruelmente da palavra de ordem estratégica do bolchevismo. Por felicidade, não foi assim. A palavra de ordem bolchevique realizou-se de fato, não como alusão morfológica, mas como a maior realidade histórica. Realizou-se, porém, depois de outubro, e não antes. A guerra camponesa, para usar de uma expressão de Marx, sustentou a ditadura do proletariado. Graças a outubro, a colaboração das duas classes foi obtida em gigantescas proporções. Todo camponês ignorante sentiu e compreendeu então, mesmo sem os comentários leninistas, que a palavra de ordem bolchevique se encarnava na vida. E o próprio Lenin considerou essa revolução, a Revolução de Outubro, em sua primeira etapa, como a verdadeira revolução democrática e, por conseguinte, como a verdadeira encarnação, embora modificada, da palavra de ordem estratégica do bolchevismo. É preciso julgar Lenin em sua totalidade e, sobretudo, Lenin depois de outubro, quando examinou e avaliou os acontecimentos de um nível muito mais

elevado. Enfim, é preciso julgá-lo do ponto de vista leninista, e não segundo o método dos epígonos.

Em seu livro contra Kautsky,³ Lenin analisou (depois de outubro) a questão do caráter de classe da revolução e do seu “transcrescimento”. Eis uma das passagens que Radek faria bem em aprofundar:

Sim, nossa revolução (de outubro – L. T.) é burguesa, enquanto marchamos com todo o campesinato. Já o sabíamos muito bem desde 1905, repetindo centenas e milhares de vezes que não se pode saltar por cima dessa etapa necessária da evolução histórica, nem suprimi-la com decretos.

E mais adiante:

Tudo se passou exatamente como prevíamos. O curso da revolução confirmou a justeza do nosso raciocínio. Fez-se, primeiro, com todo o campesinato, contra a monarquia, contra os grandes proprietários fundiários, contra a Idade Média (e foi, assim, burguesa, democrático-burguesa). Marchou em seguida, com o camponês pobre, com o semiproletário, com todos os explorados, contra o capitalismo, inclusive os camponeses ricos e os especuladores (e, por isso, tornou-se socialista) (*Obras completas*, vol. XV, p. 508).

Assim falou Lenin, dizendo coisas “para sempre” e não “para uma vez”, dando uma característica completa, geral e definitiva do curso da revolução, a de outubro inclusive. “Tudo se passou exatamente como prevíamos.” A revolução democrático-burguesa realizou-se sob a forma de coligação dos operários e dos camponeses. Sob o regime de Kerensky? Não; no primeiro período de outubro. É justo? Sim, é justo. Mas, como o sabemos agora, não foi sob a forma de ditadura democrática, mas sob a forma de ditadura do proletariado que ela se realizou. E, com isso, tornou-se definitivamente inútil a velha fórmula algébrica.

Se se fizesse um paralelo, sem analisá-los, entre o argumento condicional de Lenin contra Kamenev, em 1917, e a característica

³ V. Lenin: *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. Há tradução em português da Edições Unitas. (N.T.)

definitiva da Revolução de Outubro e dos anos seguintes, chegar-se-ia à conclusão de que tivemos duas revoluções democráticas “realizadas”. É muita coisa, tanto mais quanto, entre a segunda e a primeira, houve a insurreição armada do proletariado.

Comparemos, agora, a citação precedente do livro de Lenin, *O renegado Kautsky*, com a passagem seguinte do meu *Balanço e perspectivas*, no qual assinalo, no capítulo sobre o “regime proletário”, a primeira etapa da ditadura e as perspectivas do seu “transcrescimento” ulterior:

A supressão do regime de servidão terá o apoio de todo o campesinato, que representa um corpo subjugado. O imposto progressivo sobre a renda será apoiado pela enorme maioria dos camponeses. Mas, as medidas legislativas em defesa do proletariado agrícola, longe de despertarem a simpatia dessa maioria, chocar-se-ão ainda com a resistência ativa de uma minoria.

O proletariado será forçado a levar a luta de classes ao campo e a romper, assim, a comunidade de interesses que certamente existe entre todos os camponeses, embora em limites relativamente estreitos. No primeiro período de sua dominação, o proletariado se verá obrigado a opor os camponeses pobres aos camponeses abastados e o proletariado agrícola à burguesia agrária (*Nossa Revolução*, 1906, p. 255).

Como isso se parece com a “negação” dos camponeses e com a completa “oposição” existente entre a minha linha e a de Lenin!

A citação de Lenin, feita mais acima, não é a única no gênero. Como acontecia sempre a Lenin, uma nova fórmula que esclarecesse melhor os acontecimentos se tornava logo o eixo de seus discursos e artigos de todo um período. Em março de 1919, diz ele o seguinte:

Em outubro de 1917, tomamos o poder com todo o campesinato. Foi uma revolução burguesa na medida em que a luta de classes ainda não se desenvolvera no campo (Vol. XVI, p. 143).

E, na mesma época, explicou ao Congresso do partido:

Num país em que o proletariado foi obrigado a tomar o poder com o auxílio do campesinato e a desempenhar o papel de agente de uma revolução

pequeno-burguesa, a nossa revolução foi, em larga medida, uma revolução burguesa, até o verão e mesmo até o outono de 1918, isto é, até o momento da formação dos comitês de camponeses pobres (Vol. XVI, p. 105).

Essas palavras de Lenin foram várias vezes repetidas, em diferentes ocasiões e sob diversas formas. No entanto, Radek omite, muito simplesmente, esse pensamento fundamental de Lenin, que resolve a questão controvertida.

O proletariado, diz Lenin, tomou o poder em outubro, com todo o campesinato. Foi, por conseguinte, uma revolução burguesa. É justo? Sim, num certo sentido. Mas isso significa também que a verdadeira ditadura democrática do proletariado e dos camponeses, aquela que de fato aniquilou o regime de absolutismo e de servidão, arrancando a terra aos grandes proprietários, só se realizou depois de outubro e não antes, apresentando-se sob a forma de ditadura do proletariado sustentada pela guerra camponesa (expressão de Marx) e começando, alguns meses depois, a se transformar em ditadura socialista. Não é bastante claro? Ainda será possível, agora, discutir essas coisas?

Segundo Radek, a teoria “permanente” comete o crime de confundir a etapa burguesa com a etapa socialista. Na realidade, porém, a dinâmica de classe “confundiu”, isto é, ligou tão bem essas duas etapas, que o nosso infeliz metafísico perde o seu latim.

É evidente que se encontram lacunas e afirmações errôneas no meu *Balanço e perspectivas*. Mas esse trabalho não foi composto em 1928; foi escrito, em suas linhas essenciais, antes de outubro... de outubro de 1905. A crítica de Radek não visa as lacunas da teoria da revolução permanente, ou melhor, os motivos com que eu, outrora, a fundamentava. Seguindo o exemplo dos epígonos seus mestres, Radek não ataca os pontos fracos dessa teoria, mas justamente os seus pontos mais fortes, isto é, os que corresponderam ao curso dos acontecimentos históricos. E o faz em nome de falsas conclusões arbitrariamente deduzidas da posição de Lenin, que Radek não estudou nem compreendeu a fundo.

Em geral, toda a escola dos epígonos faz acrobacias com as antigas citações num plano que nunca corresponde ao desenvolvimento histórico real. Quando, porém, os inimigos do trotskismo se veem obrigados a fazer uma análise da evolução real da Revolução de Outubro, e a fazê-la de maneira séria e conscienciosa (o que acontece, às vezes, com alguns deles), as fórmulas encontradas se impregnam, inevitavelmente, do espírito da teoria repudiada. Temos disso uma prova eloquente nos trabalhos de A. Yakovlev sobre a história da Revolução de Outubro. Eis como as relações de classe na antiga Rússia são formuladas por esse autor, que, embora seja um dos pilares da fração dirigente, é sem dúvida mais instruído do que os outros stalinistas e, sobretudo, do que o próprio Stalin:

... Vemos que a insurreição camponesa (março-outubro de 1917) era duplamente limitada. Depois de ter crescido até a guerra camponesa, não pôde ir além e quebrar os quadros de sua atividade imediata, que se reduzia à supressão do grande proprietário fundiário da vizinhança; não se transformou em movimento revolucionário organizado e não pôde ultrapassar o caráter de revolta espontânea, peculiar aos movimentos camponeses.

A insurreição camponesa (insurreição espontânea, limitando-se à supressão do grande proprietário vizinho) não podia triunfar, não podia aniquilar o poder de Estado, hostil ao camponês, que apoiava o grande proprietário fundiário. O movimento agrário só podia ser vitorioso se a classe correspondente nas cidades se pusesse à sua frente... Em suma, foi por isso que a sorte da revolução agrária se decidiu numa centena de cidades e não em dezenas de milhares de aldeias. Só a classe operária, depois de desferir o golpe decisivo na burguesia dos centros do país, podia assegurar a vitória à insurreição camponesa; só a vitória da classe operária nas cidades fazia do movimento camponês alguma coisa mais do que um choque espontâneo entre dezenas de milhões de camponeses e dezenas de milhares de grandes proprietários; finalmente, só a vitória da classe operária podia criar as bases para um novo tipo de organização camponesa, unindo os camponeses pobres e médios com o proletariado e não com a burguesia. O problema

da vitória da insurreição camponesa foi, em suma, o problema da vitória da classe operária nas cidades.

Quando deram, em outubro, o golpe decisivo no governo da burguesia, os operários resolveram, ao mesmo tempo, o problema da vitória da insurreição camponesa.

É mais adiante:

... foi justamente porque, em virtude das circunstâncias históricas, a Rússia burguesa marchou, em 1917, com os grandes proprietários fundiários. Nem mesmo as frações mais à esquerda da burguesia, como os mencheviques e os socialistas-revolucionários, ousaram ir além de uma transação vantajosa para os proprietários fundiários. E nisso a revolução russa difere profundamente da revolução francesa que se realizou há mais de 100 anos... A revolução camponesa não podia triunfar, em 1917, como revolução burguesa (precisamente! – L. T.). Só havia para ela esta alternativa: ou a derrota, sob os golpes das forças coligadas da burguesia e dos grandes proprietários fundiários, ou a vitória, como movimento que acompanha e apoia a revolução proletária. A classe operária da Rússia, encarregando-se da missão da burguesia francesa na grande Revolução e tomando a direção da revolução agrária democrática, assegurou a vitória da revolução proletária (*O movimento camponês em 1917*, Edições do Estado, 1927, p. X-XI, XI-XII).

Quais são os elementos essenciais do raciocínio de Yakovlev? A incapacidade do campesinato de desempenhar um papel político independente; a necessidade do papel dirigente da classe que lhe corresponde nas cidades; a impossibilidade de a burguesia russa pôr-se à frente da revolução agrária; a necessidade que daí decorre do papel dirigente do proletariado; a tomada do poder pelo proletariado, como chefe da revolução agrária; e, finalmente, a ditadura do proletariado apoiando-se na guerra camponesa e abrindo a era da revolução socialista. Está, assim, definitivamente aniquilada a maneira metafísica de colocar a questão do caráter “burguês” ou “socialista” da revolução. A essência da questão consistia em que o problema agrário, que constituía a base da revolução burguesa, não podia ser resolvido sob a dominação da burguesia. A ditadura

do proletariado apareceu como condição preliminar da revolução agrário-democrática, e não depois dessa revolução. Temos, em suma, nesse esquema retrospectivo de Yakovlev, todos os elementos essenciais da teoria da revolução permanente, tal como a formulei em 1905. Eu fizera um prognóstico histórico. Vinte e dois anos depois da primeira revolução e 10 anos depois da Revolução de Outubro, Yakovlev fez o balanço dos acontecimentos de três revoluções utilizando os trabalhos preparatórios de todo um estado-maior de jovens escritores. E que resultou? Yakovlev repetiu, palavra por palavra, as minhas fórmulas de 1905.

Qual é, porém, a atitude de Yakovlev para com a teoria da revolução permanente? É a de um funcionário stalinista que deseja conservar seu posto e ocupar mesmo outro mais elevado. Como Yakovlev concilia sua opinião sobre as forças motrizes da Revolução de Outubro com a luta contra o trotskismo? É muito simples: pouco lhe importa conciliá-las. À maneira dos funcionários liberais tsaristas, que não deixavam de fazer regularmente a santa comunhão, apesar de aprovarem as teorias de Darwin, os Yakovlev compram o direito de exprimir, às vezes, pensamentos marxistas, ao preço de sua participação na campanha de ódio contra a revolução permanente. Poderiam ser citadas dezenas de exemplos desse gênero.

Resta-nos acrescentar que não foi por iniciativa própria que Yakovlev escreveu o trabalho citado sobre a história da Revolução de Outubro, mas por decisão especial do Comitê Central, que, ao mesmo tempo, me designara como diretor do seu trabalho.⁴ É que, nessa época, ainda se acreditava na cura de Lenin, e nenhum dos epígonos se atrevia, então, a levantar uma discussão factícia sobre a revolução permanente. Em todo caso, na qualidade de ex-diretor, ou antes, de diretor eleito da História Oficial da Revolução de Outubro,

⁴ Extrato da ata da sessão do Bureau de Organização do Comitê Central, realizada em 22 de maio de 1922: “Encarregar o camarada Yakovlev de compor, sob a direção do camarada Trotsky, um manual de estudo sobre a história da Revolução de Outubro”.

posso constatar, com satisfação, que o autor, consciente ou inconsciente, serve-se textualmente, em todas as questões discutíveis, das fórmulas de um dos meus trabalhos sobre a revolução permanente, o mais herético e o mais interdito: *Balanço e perspectivas*.

A opinião de Lenin sobre o destino histórico da palavra de ordem bolchevique atesta, com evidência, que a diferença entre as duas linhas, a “permanente” e a de Lenin, tinha pouca importância, pois que essas linhas sempre coincidiram nos pontos essenciais, soldando-se definitivamente em outubro e opondo-se, de maneira irreconciliável, não só à linha de Stalin em fevereiro-março, à de Kamenev, Ricov e Zinoviev em abril-outubro, a toda a política chinesa de Stalin, Bukharin e Martinov, como também à atual linha “chinesa” de Radek.

Se Radek, que mudou tão radicalmente suas opiniões entre 1925 e o segundo semestre de 1928, me acusa de não compreender a “complexidade do marxismo e do leninismo”, eu lhe respondo: “Considero que a linha fundamental dos meus pensamentos, traçada há 23 anos no *Balanço e perspectivas*, foi inteiramente confirmada pelos acontecimentos e coincidiu, por conseguinte, com a linha estratégica do bolchevismo”.

Não vejo, em particular, nenhuma razão para renunciar ao que disse sobre a revolução permanente, em 1922, no prefácio do meu livro *1905*, que todo o partido, em vida de Lenin, leu e estudou em numerosas edições, só tendo “perturbado” Kamenev, pela primeira vez, no outono de 1924, e Radek, no outono de 1928. Eis o que se lê no referido prefácio:

Foi precisamente durante o período compreendido entre o 9 de janeiro e a greve geral de outubro de 1905 que se formaram as ideias do autor sobre a natureza do desenvolvimento revolucionário da Rússia e denominadas, em seguida, teoria da revolução permanente. Esse nome complicado exprimia o pensamento de que a revolução russa, em face das tarefas burguesas imediatas, não poderia deter-se nelas. A revolução só alcançaria os seus objetivos burgueses imediatos se levasse o proletariado ao poder...

Apesar de uma interrupção de 12 anos, essa previsão foi inteiramente confirmada. A revolução russa não pôde terminar num regime democrático burguês, mas teve que transmitir o poder à classe operária. Se esta ainda era, em 1905, muito fraca para conquistá-lo, pôde fortificar-se e desenvolver-se, não sob uma república democrático-burguesa, mas na clandestinidade do tsarismo, na época da lei de 3 de junho⁵ (L. Trotsky, 1905, Prefácio, p. 4-5).

Citarei, ainda, uma das fórmulas polêmicas mais violentas por mim lançadas a propósito da palavra de ordem de “ditadura democrática”. Em 1909, escrevi no jornal polaco de Rosa Luxemburgo:

Se os mencheviques, partindo da abstração de que nossa revolução é burguesa, chegam à ideia da adaptação de toda a tática do proletariado à conduta da burguesia liberal até esta conquistar o poder de Estado, os bolcheviques, também partindo da pura abstração de uma ditadura democrática, não socialista, chegam à ideia de uma autolimitação democrático-burguesa do proletariado com o poder nas mãos. É verdade que a diferença entre ambos é muito grande: ao passo que os aspectos antirrevolucionários do menchevismo já se manifestam, agora, com toda a sua força, os traços antirrevolucionários do bolchevismo só constituem perigo em caso de vitória revolucionária.

Em janeiro de 1922, acrescentei a nota seguinte a esse trecho, reproduzido na edição russa do meu livro *1905*:

Felizmente, tal não se deu: sob a direção do camarada Lenin, o bolchevismo transformou (embora com relutâncias internas) sua ideologia sobre essa questão primordial, na primavera de 1917, isto é, antes da conquista do poder.

Em 1924, os críticos abriram violento fogo contra essas duas citações. Com um atraso de quatro anos, Radek participa dessa ofensiva. No entanto, refletindo-se bem, não se pode deixar de re-

⁵ 3 de junho de 1907: dissolução da segunda Duma por Stolipin, primeiro ministro tsarista, depois da malograda revolução de 1905. Stolipin promove uma reforma agrária com o objetivo de criar, nas zonas rurais, uma camada de camponeses ricos, a fim de opô-los aos pequenos possuidores de terra e ao proletariado rural. Símbolo do mais torvo reacionarismo, dissolve a segunda Duma, de onde a bancada bolchevique fugitava a autocracia. (N.T.)

conhecer que essas linhas encerram uma previsão e uma advertência importantes. Ninguém poderá negar o fato de que, no momento da Revolução de Fevereiro, toda a “velha guarda” bolchevique opôs, de maneira absoluta, a ditadura democrática à ditadura socialista. Os discípulos íntimos de Lenin transformaram sua fórmula algébrica numa construção puramente metafísica, da qual se serviram para entrar o desenvolvimento natural da revolução. Por ocasião da reviravolta histórica decisiva, o grupo dirigente bolchevique, que se encontrava na Rússia, ocupou posições reacionárias. Se Lenin não tivesse chegado a tempo, esse grupo teria sido capaz de estrangular a Revolução de Outubro, em nome da luta contra o trotskismo, como estrangulou, mais tarde, a revolução chinesa. Com muita circunspeção, Radek apresenta esse erro como uma espécie de “acidente”. É, porém, muito pouco provável que isso possa servir de explicação marxista à posição vulgarmente democrática de Kamenev, Zinoviev, Stalin, Molotov, Ricov, Kalinin,⁶ Noguín, Miliutin, Kretinsky, Frunze, Yaroslavsky, Ordzonikidze, Preobrajensky, Smilga⁷ e dezenas de outros “velhos bolcheviques”. Não seria mais justo reconhecer que o caráter algébrico da antiga fórmula bolchevique oferecia certos perigos? Como sempre, o curso da evolução política preencheu as lacunas da fórmula revolucionária com um conteúdo hostil à revolução proletária. Não é preciso dizer, naturalmente, que, se Lenin tivesse podido viver na Rússia e acompanhar diariamente a evolução do partido, sobretudo durante a guerra, teria feito, a tempo, as correções e explicações necessárias. Para felicidade da revolução, ele chegou, embora com atraso, em todo caso a tempo de efetuar o indispensável

⁶ Kalinin, M. I. (1875-1945) – Velho bolchevique, membro do Comitê Central do PC soviético e Presidente da URSS, durante 20 anos. Por algum tempo, situa-se na tendência de direita da organização partidária, aderindo, depois, à fração stalinista. (N.T.)

⁷ Smilga, I. – Velho bolchevique. Membro do Comitê Central do PC soviético desde abril de 1917. Destaca-se como um dos organizadores do Exército Vermelho, participando do Conselho Revolucionário de Guerra. Forma com a Oposição de Esquerda. É expulso do PC soviético e deportado para a Sibéria. Capitulou em 1929. Acusado de “terrorista” nos Processos de Moscou, foi executado. (N.T.)

rearmamento ideológico. O instinto de classe do proletariado e o entusiasmo revolucionário da base do partido, fortificada por todo o trabalho anterior do bolchevismo, permitiram que Lenin, em sua luta contra o grupo dirigente, conseguisse mudar a direção política do partido num prazo relativamente curto.

Mas por acaso poderá isso significar que devemos aplicar, hoje, à China, à Índia e aos demais países, a fórmula de Lenin em 1905, com seu caráter algébrico e até incompleto, e permitir que os Stalin e Ricov chineses e indianos (Tan Pin-san, Roy e outros) deem a essa fórmula um sentido pequeno-burguês e nacional-democrático, à espera da chegada providencial de Lenin para fazer as correções de 4 de abril? Pode-se confiar em semelhante correção na China e na Índia? Não seria mais prudente dar logo a essa fórmula o caráter concreto cuja necessidade foi demonstrada pela experiência histórica tanto da Rússia, quanto da China?

Interpretar-se-á o que eu disse no sentido de que a palavra de ordem de ditadura democrática do proletariado e dos camponeses foi, muito simplesmente, um “erro”? Como se sabe, na hora atual, todos os pensamentos e todas as ações humanas se dividem em duas categorias: as indiscutivelmente justas, que estão na “linha geral do partido”, e as indiscutivelmente errôneas, que se afastam dessa “linha geral”. Isso não impede, naturalmente, que se declare errôneo, hoje, o que ontem se proclamava absolutamente justo. No entanto, antes de aparecer a “linha geral”, a evolução real das ideias conhecia também o método da aproximação progressiva da verdade. Até na simples divisão aritmética se empregam cifras mais ou menos aproximadas, que se abandonam, depois, à medida que se vai fazendo a verificação. No tiro de artilharia, esse método de aproximações sucessivas tem o nome especial de “garfo”. O método de aproximação é inevitável em política. Tudo está em reconhecer que o tiro não atingiu o alvo, para se fazer a correção indispensável sem perda de tempo.

A enorme importância histórica da fórmula de Lenin consiste em ter esgotado completamente, numa nova época histórica, a

questão do grau de independência política a que podem chegar os diferentes grupos da pequena burguesia e, antes de tudo, o campesinato. Graças à sua amplitude, a experiência bolchevique de 1905-1917 fechou definitivamente a porta à “ditadura democrática”. Sobre essa porta, o próprio Lenin colocou a inscrição: “Condenada”. Exprimiu essa ideia em algumas palavras: o campo nês só pode seguir o burguês ou o operário. Os epígonos ignoram inteiramente a conclusão a que chegou a velha fórmula do bolchevismo e, a despeito dessa conclusão, canonizam uma hipótese temporária e a incorporam em seu programa. É nisso que reside, em suma, a essência do pensamento dos epígonos.

VI – SOBRE O SALTO POR CIMA DAS ETAPAS HISTÓRICAS

Radek não se limita à simples repetição dos exercícios críticos oficiais desses últimos anos, mas ainda os simplifica, se isso é possível. Segundo Radek, eu não faço, em geral, nenhuma distinção entre a revolução burguesa e a revolução socialista, entre o Oriente e o Ocidente, e nisso nada mudei desde 1905. Depois de Stalin, Radek ensina que é inadmissível saltar as etapas históricas.

Antes de mais nada, seria preciso perguntar: se, para mim, em 1905, a questão se resumia na revolução “socialista”, por que achei, então, que esta poderia começar na Rússia atrasada, antes de se verificar na Europa avançada? Talvez por patriotismo ou por orgulho nacional? De qualquer maneira, foi exatamente assim que as coisas se passaram. Será que Radek não compreende que, se a revolução democrática pudesse realizar-se, entre nós, como etapa independente, não teríamos, agora, a ditadura do proletariado? Se a conseguimos antes da Europa, foi porque a história ligou – não confundiu, mas

ligou organicamente – o conteúdo fundamental da revolução burguesa com a primeira etapa da revolução proletária.

A distinção entre revolução burguesa e revolução proletária é o alfabeto. Mas, depois de ter aprendido o alfabeto, aprendem-se as sílabas, que se compõem de letras. A história reuniu as letras mais importantes do alfabeto burguês com as primeiras letras do alfabeto socialista. Radek desejaria que voltássemos dessas sílabas ao alfabeto. É triste, mas é assim.

É absurdo dizer que não se pode saltar as etapas. O curso vivo dos acontecimentos históricos salta sempre por cima das etapas, que são o resultado de uma análise teórica da evolução considerada em seu conjunto, isto é, em sua amplitude máxima, e, nos momentos críticos, exige ele o mesmo salto da política revolucionária. Poder-se-ia dizer que a capacidade de reconhecer e utilizar esses momentos distingue, antes de tudo, o revolucionário do evolucionista vulgar.

A análise feita por Marx do desenvolvimento da indústria (o ofício, a manufatura, a usina) corresponde ao alfabeto da economia política ou, melhor, da teoria econômico-histórica. Na Rússia, porém, a usina apareceu sem passar pelo período da manufatura e do ofício. Já são as sílabas da história. Uma evolução análoga verificou-se, entre nós, no domínio da política e das relações de classe. Não se pode compreender a nova história da Rússia sem ter aprendido o esquema de Marx: ofício, manufatura, usina. Mas, não se compreenderá nada quando se tiver aprendido somente isso. É que a história russa – digamo-lo sem ofender Stalin – realmente saltara algumas etapas. Todavia, a distinção teórica das etapas também é necessária para a Rússia, porque, sem isso, não se chegaria a compreender o caráter do salto nem suas conseqüências.

Poder-se-ia abordar o problema sob outro aspecto (como fazia Lenin, *às vezes*, na questão da dualidade de poderes),¹ dizendo que

¹ Dualidade de poderes – O poder do Governo Provisório e o poder dos soviets, entre a Revolução de Fevereiro de 1917 e a Revolução de Outubro do mesmo ano. (N.T.)

as três etapas de Marx existiram de fato na Rússia. Mas, as duas primeiras só existiram sob uma forma reduzida e embrionária. Representados por pontinhos, esses “vestígios” bastam para confirmar a unidade genética da evolução econômica. Entretanto, sua redução quantitativa foi tão grande que engendrou particularidades inteiramente novas na estrutura social da nação. A Revolução de Outubro é a expressão mais eloquente dessas “particularidades” novas em política.

Em todas essas questões, o “teórico” Stalin é simplesmente insuportável. Toda a bagagem teórica desse pobre espírito se reduz a duas sacolas: numa, ele pôs a “lei do desenvolvimento desigual”; na outra, “não saltar por cima das etapas”. Stalin não chega a compreender, ainda hoje, que a desigualdade do desenvolvimento consiste precisamente nos saltos por cima das etapas (ou no estacionamento demorado numa delas). Com uma seriedade inimitável, Stalin opõe à teoria da revolução permanente... a lei do desenvolvimento desigual. No entanto, a previsão do fato de que a Rússia, historicamente atrasada, podia conhecer uma revolução proletária mais cedo do que a Inglaterra avançada, baseava-se inteiramente na lei do desenvolvimento desigual. Mas, para formular essa previsão, era preciso, primeiro, compreender a desigualdade histórica em toda a sua dinâmica concreta e não ruminar, sem cessar, a citação de 1915 de Lenin, virada pelo avesso e interpretada com ignorância. Compreende-se, com facilidade, a dialética das “etapas” históricas nos períodos de expansão revolucionária. Os períodos reacionários, ao contrário, são peculiares ao desenvolvimento de um evolucionismo barato. O stalinismo, essa vulgaridade ideológica concentrada, digno rebento da reação no partido, criou uma espécie de culto do desenvolvimento por etapas para disfarçar o “caudismo”² e o empirismo políticos. Também Radek caiu presa dessa ideologia reacionária.

² Neologismo que designa “o que segue”, que vai à cauda. Compare-se com caudilho, caudilhismo, referentes ao “guia”, ao “que é seguido”. (N.T.)

Há etapas do desenvolvimento histórico que podem tornar-se inevitáveis em certas condições, sem que o sejam do ponto de vista teórico. Por outro lado, a dinâmica da evolução pode reduzir a zero etapas teoricamente “inevitáveis”, sobretudo durante as revoluções, chamadas, com acerto, “locomotivas da história”.

Foi assim que o nosso proletariado “saltou” a etapa do parlamentarismo democrático, só concedendo à Assembleia Constituinte algumas horas sem importância. Já não se pode, porém, saltar a etapa contrarrevolucionária na China, como não se pode, entre nós, saltar por cima do período das quatro Dumas. No entanto, a atual contrarrevolução na China não era historicamente “inevitável”, tendo sido apenas o resultado da funesta política de Stalin e Bukharin, que entrarão na história como organizadores de derrotas. Mas, os frutos do oportunismo tornaram-se um fator objetivo que pode, agora, retardar muito o desenvolvimento revolucionário.

Toda tentativa de saltar por cima das etapas concretas, isto é, objetivamente determinadas na evolução das massas, não passa de aventureirismo político. Enquanto, por exemplo, a maioria da massa operária tiver confiança na social-democracia ou nos elementos do Kuomintang ou das *trade-unions*,³ não poderemos indicar-lhe, como tarefa imediata, o derribamento do poder burguês. Para isso, é preciso que as massas estejam preparadas. Essa preparação pode constituir uma etapa muito longa. Mas só um “caudista” pode afirmar que deveríamos ficar “com as massas” no Kuomintang, ou continuar em ligação com o amarelo⁴ Purcell, até o momento “em que essas massas se desiludissem dos seus chefes”, por nós apoiados com a nossa política de coligação.

Radek, decerto, ainda não se esqueceu de que, ao exigirmos que o Partido Comunista saísse do Kuomintang e que se rompesse o Comitê Anglo-Russo, não faltaram “dialéticos” para qualificar essa

³ Organizações sindicais dos trabalhadores ingleses. (N.T.)

⁴ Por extensão, todo militante colaboracionista, isto é, que repele a luta de classes ou dela não tem consciência. (N.T.)

exigência de “salto” por cima das etapas, de rompimento com os camponeses (na China) e com as massas operárias (na Inglaterra). Radek deve estar lembrado disso, tanto mais quanto ele próprio pertencia ao número desses “dialéticos” de triste figura. Agora, não faz mais do que aprofundar e generalizar seus erros oportunistas.

Em abril de 1919, em seu artigo-programa intitulado “A Terceira Internacional e seu lugar na história”, escreveu Lenin:

É provável que não nos enganemos se dissermos que foi justamente... a contradição existente entre o Estado atrasado da Rússia e o seu *salto, por cima da democracia burguesa*, para a mais alta forma de democracia, a soviética ou proletária, uma das causas que dificultaram ou retardaram a compreensão do papel dos soviets no Ocidente (Lenin, *Obras completas*, vol. XVI, p.183).

Nessa passagem, Lenin diz, categoricamente, que a Rússia deu um “salto por cima da democracia burguesa”. Naturalmente, Lenin faz a essa afirmação todas as restrições mentais necessárias: a dialética não consiste em enumerar sempre de novo todas as condições concretas; o articulista supõe que os leitores tenham alguma coisa dentro da cabeça. Mas, seja como for, fica de pé o salto por cima da democracia burguesa, muito embora, como observa Lenin com acerto, seja um estorvo para os espíritos dogmáticos e esquemáticos compreenderem o papel dos soviets no Ocidente, como também no Oriente.

Eis o que digo, a esse respeito, naquele mesmo prefácio do *1905*, que tão subitamente provocou a inquietação de Radek:

Já em 1905, os operários de São Petersburgo chamavam o seu soviete de governo proletário. Essa denominação, corrente nessa época, correspondia perfeitamente ao programa da luta pela conquista do poder pela classe operária. Ao mesmo tempo, opúnhamos ao tsarismo o programa completo da democracia política (sufrágio universal, república, milícia etc.). Não podíamos agir de outra forma. A democracia política é uma etapa necessária na evolução das massas operárias, com a reserva fundamental, entretanto, de que estas levam, às vezes, dezenas de anos para transpor essa

etapa, ao passo que uma situação revolucionária permite que se libertem dos preconceitos da democracia política antes da realização efetiva de suas instituições (L. Trotsky, *1905*, prefácio, p. 7).

Essas palavras, coincidindo inteiramente com o pensamento de Lenin, acima mencionado, explicam, a meu ver, a necessidade de opor o “programa completo da democracia política” à ditadura do Kuomintang. Mas, justamente nesse ponto, Radek desvia-se para a esquerda. Na época da ascensão revolucionária, opôs-se ele a que o Partido Comunista abandonasse o Kuomintang. Na época da ditadura contrarrevolucionária, opõe-se à mobilização dos operários chineses em torno das palavras de ordem da democracia. É o mesmo que andar coberto de peles no verão e passear completamente nu no inverno.

VII – QUE SIGNIFICA, HOJE, PARA O ORIENTE, A PALAVRA DE ORDEM DE DITADURA DEMOCRÁTICA?

Depois de se ter erroneamente aproximado da maneira stalinista de interpretar as “etapas” históricas (maneira digna de um filisteu evolucionista e não de um revolucionário), Radek procura canonizar a palavra de ordem de ditadura democrática do proletariado e dos camponeses para todo o Oriente. A “hipótese de trabalho” do bolchevismo, adotada por Lenin no curso do desenvolvimento de determinado país, por ele próprio modificada, concretizada e, por fim, abandonada em dado momento, torna-se, para Radek, um esquema super-histórico, quando não se cansa de repetir em seu artigo:

Essa teoria, como a tática que lhe corresponde, é aplicável a todos os países de capitalismo incipiente, onde a burguesia ainda não resolveu os problemas herdados das formações sociais e políticas precedentes.

Aprofundando bem essa fórmula, vê-se que não passa de uma justificação solene das posições ocupadas por Kamenev em 1917. Teria a burguesia russa “resolvido” os problemas da revolução de-

mocrática com a Revolução de Fevereiro? Não, já que todos esses problemas e, entre eles, como predominante, o problema agrário, ficaram sem solução. Como não compreendeu Lenin que a velha fórmula era sempre “aplicável”? Por que a abandonou?

Radek já nos respondera: porque tinha sido “realizada”. Analisamos essa resposta e vimos sua inconsistência, sobretudo quando dada por Radek, que afirma que a essência da velha palavra de ordem de Lenin, nas formas do poder, não consiste senão a supressão real dos vestígios de servidão, mediante a colaboração do proletariado e dos camponeses, isto é, justamente o que não deu o regime de Kerensky. Por conseguinte, a incursão de Radek ao nosso passado de nada vale para a solução do problema chinês, que é o problema mais agudo da atualidade. É inteiramente inútil dissertar sobre o que Trotsky compreendia ou não em 1905; valeria mais a pena falar do que Stalin, Molotov e, sobretudo, Ricov e Kamenev compreenderam em fevereiro-março de 1917 (ignoro qual tenha sido a atitude de Radek naquele período). Se se considerar a ditadura democrática como tendo sido realizada, na época da dualidade de poderes, ao ponto de ter tornado tão urgente a mudança da principal palavra de ordem, será preciso reconhecer que, na China, a ditadura democrática funcionou de maneira muito mais completa e definitiva sob o regime do Kuomintang, isto é, sob o domínio de Chiang Kai-shek e de Wang Tin-wei, apoiados por Tan Pin-san.¹ Nesse caso, a mudança de palavra de ordem se impunha ainda mais na China.

Mas, já terá sido liquidada, na China, a herança das “formações sociais e políticas precedentes”? Não. E o teria sido, entre nós, em 4 de abril de 1917, quando Lenin declarou guerra a todo o grupo influente dos “velhos bolcheviques”? Radek contradiz-se lamentavelmente, perde-se e agita-se em todas as direções. Note-

¹ Chiang Kai-shek foi o chefe do Kuomintang de direita e Wang Tin-wei, o chefe do Kuomintang de esquerda. Tan Pin-san foi o ministro comunista que defendeu na China a política de Stalin-Bukharin. (N.T.)

mos que não é por acaso que ele emprega a complicada expressão “herança das formações”, evitando, ostensivamente, o emprego de uma fórmula mais concisa: as sobrevivências do feudalismo ou da servidão. E por que isso? Porque, ainda ontem, Radek negava essas sobrevivências, deixando sem base a palavra de ordem de ditadura democrática. Em seu relatório à Academia Comunista, diz Radek:

As fontes da revolução chinesa não são menos profundas do que as da nossa revolução de 1905. Pode-se afirmar, sem receio de erro, que a união da classe operária com os camponeses será ainda mais forte na China do que na Rússia de 1905, pela simples razão de que, na China, não temos duas classes a atacar, mas apenas uma: a burguesia.

Sim, por essa “simples razão”! Mas, se o proletariado e os camponeses só atacam uma classe, a burguesia (e não as sobrevivências do feudalismo), permita-me que lhe pergunte: como se chama, nesse caso, essa revolução? Tratar-se-á, sempre, de uma revolução democrática? Note-se que Radek disse tudo isso, não em 1905, não em 1909, mas em março de 1927. Como conciliar as duas coisas? É muito simples. Em março de 1927, Radek também se desviou do bom caminho, mas tomou outra direção. As teses essenciais da Oposição de Esquerda sobre o problema chinês corrigiram radicalmente o seu ponto de vista unilateral. Havia, porém, em suas palavras por mim citadas, uma parte de verdade: a classe dos grandes proprietários fundiários quase não existe na China, estando eles ligados aos capitalistas desse país de maneira muito mais estreita do que na Rússia tsarista; por conseguinte, o peso específico do problema agrário é, ali, muito menor do que na velha Rússia; em compensação, é enorme o lugar ocupado pela tarefa libertadora. Por isso mesmo, o campesinato chinês não pode ser mais capaz do que o russo para uma luta revolucionária e política independente pela renovação democrática do seu país. E a prova disso está, por exemplo, no fato de não ter aparecido na China, nem antes de 1925, nem durante os três anos de revolu-

ção, nenhum partido “populista” que marchasse sob a bandeira da revolução agrária. Tudo isso demonstra que a fórmula de ditadura democrática representa, para a China, depois da experiência de 1925-1927, uma armadilha ainda mais perigosa do que, para a Rússia, a Revolução de Fevereiro.

Radek faz, a um passado mais remoto, outra incursão que também se volve contra ele, de forma impiedosa. Trata-se, desta vez, da palavra de ordem de revolução permanente, formulada por Marx em 1850:

Não se encontra em Marx – diz Radek – a palavra de ordem de ditadura democrática, que foi o eixo político das opiniões de Lenin, de 1905 a 1917, e que se integrou em sua concepção da revolução em todos os países (!) de desenvolvimento capitalista nascente (?).

Baseando-se em algumas linhas de Lenin, Radek assim explica essa diferença de pontos de vista: a tarefa central da revolução alemã² era a unidade nacional, ao passo que, entre nós, era a revolução agrária. Se não se der um caráter mecânico a essa oposição, pode-se considerá-la até certo ponto justa. Mas e em relação à China? O peso específico do problema nacional, comparado com o do problema agrário, é infinitamente maior na China, como país colonial, do que na Alemanha de 1848-1850. E isso porque, na China, os problemas da unificação e da libertação se apresentam ao mesmo tempo. Marx formulou sua concepção das perspectivas da revolução permanente quando ainda existiam tronos na Alemanha, quando a classe dos *junkers*³ estava de posse da terra e a alta burguesia só era admitida na antessala do poder. A monarquia já não existe na China desde 1911; a classe dos grandes proprietários fundiários não existe, tampouco, como classe independente; o Kuomintang nacional e burguês exerce o poder num país em que as condições do regime de servidão se fundiram quimicamente,

² A revolução de 1848. (N.T.)

³ Grandes proprietários territoriais. (N.T.)

por assim dizer, com a exploração burguesa. O confronto que faz Radek das posições de Marx com as de Lenin volta-se, assim, inteiramente contra a palavra de ordem de ditadura democrática na China.

Além disso, Radek analisa a atitude de Marx de um modo acidental, episódico e superficial, limitando-se ao manifesto de 1850, no qual Marx ainda considera o campesinato como aliado natural da democracia pequeno-burguesa das cidades. Marx contava, naquela época, com uma etapa independente da revolução democrática na Alemanha, isto é, com o advento temporário de um governo dos pequeno-burgueses radicais das cidades apoiados pelo campesinato. Era esse o ponto essencial! Mas foi justamente o que não aconteceu e não por acaso. Já em meados do século passado, a democracia pequeno-burguesa era incapaz de realizar sua revolução independente. Marx registrou essa lição. Em 16 de agosto de 1856, seis anos depois do referido manifesto, escreveu ele a Engels:

Tudo depende, na Alemanha, da possibilidade de sustentar a revolução proletária por uma espécie de segunda edição da guerra camponesa. Então, as coisas irão bem.

Essas notáveis palavras, inteiramente esquecidas por Radek, têm um alto valor para a compreensão da Revolução de Outubro e, de modo geral, de todo o problema que nos ocupa a atenção. Teria Marx saltado por cima da revolução agrária? Não, como vimos. Considerava necessária a, colaboração do proletariado e dos camponeses na revolução? Sim, era essa a sua opinião. Admitia a possibilidade do papel dirigente ou mesmo independente do campesinato na revolução? Não, não a admitia. Marx achava que os camponeses, não tendo conseguido sustentar a democracia burguesa numa revolução burguesa independente (e isso por culpa da democracia burguesa e não dos camponeses), poderiam apoiar o proletariado numa revolução proletária e, “então, as coisas irão bem”. Parece que Radek não quer perceber que foi precisamente isso o que sucedeu em outubro, e de forma bem eloquente.

As conclusões de tudo isso, no que diz respeito à China, são perfeitamente claras. A discussão gira em torno, não do papel dirigente do campesinato como aliado e da enorme importância da revolução agrária, mas da questão de saber se é possível, na China, uma revolução independente agrário-democrática, ou se “uma nova edição da guerra camponesa” sustentará a ditadura proletária. Eis como se apresenta o problema. Querer apresentá-lo de outra forma significa não ter compreendido nem aprendido coisa alguma, para só saber desviar e confundir o Partido Comunista Chinês.

Para os proletários dos países do Oriente poderem abrir caminho para a vitória, é preciso, antes de mais nada, pôr de lado, rejeitar, pulverizar, varrer a teoria reacionária e pedante dos “estágios” e das “etapas” de Stalin e Martinov.⁴ O bolchevismo cresceu na luta contra esse evolucionismo vulgar. É preciso seguir não itinerários estabelecidos *a priori*, mas o curso real da luta de classe. É preciso repelir a ideia de Stalin e de Kuussinen, ao quererem criar um turno para os países, segundo os diversos graus do seu desenvolvimento, distribuindo-lhes, de antemão, rações revolucionárias. É preciso seguir o curso real da luta de classe! Para isso, Lenin é um guia incomparável, mas é mister considerá-lo em seu todo.

Em 1919, ao sintetizar as conclusões do período decorrido, exprimindo-as em fórmulas teóricas cada vez mais lapidares e tendo em vista, sobretudo, a organização da Internacional Comunista, assim interpretou Lenin a experiência do regime de Kerensky e de outubro: numa sociedade burguesa com contradições de classes já desenvolvidas, só pode existir a ditadura da burguesia, aberta ou mascarada, ou a ditadura do proletariado. Nenhum regime intermediário é possível. Toda democracia, toda “ditadura democrática”

⁴ Martinov, A. S. (1865-1935) – Líder social-democrata russo, partidário do “economicismo”, torna-se dirigente e teórico dos mencheviques durante a Revolução de 1905. Um dos mais intransigentes adversários do *Iskra*, de Lenin. Membro do grupo menchevique; internacionalista de Martov durante a I Guerra Mundial e a Revolução de Outubro. Passa-se para os bolcheviques e torna-se participante e teórico da fração Stalin-Bukharin, que controla a Internacional Comunista de 1925 a 1929. (N.T.)

(aspas irônicas de Lenin) não passará de dominação mascarada da burguesia. Foi o que demonstrou a experiência do país europeu mais atrasado, a Rússia, durante a sua revolução burguesa, isto é, na época mais favorável para a “ditadura democrática”. Essa conclusão constitui a base das teses de Lenin sobre a democracia, que foram o resultado da experiência combinada da Revolução de Fevereiro e da Revolução de Outubro.

Radek, como muitos outros, separa mecanicamente o problema da democracia do problema da ditadura democrática. A “ditadura democrática” não pode passar, todavia, de um disfarce da dominação burguesa durante a revolução. É o que tão bem nos ensinam a nossa experiência da dualidade de poderes (1917) e a experiência do Kuomintang chinês.

Os epígonos são desesperantes: mesmo agora, continuam a opor a ditadura democrática tanto à ditadura da burguesia quanto à do proletariado. Isso, porém, significa que a ditadura democrática deve ter um conteúdo intermediário, isto é, pequeno-burguês. A participação do proletariado não modifica a questão, pois não existe média aritmética das diferentes linhas de classe. Se não se trata da ditadura da burguesia nem da ditadura do proletariado, isso significa que a pequena burguesia deve desempenhar o papel determinante e decisivo. Mas isso nos leva a fazer a mesma pergunta já respondida por três revoluções russas e duas revoluções chinesas: hoje, nas condições de dominação mundial do imperialismo, é a pequena burguesia capaz de desempenhar um papel revolucionário dirigente nos países capitalistas, mesmo quando esses países sejam atrasados e não tenham resolvido ainda suas tarefas democráticas?

Conhecemos bem as épocas em que as camadas inferiores da pequena burguesia instauram sua ditadura revolucionária. Mas, então, o proletariado ou o semiproletariado ainda não se havia destacado da pequena burguesia, mas era, ao contrário, a sua falange militante em estado embrionário. Hoje, a situação é muito diferente. É claro que a pequena burguesia é incapaz de dirigir a

vida da sociedade burguesa moderna, mesmo atrasada, porque o proletariado, já estando separado da pequena burguesia, se insurge contra a grande, e esta, nos quadros do desenvolvimento capitalista, reduz a pequena burguesia à impotência e coloca o campesinato diante da necessidade de escolher entre a pequena burguesia e o proletariado. Toda vez que o campesinato, seduzido pelas aparências, escolhe o partido da pequena burguesia, a realidade mostra que esse apoio serve, no fundo, ao capital financeiro. Se, durante a primeira revolução russa ou no intervalo existente entre as duas revoluções, ainda se podia discutir o grau de independência (apenas o grau!) do campesinato e da pequena burguesia na revolução democrática, essa questão está, agora, definitivamente resolvida, de maneira irrevogável, pelo curso dos acontecimentos dos 12 últimos anos.

Depois de outubro, foi ela de novo colocada, praticamente, em muitos países, sob diferentes aspectos e combinações, mas sempre se resolveu da mesma maneira. Depois da experiência do regime de Kerensky, a mais importante foi, como já dissemos, a do Kuomintang. Não menos significativa é a do fascismo na Itália, onde a pequena burguesia, de armas na mão, arrancou o poder aos velhos partidos burgueses para entregá-lo à oligarquia financeira. Encontramos o mesmo problema na Polônia, onde o golpe de Estado de Pilsudsky, dirigido contra o governo reacionário dos burgueses e grandes proprietários fundiários, exprimiu as esperanças das massas pequeno-burguesas e até de largas camadas do proletariado. Não foi à toa que o velho social-democrata polaco Varsky, receando “subestimar” o campesinato, identificou o golpe de Estado de Pilsudsky com a “ditadura democrática dos operários e dos camponeses”. Não podemos fazer, aqui, uma análise pormenorizada da experiência búlgara e da política vergonhosamente confusa dos Kolarov e dos Kabaktchiev em relação ao partido camponês de Stambulyski, ou do infame conluio com o partido camponês-operário nos Estados Unidos, ou do namoro de Zinoviev com Raditch, ou da experiência

do Partido Comunista Romeno etc. etc. Alguns desses fatos foram analisados, em seus traços essenciais, na minha *Crítica do programa da Internacional Comunista*. As lições de outubro estão inteiramente confirmadas por esta conclusão fundamental: a pequena burguesia, e com ela o campesinato, não é capaz de dirigir a sociedade burguesa moderna (mesmo atrasada), nem em época de revolução, nem em época de reação. O campesinato só pode sustentar a ditadura da burguesia ou a ditadura do proletariado. As formas intermediárias só servem para mascarar, para disfarçar a ditadura da burguesia já abalada ou ainda convalescente de algum embate (o regime de Kerensky ou de Pilsudsky, o fascismo).

O campesinato só pode seguir a burguesia ou o proletariado. Se o proletariado quiser, a todo preço, marchar com o campesinato que não o segue ainda, marchará, na realidade, a reboque do capital financeiro: assim fizeram os operários que eram, em 1917, pela defesa nacional, na Rússia; os operários do Kuomintang, inclusive os comunistas, na China; os operários do PPS, em 1926, na Polônia etc. Quem não compreendeu isso profundamente nada aprendeu dos acontecimentos e faria melhor em não se meter em política revolucionária.

A conclusão fundamental tirada por Lenin das lições de fevereiro e de outubro repudia definitivamente, sob o seu aspecto mais acabado e mais geral, a ideia de “ditadura democrática”. A esse respeito, ele escreveu e repetiu várias vezes, a partir de 1918:

Toda a economia política, toda a história da revolução, toda a história do desenvolvimento político no século 19 nos ensinam que o camponês só tem feito seguir o burguês ou o operário. Se ignorais a razão desse fato – é um conselho que dou aos que não o compreendem – examinai o desenvolvimento de uma das grandes revoluções do século 18 ou do século 19, ou a história política de alguns países no século 19, e tereis a resposta. A economia da sociedade capitalista é tal que só pode ser força dominante o capital ou o proletariado que o derroca. Não há outras forças na economia dessa sociedade (Lenin, *Obras completas*, vol. XVI, p. 217).

Não se trata, aqui, da Inglaterra ou da Alemanha contemporâneas. Baseando-se nas lições de qualquer das grandes revoluções do século 18 ou do século 19, isto é, das revoluções burguesas nos países atrasados, Lenin chega à conclusão de que só é possível ou a ditadura da burguesia, ou a ditadura do proletariado. Nenhuma ditadura intermediária ou “democrática” é possível.

* * *

Como vimos, Radek resume sua excursão teórica e histórica num aforismo banal: é preciso distinguir a revolução burguesa da revolução socialista. Depois de chegar a essa “etapa”, Radek aponta o dedo diretamente a Kuussinen, e este, partindo do seu único recurso, isto é, do “bom senso”, acha incrível que se possa proclamar a palavra de ordem de ditadura do proletariado, tanto nos países avançados quanto nos atrasados. Com a franqueza de um homem que não percebe nada, Kuussinen acusa Trotsky de “não ter aprendido nada desde 1905”. Eco de Kuussinen, Radek exerce sua ironia contra Trotsky, o qual, como pretende Radek, acha que

... a originalidade das revoluções chinesa e indiana consiste precisamente em não se distinguirem das revoluções ocidentais e em dever chegar, por conseguinte, desde os seus primeiros passos (?!), à ditadura do proletariado.

Radek esquece uma bagatela: a ditadura do proletariado realizou-se justamente num país atrasado da Europa oriental, e não nos países da Europa ocidental. E Trotsky tem culpa de que o desenvolvimento histórico tenha prescindido da “originalidade” da Rússia? Radek esquece, além disso, que a burguesia ou, melhor, o capital financeiro domina em todos os países capitalistas, apesar dos diferentes graus do seu desenvolvimento, apesar de suas tradições, de sua estrutura social etc., isto é, apesar de toda a sua “originalidade”. Trotsky também não tem culpa e, sim, o desenvolvimento histórico, de que essa originalidade não seja suficientemente respeitada.

Que diferença há, então, entre os países avançados e os países atrasados? Há uma diferença muito grande, mas sempre subordinada às relações da dominação capitalista. As formas e os métodos da dominação da burguesia são extremamente diversos nos diferentes países. Num dos polos, temos a dominação direta e absoluta dos Estados Unidos; noutra polo, o capital financeiro, adaptando-se às instituições caducas da Idade Média asiática, submete-as, utiliza-as e lhes impõe seus métodos – a Índia. Mas, tanto num polo quanto no outro, domina a burguesia. Isso nos leva a supor que a ditadura do proletariado também terá, nos diferentes países, um caráter extremamente variado quanto à sua base social, às suas formas políticas, às suas tarefas imediatas e ao seu ritmo. Seja como for, só a hegemonia revolucionária do proletariado, transformando-se em ditadura do proletariado depois da conquista do poder, poderá dar às massas populares a vitória sobre o bloco dos imperialistas, dos feudais e dos burgueses nacionais.

Presume Radek que é a “originalidade” dos diferentes países o que tem em vista, em oposição a mim, quando se limita a dividir o gênero humano em duas categorias: a dos países “maduros” para a ditadura socialista e a dos que só estão “maduros” para a ditadura democrática. Serve-se ele, na realidade, de um lugar-comum cujo único resultado é impedir que os comunistas façam um estudo sério da originalidade de cada país. No entanto, um bom sistema de reivindicações e de ações, assim como um bem definido programa de luta pela influência sobre as massas operárias e camponesas, só podem basear-se no estudo pormenorizado da originalidade de cada país, isto é, do entrelaçamento real das diferentes etapas do desenvolvimento histórico. Um país que não fez ou não terminou sua revolução democrática apresenta particularidades extremamente importantes, que devem constituir a base do programa da vanguarda proletária. É só com um programa nacional assim compreendido que cada partido comunista pode empenhar-se, com bom êxito, numa luta efetiva contra a burguesia e seus agen-

tes democráticos, conquistando a maioria da classe operária e dos trabalhadores em geral.

As probabilidades de vitória nessa luta dependem, naturalmente e sobretudo, do papel do proletariado na economia do país e, por conseguinte, do grau de desenvolvimento capitalista. Não é esse, porém, o único critério. Não é menos importante saber se existe nesse país um problema “popular”, de grande envergadura e de empolgante atualidade, que interesse à maioria da nação e cuja solução só possa ser dada por medidas revolucionárias extremamente audazes. É o caso do problema agrário e o do problema nacional, em suas diferentes combinações. Dada a acuidade do problema agrário e dado o caráter odioso da opressão nacional, o proletariado dos países coloniais, a despeito de sua juventude e do seu desenvolvimento relativamente fraco, pode chegar ao poder, colocando-se no terreno da revolução nacional-democrática, mais cedo do que o proletariado de um país avançado que se coloque num terreno puramente socialista. Tinha-se a impressão de que, depois de outubro, já não era necessário demonstrar isso. Mas, durante os anos de reação e de deboche teórico dos epígonos, as noções mais elementares têm sido tão deturpadas que se é obrigado a recomençar sempre pelo alfabeto.

Significará o que se disse acima que todos os países do mundo estejam, atualmente, mais ou menos maduros para a revolução socialista? Não; é essa uma maneira falsa, mecânica e escolástica, stalinista-bukhariniana de colocar a questão. Indiscutivelmente, em seu conjunto, a economia mundial está madura para o socialismo. Isso, porém, não significa, de modo algum, que todo país, considerado isoladamente, esteja na mesma situação. Como instituir, então, a ditadura do proletariado em vários países atrasados, como a China, a Índia etc.? Respondemos: a história não se faz por encomenda. Um país pode estar “maduro” para a ditadura do proletariado e, contudo, não o estar ainda para a construção independente do socialismo, ou mesmo para grandes medidas de

socialização. É preciso não tomar, nunca, como ponto de partida, a harmonia preestabelecida da evolução social. Apesar do afetuoso abraço teórico de Stalin, a lei do desenvolvimento desigual ainda existe, manifestando sua força tanto nas relações entre países quanto na correlação das diferentes séries de fenômenos dentro de um mesmo país. A conciliação do desenvolvimento desigual da economia e da política só pode ser obtida na escala mundial. Isso significa, em particular, que o problema da ditadura do proletariado na China não pode ser considerado exclusivamente nos limites da economia e da política chinesas. E estamos, aqui, diante de dois pontos de vista que se excluem reciprocamente: o da teoria internacionalista e revolucionária da revolução permanente e o da teoria nacional-reformista do socialismo num só país. Não só a China atrasada, mas nenhum país do mundo poderá construir o socialismo dentro dos seus quadros nacionais: a isso se opõem não só as forças produtivas que, altamente desenvolvidas, ultrapassam os limites nacionais, como também as forças produtivas que, insuficientemente desenvolvidas, impedem a nacionalização. Na Inglaterra, por exemplo, a ditadura do proletariado encontrará obstáculos e dificuldades diferentes, mas talvez tão grandes como as que irá encontrar a ditadura do proletariado na China. Em ambos os casos, as contradições só poderão ser suprimidas por meio da revolução internacional. Essa maneira de colocar a questão exclui a própria possibilidade de se perguntar se a China está ou não “madura” para a transformação socialista. É, todavia, indiscutível que a situação de atraso da China dificultará ao extremo as tarefas da ditadura proletária. Mas repitamo-lo: a história não trabalha por encomenda e ao proletariado chinês não é dado escolher.

Significará isso que todo país, mesmo um país colonial atrasado, esteja maduro se não para o socialismo, ao menos para a ditadura do proletariado? Não, não significa. Mas, então, como fazer a revolução democrática em geral e nas colônias em particular? Respondo com outra pergunta: e quem disse que todo país

colonial está maduro para a realização integral e imediata de suas tarefas nacionais-democráticas? É preciso inverter o problema. Nas condições da época imperialista, a revolução nacional-democrática só pode ser vitoriosa quando as relações sociais e políticas do país estejam maduras para levar o proletariado ao poder, como chefe das massas populares. E quando as coisas ainda não tiverem chegado a esse ponto? Nesse caso, a luta pela libertação nacional só dará resultados incompletos e nefastos para as massas trabalhadoras. Em 1905, o proletariado da Rússia não tinha força bastante para arrastar as massas camponesas e conquistar o poder. Foi por isso que a revolução ficou no meio do caminho, para malograr em seguida. Na China, onde o proletariado, apesar da situação excepcionalmente favorável, foi impedido, pela direção da Internacional Comunista, de lutar pelo poder, as tarefas nacionais se realizaram de maneira miserável, instável e ruim, sob o regime do Kuomintang.

Não se pode prever quando e em que condições um país estará maduro para a solução verdadeiramente revolucionária das questões agrária e nacional. Em todo caso, podemos afirmar, desde já, com toda a certeza, que tanto a China quanto a Índia só poderão chegar a uma verdadeira democracia popular, isto é, operária e camponesa, por meio da ditadura do proletariado. Numerosas etapas diferentes podem esperá-los nesse caminho. Sob a pressão das massas populares, a burguesia ainda dará passos à esquerda, para depois ferir o povo da maneira mais impiedosa. Períodos de “dualidade de poderes” são possíveis e prováveis. Uma hipótese, porém, está completamente excluída: a de que possa haver verdadeira ditadura democrática que não seja a ditadura do proletariado. Uma ditadura democrática independente só pode ter o caráter do Kuomintang, o que significa que será inteiramente dirigida contra os operários e os camponeses. É preciso compreender e ensinar isso às massas, sem ocultar a realidade das classes com uma fórmula abstrata.

Stalin e Bukharin ensinaram que, graças à opressão imperialista, a revolução nacional na China podia ser realizada pela burguesia. Fez-se a experiência. Qual foi o resultado? O proletariado foi estrangulado. Diz-se, em seguida: é a vez da ditadura democrática. Mas a ditadura pequeno-burguesa não passou de um disfarce da ditadura do capital. E foi por acaso? De modo algum: “O camponês só segue o operário ou o burguês”. No primeiro caso, chega-se à ditadura do proletariado; no segundo, à ditadura da burguesia. Parece que a lição chinesa é bastante significativa. Os epígonos, porém, não desanimam: “Foi apenas uma experiência malsucedida – respondem-nos – e nós vamos fazê-la de novo, recomeçá-la, para criarmos, desta vez, uma “verdadeira ditadura democrática”. Por que meios? – Pela colaboração do proletariado e dos camponeses – segundo a última descoberta de Radek. Mas permita: o Kuomintang desenvolveu-se nessa base, os operários e os camponeses já “colaboraram” e a burguesia saiu-se com a melhor. Qual será a mecânica política dessa colaboração? O que ficará no lugar do Kuomintang? Que partidos ficarão no poder? É preciso nomeá-los, descrevê-los mais ou menos! Tudo isso, Radek replica (em 1928!) que só mentalidades caducas, incapazes de conceber toda a complexidade do marxismo, podem interessar-se por uma questão técnica de importância secundária, perguntando que classe fará o papel de cavalo e qual o de cavaleiro. Um verdadeiro bolchevique, pretende Radek, deve “abstrair-se” da “superestrutura” política, para só pensar nas bases de classe. – Ah! Não! Deixemos de brincadeira! Estamos cansados de “abstrações”. Na China, fez-se abstração por meio da colaboração de classes, expressa sob a forma de partido, com o proletariado no Kuomintang; ficou-se a namorar o Kuomintang, até perder a cabeça; fez-se furiosa oposição à saída do Kuomintang; desprezaram-se questões políticas atuais, pela repetição de uma fórmula abstrata; e, por fim, quando a burguesia quebrou, bastante concretamente, a cabeça do proletariado, ainda se propôs: “Vamos experimentar mais uma

vez e, para começar, façamos abstração da questão dos partidos e do poder revolucionário”. Não, essa brincadeira não serve! Não queremos voltar atrás!

Todo esse equilibrismo é feito, como nos dizem, no interesse da união dos operários e dos camponeses. Radek previne a Oposição de Esquerda contra a subestimação do campesinato e recorda-lhe a luta de Lenin contra os mencheviques. Ao se ver o que se faz com as citações de Lenin, experimenta-se, às vezes, um amargo sentimento de revolta contra esse insulto lançado à dignidade do pensamento humano. Sim, Lenin disse, por mais de uma vez, que a negação do papel revolucionário dos camponeses constituía um traço típico dos mencheviques. E tinha razão. Mas, além dessas citações, veio o ano de 1917, e, durante os oito meses que separaram a Revolução de Fevereiro da Revolução de Outubro, os mencheviques formaram um bloco indissolúvel com os socialistas revolucionários. E, nesse momento, os socialistas revolucionários representaram a enorme maioria dos camponeses despertados pela revolução. Os mencheviques e os socialistas revolucionários consideraram-se, então, como sendo a democracia revolucionária e nos fizeram observar que eram precisamente eles os que se apoiavam na união dos operários e dos camponeses (soldados). Assim, depois da Revolução de Fevereiro, os mencheviques se apoderaram da fórmula bolchevique de aliança dos operários com os camponeses. Chegaram a acusar os bolcheviques de quererem afastar a vanguarda proletária do campesinato, para com isso arruinarem a revolução. Por outras palavras, os mencheviques acusaram Lenin de ignorar ou, pelo menos, de subestimar o campesinato. A crítica que Kamenev, Zinoviev e outros dirigiram contra Lenin não foi senão um eco da crítica menchevique. E a crítica atual de Radek também não passa de um eco tardio da crítica de Kamenev.

A política dos epígonos na China, a de Radek inclusive, é a continuação e o desenvolvimento da farsa menchevique de 1917. Alegando a necessidade da união dos operários e dos camponeses, tanto

Radek quanto Stalin justificaram a presença do Partido Comunista no Kuomintang. Quando se chegou, “casualmente”, a descobrir que o Kuomintang era um partido burguês, recomeçou-se a experiência com o Kuomintang de esquerda. E os resultados foram os mesmos. Foi então que, por cima dessa triste realidade que desfez tão grandes esperanças, se elevou a abstração da ditadura democrática, oposta à ditadura do proletariado. Nova repetição do passado. Em 1917, ouvimos, centenas de vezes, de Tseretelli, Dan e outros: “Quando já temos a ditadura da democracia revolucionária, e vós quereis a ditadura do proletariado, isto é, a ruína”. Realmente, os homens têm pouca memória. A “ditadura democrático-revolucionária” de Stalin-Radek em nada se distingue da “ditadura da democracia revolucionária” de Tseretelli-Dan. No entanto, essa fórmula é repetida em todas as resoluções da Internacional Comunista, fazendo parte do seu programa. É difícil imaginar, da parte do menchevismo, disfarce mais hábil e, ao mesmo tempo, vingança mais cruel de todas as ofensas que lhe fez o bolchevismo em 1917.

Mas os revolucionários do Oriente podem exigir que se lhes dê, sobre o caráter da “ditadura democrática”, uma resposta concreta baseada nos fatos e na experiência política, e não em velhas citações. À pergunta: “o que é a ditadura democrática?”, Stalin deu, por várias vezes, uma resposta verdadeiramente clássica: para o Oriente, é mais ou menos a mesma coisa que “Lenin imaginava em relação à Revolução de 1905”. Até certo ponto, essa fórmula se tornou oficial. É encontrada nos livros e nas resoluções consagradas à China, à Índia, à Polinésia. Lembram-se aos revolucionários as “imagens” de Lenin sobre acontecimentos futuros que já se passaram há muito tempo, e interpretam-se essas previsões hipotéticas a torto e a direito, mas nunca da forma por que o próprio Lenin as interpretou depois dos acontecimentos.

– Bem – diz o comunista do Oriente, baixando a cabeça –, procuraremos imaginar as coisas exatamente como Lenin, a vosso ver, as imaginava antes da revolução. Mas dizei-nos, por favor:

sob que aspecto essa palavra de ordem se apresentou na realidade? Como se realizou no vosso país?

– Em nosso país, realizou-se sob a forma do regime de Kerensky, na época da dualidade de poderes.

– Podemos, então, dizer aos nossos operários que, entre nós, a palavra de ordem de ditadura democrática se apresentou sob a forma do regime de Kerensky?

– Que estais dizendo? Absolutamente! Nenhum operário obedecerá a essa palavra de ordem. O regime de Kerensky é o aviltamento diante da burguesia e a traição aos trabalhadores.

– Então, que devemos dizer? – pergunta, com tristeza, o comunista do Oriente.

– Deveis dizer – responde, com impaciência, algum Kuussinen de plantão – que a ditadura democrática é exatamente o que Lenin imaginava em relação à futura república democrática.

Se o comunista do Oriente tiver presença de espírito, procurará acrescentar:

– Mas Lenin explicou, em 1918, que a ditadura democrática só teve verdadeira realização na Revolução de Outubro, que estabeleceu a ditadura do proletariado. Não será preferível orientarmos o partido e a classe operária nesse sentido?

– De modo algum! Nem por sonho! Isso é a r-r-revolução per-r-r-mante! Isso é tr-r-rotskismo!

Depois dessa admoestação, o comunista do Oriente torna-se mais branco do que a neve dos mais altos cimos do Himalaia e renuncia a qualquer espírito de investigação. Dê no que der!

E o resultado? Já o sabemos: o aviltamento infame diante de Chiang Kai-shek ou as aventuras heroicas.

VIII – DO MARXISMO AO PACIFISMO

Há uma passagem do artigo de Radek que nos parece bastante inquietadora, pois que, embora fora do tema central que nos interessa, com ele se relaciona, demonstrando a unidade de pensamento de Radek, ao se orientar para os teóricos atuais do centrismo. Trata-se das concessões, ligeiramente veladas, que faz Radek à teoria do socialismo num só país. É necessário examinar esse lado acessório do seu erro, que pode, em seu desenvolvimento, absorver todas as outras divergências e demonstrar que a quantidade destas se transformou definitivamente em qualidade.

Trata-se dos perigos externos que ameaçam a revolução. Escreve Radek que “Lenin percebia perfeitamente que, *em virtude do nível do desenvolvimento econômico da Rússia em 1905*, a ditadura proletária só se manteria se o proletariado ocidental viesse em seu auxílio” (Grifado por mim. – L. T.).

Tudo isso não passa de um acervo de erros e, antes de mais nada, de uma grosseira violação da perspectiva histórica. Na realidade, Lenin disse, por várias vezes, que a ditadura democrática (e não a ditadura proletária) não poderia manter-se na Rússia sem a revolução socialista na Europa. Esse pensamento é encontrado em todos os artigos e discursos de Lenin da época do Congresso de Estocolmo, em 1906 (a polêmica com Plekhanov, o problema da nacionalização, os perigos da restauração etc.). Durante esse período, Lenin nunca levantou a questão da ditadura proletária na Rússia antes da revolução socialista na Europa ocidental. Mas, agora, não é o essencial.

Que quer dizer: “em virtude do nível do desenvolvimento econômico da Rússia em 1905”? E onde estamos no que concerne ao nível de 1917? A teoria do socialismo num só país baseia-se nessa diferença de níveis. O programa da Internacional Comunista dividiu o mundo inteiro em tijolos “suficiente” ou “insuficiente” para a construção independente do socialismo, criando, assim, uma série de desesperantes becos sem saída para a estratégia revolucionária.

A diferença dos níveis econômicos pode ter, naturalmente, uma influência decisiva na força política da classe operária. Em 1905, não nos elevamos até a ditadura do proletariado, nem mesmo até a ditadura democrática. Em 1917, instauramos a ditadura do proletariado, que sepultou a ditadura democrática. Mas, quer com o nível econômico de 1917, quer com o de 1905, a ditadura só pode manter-se e chegar ao socialismo quando o proletariado ocidental vem em seu auxílio no momento preciso. É evidente que não se pode definir *a priori* esse “momento preciso”, pois isso depende do curso do desenvolvimento da luta. No que diz respeito a essa questão fundamental, determinada pela correlação das forças mundiais e decisiva, em última instância, para tudo, a diferença entre o nível de 1905 e o de 1917, na Rússia, por maior que seja sua importância, não passa de um fator secundário.

Radek, porém, não se limita a essa referência ambígua sobre a diferença dos níveis. Depois de observar que Lenin compreendera a ligação existente entre os problemas internos da revolução e os problemas mundiais (ainda bem!), acrescenta Radek:

Lenin não acentuava a ideia dessa conexão entre a estabilidade da ditadura socialista na Rússia e o auxílio do proletariado da Europa ocidental por meio da exagerada fórmula de Trotsky, segundo a qual esse auxílio *deveria ser um auxílio de Estado*, isto é, de um proletariado já triunfante (Grifado por mim. – L. T.).

Devo confessar que duvidei dos meus próprios olhos ao ler essas linhas. Com efeito, por que recorreu Radek a uma arma tão ordinária, tomada de empréstimo ao arsenal dos epígonos? Isso não passa de uma repetição tímida das banalidades de Stalin, que tantas vezes ridicularizamos. Essa citação prova, entre outras coisas, que Radek faz uma ideia muito inferior das etapas do caminho percorrido por Lenin. Ao contrário de Stalin, Lenin nunca opôs a pressão do proletariado europeu sobre os governos burgueses à conquista do poder pelo proletariado, mas colocou sempre a questão do auxílio revolucionário externo de maneira muito mais acentuada do que eu. Na época da primeira revolução, ele não se cansava de repetir que não poderíamos manter a democracia (nem a democracia!) sem a revolução socialista na Europa. Em 1917-1918 e nos anos seguintes, Lenin sempre estimou e encarou o destino de nossa revolução em ligação com a revolução socialista já iniciada na Europa. Dizia categoricamente, por exemplo, que “sem a vitória da revolução na Alemanha, é inevitável a nossa queda”. E o afirmou em 1918, e não na época do “nível econômico” de 1905, não se referindo aos decênios futuros e, sim, a um prazo mais próximo, de alguns anos, se não de alguns meses.

Dezenas de vezes, Lenin explicou que só pudemos permanecer de pé “por força das condições especiais que nos defenderam, por um instante (por um instante! – L. T.), contra o imperialismo mundial”. E mais adiante:

O imperialismo mundial... não poderia, de modo algum e em nenhuma circunstância, viver ao lado da República Soviética... O conflito seria inevitável.

E a conclusão? Será a esperança pacifista na “pressão” do proletariado e na “neutralização” da burguesia? Não; a conclusão é esta:

A maior dificuldade para a revolução russa reside... na necessidade de provocar a revolução mundial (*Obras completas*, vol. XV, p. 126).

Quando foi isso dito e escrito? Não em 1905, quando Nicolau II e Guilherme II se entenderam para aniquilar a revolução e quando apresentei minha “exagerada fórmula”, mas em 1918-1919 e nos anos seguintes.

Eis o que disse Lenin, ao fazer um retrospecto, no III Congresso da Internacional Comunista:

Compreendíamos perfeitamente que a vitória da revolução era impossível (em nosso país – L. T.) sem o apoio da revolução internacional e mundial. Tanto antes quanto depois da revolução, pensávamos: ou a revolução irrompe, se não imediatamente, pelo menos muito breve, nos outros países mais desenvolvidos do ponto de vista capitalista, ou então estaremos condenados a perecer. Apesar dessa convicção, tudo fazíamos para conservar, a todo custo e em qualquer circunstância, o sistema soviético; com isso, estávamos certos de trabalhar não só para nós, mas também para a revolução mundial. Estávamos certos disso e nunca deixamos de exprimir essa convicção, tanto antes quanto imediatamente depois da Revolução de Outubro e durante a conclusão da paz de Brest-Litovsk. Em geral, estava certo. Na realidade, porém, o movimento não marchava tão correto como o supúnhamos (*Atas do III Congresso da Internacional Comunista*, p. 354 da edição russa).

A partir de 1921, o movimento não marchou tão direito como prevíamos com Lenin em 1917-1919 (e não apenas em 1905): seguiu o caminho das contradições irreconciliáveis entre o Estado operário e o mundo burguês. Um dos dois deve perecer. Só o desenvolvimento vitorioso da revolução proletária no Ocidente poderá pôr o Estado operário ao abrigo dos perigos militares e

econômicos. Procurar descobrir dois pontos de vista nessa questão, um meu e outro de Lenin, é o cúmulo da imundície teórica. Que ao menos releiam Lenin, não o caluniem, não nos deem de comer a sopa fria de Stalin!

Mas a decadência não fica aí. Depois de inventar que Lenin teria achado suficiente o simples apoio (no fundo, reformista, à Purcell) do proletariado mundial, ao passo que Trotsky exigia, de maneira “exagerada”, um auxílio de Estado, isto é, um auxílio revolucionário, continua Radek:

A experiência mostrou que, também nesse ponto, era Lenin quem tinha razão. O proletariado europeu ainda não pôde conquistar o poder, mas teve força bastante para impedir que a burguesia mundial lançasse contra nós efetivos consideráveis durante a intervenção. Ajudou-nos, assim, a defender o poder soviético. Ao lado das contradições do mundo capitalista, foi o medo do movimento operário a principal força que nos garantiu a paz durante oito anos depois de terminada a intervenção.

Se bem que não brilhe pela originalidade, mesmo em relação aos exercícios dos funcionários-escritores modernos, essa passagem é notável, todavia, pela combinação de anacronismos históricos, de confusão política e de grosseiros erros de princípio.

Das palavras de Radek, pode-se depreender que Lenin, na brochura *Dois táticas* (Radek não cita outra), já previsse, em 1905, que as relações de força entre os Estados e entre as classes fossem tais, depois de 1917, que excluiriam por muito tempo a possibilidade de uma grande intervenção militar contra nós. Ao contrário, em 1905, Trotsky não previa a situação que se devia criar depois da guerra imperialista e só levava em conta as realidades da época, como o poderoso exército dos Hohenzollerns, o forte exército dos Habsburgos, a formidável Bolsa francesa etc. Eis aí um anacronismo monstruoso, com a agravante de uma ridícula contradição interna. Segundo Radek, o meu erro principal consistia em formular a perspectiva da ditadura do proletariado “quando o nível era o de 1905”. Agora, descobre o meu segundo erro: não

ter ligado a perspectiva da ditadura do proletariado, que formulara nas vésperas da revolução de 1905, à situação internacional criada somente depois de 1917. Quando tais argumentos partem de Stalin, não estranhamos, pois que, além de ser esse o seu costume, sabemos muito bem qual é o seu “nível de desenvolvimento”, isto é, o mesmo tanto em 1917 quanto em 1928. Quanto a Radek, como pode ele entrar em semelhante companhia?

Mas o pior não é isso. O pior é que Radek transpôs o limite existente entre o marxismo e o oportunismo, entre a posição revolucionária e a posição pacifista. No fundo, trata-se nada menos que da luta contra a guerra, isto é, dos caminhos a seguir e dos meios a empregar para evitar ou suspender a guerra: pela pressão do proletariado sobre a burguesia ou pela guerra civil para derubar a burguesia? Sem o querer, Radek introduziu essa questão fundamental da política proletária na esfera de nossas discussões.

Pretenderia dizer Radek que eu “ignoro”, em geral, não só os camponeses, mas também a pressão do proletariado sobre a burguesia, para só tomar em consideração a revolução proletária? Duvido que ele tenha a coragem de sustentar semelhante asneira, apenas digna de um Thaelmann, de um Semard¹ ou de um Monmousseau.² No III Congresso da Internacional Comunista, Zinoviev, Thalheimer, Thaelmann, Bela Kun e outros, então ultraesquerdistas, defenderam a tática dos *putschs* no Ocidente, como via de salvação para a URSS. Com Lenin, expliquei-lhes, sob uma forma tão popular quanto possível, que o melhor auxílio que poderiam prestar-nos seria o reforço sistemático e regular de suas posições e a preparação da conquista do poder, e não a improvisação de aventuras revolucionárias. Nessa ocasião, infeliz-

¹ Semard, P. – Do sindicalismo revolucionário, passa-se para o PC francês. Preso pelos nazistas, na II Guerra Mundial, é fuzilado. (N.T.)

² Monmousseau, G. (1883-1960) – Sindicalista revolucionário francês. Destaca-se como um dos líderes da greve dos ferroviários, em 1920. Filia-se ao PC da França, em 1925. Secretário da CGTU, antes de 1935 e secretário da CGT. (N.T.)

mente, Radek não ficou com Lenin e Trotsky, mas com Zinoviev e Bukharin. Acho que Radek se lembra, ou, pelo menos, as atas do III Congresso podem fazê-lo lembrar-se, de que a argumentação de Lenin, como também a minha, era dirigida, no fundo, contra a “exagerada fórmula,” dos ultraesquerdistas. Ao mesmo tempo, porém, que lhes demonstrávamos que o reforço do partido e a pressão crescente do proletariado constituíam importantes fatores nas relações internas e internacionais, não deixávamos de acrescentar que a “pressão” era apenas uma função da luta revolucionária pelo poder, dependendo inteiramente desta última. Foi por isso que, ao encerrar-se o congresso, Lenin pronunciou, numa grande sessão privada das delegações, um discurso contra as tendências à passividade e à expectativa. Esse discurso pode ser resumido, mais ou menos, da seguinte maneira: não se metam em aventuras, mas, ao mesmo tempo, tratem de andar depressa, meus caros amigos, porque não é possível aguentar muito tempo só com a “pressão”.

Assinala Radek que o proletariado europeu, se não logrou tomar o poder, pelo menos impediu que a burguesia nos esmagasse. Foi o que também observamos várias vezes. O proletariado europeu só o conseguiu, porém, por força das duras consequências objetivas da guerra imperialista e dos antagonismos mundiais por ela agravados e acrescidos à “pressão”. Não é possível dizer a que elemento coube o papel decisivo: se à luta dos imperialistas, se ao descalabro econômico, se à pressão do proletariado. Nem mesmo se pode colocar a questão dessa forma. Mas que não bastou a pressão pacífica, temos disso a prova cabal na própria guerra imperialista, que estalou a despeito de todas as “pressões”. Notemos, finalmente, o fato mais importante: se a pressão do proletariado foi eficaz nos primeiros anos, isto é, nos anos mais críticos e mais difíceis da existência da República Soviética, isso se deve unicamente ao fato de que se tratava, para os operários da Europa, não de pressão, mas de uma luta pelo poder, luta que assumiu, muitas vezes, a forma de guerra civil.

Em 1905, não havia, na Europa, nem guerra nem descalabro econômico; o capitalismo e o militarismo estavam em pleno vigor. A “pressão” da social-democracia não teria podido, naquela época, impedir que Guilherme II ou Francisco José enviassem suas tropas à Polônia e, de modo geral, viessem em auxílio do tsar. Mesmo em 1918, a pressão do proletariado alemão não impediu que o Hohenzollern ocupasse as províncias bálticas e a Ucrânia, só não chegando até Moscou por falta de forças militares. Se não tivesse sido assim, por que teríamos assinado a paz de Brest-Litovsk? Com que facilidade se esquecem os acontecimentos de ontem! Sem se limitar à esperança na “pressão do proletariado”, Lenin não se cansava de dizer que, sem a revolução alemã, seria certa a nossa queda. E, no fundo, tinha razão, se bem que os prazos se tenham modificado. Não nos iludamos: apenas obtivemos uma moratória sem data fixa. Continuamos a viver, como antes, sob o regime da “espera”.

Uma situação em que o proletariado, embora ainda incapaz de tomar o poder, pode, contudo, impedir a burguesia de utilizá-lo para fazer a guerra, é um estado de equilíbrio instável de classe em sua mais alta expressão. Ora, o equilíbrio é instável porque não pode durar muito tempo, devendo pender para um lado ou para o outro. Ou o proletariado chega ao poder ou, então, a burguesia, por uma série de golpes sucessivos, enfraquece a pressão revolucionária ao ponto de recuperar sua liberdade de ação, sobretudo na questão da guerra e da paz.

Só um reformista pode imaginar que a pressão do proletariado sobre o Estado burguês seja um fator em progressão constante e uma garantia contra a intervenção. Foi essa concepção que deu origem à teoria do socialismo num só país e à da neutralização da burguesia mundial (Stalin). Assim como a coruja só aparece à hora do crepúsculo, de igual modo também a teoria de Stalin, sobre a neutralização da burguesia por meio da pressão do proletariado, só surge no momento em que as condições que a engendraram começaram a desaparecer.

Enquanto a experiência, erroneamente interpretada, do período pós-guerra, fazia nascer uma esperança factícia na possibilidade de se dispensar a revolução proletária na Europa substituindo-a pelo “apoio” geral, a situação do mundo sofreu mudanças radicais. As derrotas do proletariado abriram caminho à estabilização capitalista. O descalabro econômico do capitalismo do pós-guerra foi vencido. Novas gerações, que não conheceram os horrores da carnificina imperialista, surgiram. O resultado é que a burguesia pode, agora, dispor de sua máquina militar com muito maior facilidade do que há cinco ou oito anos. As massas operárias se orientam cada vez mais para a esquerda, e o desenvolvimento ulterior desse fenômeno fará, decerto, com que aumente de novo a sua pressão sobre o Estado burguês. Mas é uma arma de dois gumes. A ameaça crescente das massas operárias poderá levar a burguesia, numa etapa ulterior, a tomar medidas enérgicas que provem que é ela quem manda, e a tentar esmagar a República Soviética, como principal foco de contágio. A luta contra a guerra não se faz por meio da pressão exercida sobre o governo, mas unicamente por meio da luta revolucionária pelo poder. A ação “pacifista” da luta de classe do proletariado, do mesmo modo que a sua ação “reformista”, não representa mais do que um produto secundário da luta pelo poder, só tendo uma força relativa e podendo facilmente provocar o efeito contrário, isto é, levar a burguesia ao caminho da guerra. O medo que tem a burguesia do movimento operário, ao qual se refere Radek de modo tão unilateral, constitui a principal esperança dos socialpacifistas. Só o medo, porém, nada decide. É a revolução que decide. Por isso Lenin dizia que a garantia única contra a restauração monárquica em 1905 e contra a restauração capitalista em 1918 não residia na pressão do proletariado e, sim, na sua vitória revolucionária na Europa. É a única maneira justa de colocar a questão. A despeito da longa duração da “espera”, essa posição conserva, ainda hoje, toda a sua força. Quanto a mim, nunca coloquei o problema de outra forma. Em 1906, escrevi no *Balanco e perspectivas*:

É justamente o medo da insurreição do proletariado que obriga os partidos burgueses, enquanto votam monstruosos orçamentos militares, a manifestar-se solenemente em favor da paz e a sonhar com câmaras internacionais de arbitragem e até com a organização dos Estados Unidos da Europa. Tudo isso não passa de miserável declamação, que não poderá evitar, naturalmente, nem o antagonismo entre os Estados nem os conflitos armados (*Nossa Revolução, Balanço e perspectivas*, p. 283).

O erro fundamental do VI Congresso da Internacional Comunista foi pretender elaborar receitas técnicas e revolucionárias contra as ameaças de guerra, depois de ter separado a luta contra a guerra da luta pelo poder. E o fez para salvar as concepções pacifistas e nacional-reformistas de Stalin e Bukharin.

Os animadores do VI Congresso, esses pacifistas amendrontados, esses construtores angustiados do socialismo num só país, tentaram eternizar a “neutralização” da burguesia com o auxílio de métodos reforçados de “pressão”. Obrigados a compreender que sua direção precedente dera como resultado a derrota da revolução numa série de países e o recuo da vanguarda internacional do proletariado, trataram, mais que depressa, de pôr de lado a “exagerada fórmula” do marxismo, que liga indissolivelmente o problema da guerra ao da revolução. Fizeram da luta contra a guerra uma tarefa autônoma e especial. E, para que os partidos nacionais não faltem na hora decisiva, proclamaram o perigo de guerra permanente, iminente, imediato. Tudo o que se passa no mundo é somente por causa da guerra. A guerra deixou, agora, de ser uma arma do regime burguês, para o regime burguês tornar-se uma arma da guerra. A luta da Internacional Comunista contra a guerra acaba por se transformar num código de fórmulas rituais automaticamente repetidas a propósito de tudo, perdendo pouco a pouco a sua força efetiva.

O nacional-socialismo de Stalin tende a converter a Internacional Comunista numa arma auxiliar da “pressão” sobre a burguesia. É essa tendência, e não o marxismo, que serve a Radek de apoio

à sua crítica apressada, malcuidada e mal refletida. Depois de ter perdido a bússola, Radek foi parar numa corrente estranha, que pode arrastá-lo a litorais bem longínquos.

Alma-Ata, outubro de 1928.

EPÍLOGO

Como se sabe, o receio ou a previsão expressa no final do capítulo precedente realizou-se em alguns meses. A crítica da revolução permanente foi, para Radek, apenas um meio de romper com a Oposição. Esperamos que todo o nosso trabalho seja a prova de que a passagem de Radek para o campo stalinista não constituiu nenhuma surpresa para nós. Toda apostasia tem, porém, os seus graus de aviltamento. Em sua declaração de arrependimento, Radek reabilita toda a política de Stalin na China, o que significa que desceu até o fundo da traição. Só me resta citar, aqui, um trecho de minha resposta ao ato de penitência de Radek, Preobrajensky e Smilga, ato que é um verdadeiro certificado de cinismo político.

Como sucede a todos os falidos que ainda se respeitam, é natural que a trinca só tenha podido reabilitar-se por meio da revolução permanente. A trinca dos capituladores livra-se de tocar na mais trágica derrota do oportunismo

na história dos nossos dias, a revolução chinesa, com o juramento fácil de nada ter de comum com a teoria da revolução permanente.

Radek e Smilga defenderam obstinadamente, tanto antes quanto depois do golpe de Estado de Chiang Kai-shek, a submissão do Partido Comunista Chinês ao Kuomintang burguês. Preobrajensky, como sempre, resmungou qualquer coisa incompreensível. Coisa curiosa: todos os que defenderam, nas fileiras da Oposição, o aviltamento do Partido Comunista Chinês foram os que, em seguida, se tornaram capituladores. Nenhum dos opositoristas que permaneceram fiéis à sua bandeira se sujou com essa nódoa. Nódoa evidentemente vergonhosa. Três quartos de século depois da publicação do *Manifesto Comunista*, um quarto de século depois da fundação do Partido Bolchevique, ainda puderam esses infelizes marxistas defender a presença dos comunistas na jaula do Kuomintang! Em resposta às minhas acusações, exatamente como hoje em sua carta de penitência, Radek alegou o isolamento do proletariado em relação ao campesinato, como resultado da saída do Partido Comunista do Kuomintang burguês. Pouco antes, Radek chamava o governo de Cantão de camponês-operário, ajudando Stalin a esconder que o proletariado chinês se tornara escravo da burguesia. Mas com que disfarçar todos esses procedimentos vergonhosos e todas as consequências dessa cegueira, dessa estupidez, dessa traição ao marxismo? Ora, é natural que com a revolução permanente!

Radek, que, desde fevereiro de 1928, procurava pretextos para capitular, aderiu imediatamente à resolução do Plenum de fevereiro de 1928 do Comitê Executivo da Internacional Comunista sobre o problema chinês. Essa resolução declarava que os trotskistas eram liquidadores, porque davam às derrotas o nome de derrotas, recusando-se a considerar a contrarrevolução vitoriosa na China como o mais alto estágio da revolução chinesa. Essa mesma resolução declarava ainda que era preciso caminhar para a insurreição armada e para os soviets. Para quem quer que possua um pouco de intuição e algum senso político baseados na experiência revolucionária, essa resolução surgiu como um modelo de aventureirismo irresponsável e repugnante. Radek deu-lhe sua adesão. Preobrajensky, sem ter sido mais perspicaz do que Radek, abordou a questão sob outro

aspecto. A revolução chinesa já está esmagada – escreveu ele – e por muito tempo. Uma nova revolução não virá tão cedo. Nesse caso, valerá realmente a pena romper com os centristas? Preobrajensky enviou-me longas cartas sobre esse tema. Ao lê-las, em Alma-Ata, experimentei um sentimento de vergonha. Que aprendeu toda essa gente na escola de Lenin? – perguntei a mim mesmo, dezenas de vezes. As premissas de Preobrajensky eram diametralmente opostas às de Radek, mas os corolários os mesmos: ambos desejavam ardentemente que Yaroslavsky os acolhesse com um abraço fraternal, por intermédio de Menjinsky, em benefício da revolução, bem entendido. Não são carreiristas: são, muito simplesmente, homens impotentes, ideologicamente falidos.

Opus à resolução aventureirista do Plenum de fevereiro a necessidade de mobilizar os operários chineses em torno das palavras de ordem democráticas, inclusive a de Assembleia Constituinte. A trinca infeliz, porém, declarou-se ultraesquerdista, o que não custava nada nem a nada obrigava. Palavras de ordem democráticas? De maneira nenhuma! É o erro grosseiro de Trotsky. Nada menos do que os soviets chineses, sem um por cento de desconto.

Seria difícil imaginar coisa mais absurda do que essa pretensa posição. A palavra de ordem de soviets numa época de reação burguesa não passa de ficção, de escárnio aos soviets. Não repelimos as palavras de ordem democráticas nem mesmo na época da revolução, isto é, na época da organização direta dos soviets. Só o fizemos depois da tomada do poder, quando os verdadeiros soviets, aos olhos das massas, entraram em luta com as verdadeiras instituições da democracia. É o que, na linguagem de Lenin (e não na do pequeno-burguês Stalin e dos seus papagaios), significava: não saltar por cima da etapa democrática no desenvolvimento de um país.

Sem o programa democrático (Assembleia Constituinte, jornada de 8 horas, confiscação das terras, independência nacional da China, direito do povo a dispor de si mesmo etc.), o Partido Comunista Chinês fica de mãos e pés atados, vendo-se obrigado a ceder passivamente o terreno à social-democracia chinesa, que, com o auxílio de Stalin, Radek & Cia., pode suplantá-lo.

Em resumo:

Marchando a reboque da Oposição, Radek não chegou a perceber o fato primordial da revolução chinesa, já que sempre pregou a submissão do Partido Comunista ao Kuomintang burguês. Não notou a contrarrevolução chinesa e sustentou, depois da aventura de Cantão, a necessidade de uma insurreição armada. Agora, salta por cima das etapas da contrarrevolução e da luta pela democracia, procurando livrar-se das tarefas da época transitória com a ideia extremamente abstrata de soviets fora do tempo e do espaço. Em troca, Radek jura nada ter de comum com a revolução permanente. É reconfortante. É consolador.

A teoria antimarxista de Stalin-Radek traz em si a repetição modificada, mas não melhorada, da aventura do Kuomintang para a China, a Índia e todos os países do Oriente.

Baseando-se em toda a experiência das revoluções russas e chinesas, baseando-se na doutrina de Marx e Engels, meditada à luz dessas revoluções, a Oposição afirma:

Uma nova revolução chinesa só pode derrocar o regime vigente e entregar o poder às massas populares sob a forma de ditadura do proletariado.

A ditadura democrática do proletariado e dos camponeses, oposta à ditadura do proletariado conduzindo os camponeses e realizando o programa da democracia, é uma ficção, uma mentira, ou, o que é pior, o regime de Kerensky ou do Kuomintang.

Não há possibilidade de nenhum regime revolucionário médio, intermediário, entre o regime de Kerensky ou de Chiang Kai-shek e a ditadura do proletariado, e aquele que defende essa fórmula abstrata engana vergonhosamente os operários e prepara novas catástrofes.

A Oposição diz aos operários do Oriente:

Os capituladores, aniquilados pelas maquinações intestinas do partido, ajudam Stalin a lançar a semente do centrismo, a tapar-vos os olhos e os ouvidos e a confundir vossas cabeças. De um lado, com a proibição de continuardes a luta pela democracia, sois enfraquecidos em face da ditadura burguesa direta. De outro lado, são desenhadas, diante dos vossos olhos, perspectivas de uma ditadura salutar não proletária, destinada a favorecer

as futuras transformações do Kuomintang, isto é, as futuras derrotas da revolução dos operários e dos camponeses.

São traidores os que assim vos pregam. Operários do Oriente! Aprendei a não lhes dar crédito, a desprezá-los, a expulsá-los de vossas fileiras!

QUE É, AFINAL, A REVOLUÇÃO PERMANENTE? (TESES)

Espero que o leitor não ache inconveniente que, antes de terminar este trabalho, procure formular minhas conclusões essenciais de maneira concisa e sem receio de repetir.

1. A teoria da revolução permanente exige, na atualidade, a maior atenção da parte de todo marxista, uma vez que o desenvolvimento da luta ideológica e da luta de classes fez o problema sair definitivamente do domínio das recordações de velhas divergências entre os marxistas russos, para apresentá-lo em ligação com o caráter, os laços internos e os métodos da revolução internacional em geral.

2. Para os países de desenvolvimento burguês retardatário e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacional-libertadoras só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas.

3. Tanto a questão agrária quanto a questão nacional conferem ao campesinato, como enorme maioria da população dos países atrasados, um papel primordial na revolução democrática. Sem a aliança entre o proletariado e o campesinato, as tarefas da revolução democrática não podem ser resolvidas, nem mesmo ser colocadas a sério. Essa aliança das duas classes, porém, só se realizará numa luta implacável contra a influência da burguesia nacional-liberal.

4. Quaisquer que sejam as primeiras etapas episódicas da revolução nos diferentes países, a aliança revolucionária do proletariado com os camponeses só é concebível sob a direção política da vanguarda proletária organizada como partido comunista. Isso significa, por outro lado, que a vitória da revolução democrática só é concebível por meio da ditadura do proletariado apoiada em sua aliança com os camponeses e destinada, em primeiro lugar, a resolver as tarefas da revolução democrática.

5. Do ponto de vista histórico, a velha palavra de ordem bolchevique de “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” exprime exatamente as relações, acima caracterizadas, entre o proletariado, o campesinato e a burguesia liberal. Isso foi demonstrado pela experiência de Outubro. No entanto, a antiga fórmula de Lenin não previa quais seriam as relações políticas recíprocas entre o proletariado e o campesinato dentro do bloco revolucionário. Por outras palavras: a fórmula admitia, conscientemente, certo número de elementos algébricos que, no curso da experiência histórica, deveriam dar lugar a elementos aritméticos mais precisos. E a experiência mostrou, em circunstâncias que excluem qualquer outra interpretação, que o papel do campesinato, por maior que seja a sua importância revolucionária, não pode ser independente nem, muito menos, dirigente. O camponês segue o operário ou o burguês. Isso significa que a “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” só é concebível como ditadura do proletariado arrastando atrás de si as massas camponesas.

6. Uma ditadura democrática do proletariado e dos camponeses, como regime diferente, quanto ao conteúdo de classe, da ditadura do proletariado, só seria realizável se pudesse existir um partido revolucionário independente que exprimisse os interesses da democracia camponesa e pequeno-burguesa em geral e, com o auxílio do proletariado, fosse capaz de conquistar o poder e determinar o seu programa revolucionário. A experiência de toda a história contemporânea e, sobretudo, da história da Rússia no transcurso dos 25 últimos anos, nos mostra qual é o obstáculo intransponível que se opõe à formação de um partido camponês. É a falta de independência econômica e política da pequena burguesia (campesinato) e a sua profunda diferenciação interna que permitem a aliança de suas camadas superiores com a grande burguesia por ocasião dos acontecimentos decisivos, sobretudo por ocasião das guerras e das revoluções, enquanto as camadas inferiores se aliam ao proletariado, obrigando as camadas médias a escolher entre as duas forças. Entre o regime de Kerensky e o poder bolchevique, entre o Kuomintang e a ditadura do proletariado, não há nem pode haver nenhum regime intermediário, isto é, nenhuma ditadura democrática dos operários e dos camponeses.

7. Só pode ter um sentido reacionário a tendência da Internacional Comunista a impor, hoje, aos países do Oriente, a palavra de ordem de ditadura do proletariado e dos camponeses, há tanto tempo superada pela história. Oposta à de ditadura do proletariado, essa palavra de ordem contribui, politicamente, para a dissolução e a decomposição do proletariado nas massas pequeno-burguesas, criando, assim, condições favoráveis à hegemonia da burguesia nacional e, por conseguinte, à falência e ao desmoronamento da revolução democrática. Introduzir essa palavra de ordem no programa da Internacional Comunista só pode significar a traição ao marxismo e às tradições bolcheviques de Outubro.

8. A ditadura do proletariado, que sobe ao poder como força dirigente da revolução democrática, será colocada, inevitável e muito rapidamente, diante de tarefas que a levarão a fazer incursões profundas no direito burguês da propriedade. No curso do seu desenvolvimento, a revolução democrática se transforma diretamente em revolução socialista, tornando-se, pois, uma revolução permanente.

9. Em lugar de pôr termo à revolução, a conquista do poder pelo proletariado apenas a inaugura. A construção socialista só é concebível quando baseada na luta de classes em escala nacional e internacional. Dada a dominação decisiva das relações capitalistas na arena mundial, essa luta não pode deixar de acarretar erupções violentas: no interior, sob a forma de guerra civil; no exterior, sob a forma de guerra revolucionária. É nisso que consiste o caráter permanente da própria revolução socialista, quer se trate de um país atrasado que apenas acabou de realizar sua revolução democrática, quer se trate de um velho país capitalista que já passou por um longo período de democracia e de parlamentarismo.

10. A revolução socialista não pode se realizar nos quadros nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de as forças produtivas por ela engendradas tenderem a ultrapassar os limites do Estado nacional. Daí as guerras imperialistas, de um lado, e a utopia dos Estados Unidos burgueses da Europa, de outro lado. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta.

11. O esquema, acima traçado, do desenvolvimento da revolução mundial elimina a questão dos países “maduros” ou “não maduros” para o socialismo, segundo a classificação pedante e rígida que estabelece o programa atual da Internacional Comunista. Com a criação do mercado mundial, da

divisão mundial do trabalho e das forças produtivas mundiais, o capitalismo preparou o conjunto da economia mundial para a reconstrução socialista.

Os diferentes países chegarão ao socialismo com ritmos diferentes. Em determinadas circunstâncias, certos países atrasados podem chegar à ditadura do proletariado antes dos países avançados, mas só depois destes chegarão eles ao socialismo.

Um país atrasado, colonial ou semicolonial, cujo proletariado não esteja bastante preparado para conduzir o campesinato e conquistar o poder é, por isso mesmo, incapaz de levar a bom termo sua revolução democrática. Por outro lado, num país em que o proletariado chegue ao poder em virtude de uma revolução democrática, o destino ulterior da ditadura e do socialismo dependerá, afinal, menos das forças produtivas nacionais do que do desenvolvimento da revolução socialista internacional.

12. A teoria do socialismo num só país, brotada no estrume da reação contra Outubro, é a única que se opõe, de maneira consequente e definitiva, à teoria da revolução permanente.

Ao tentarem os epígonos, compelidos pela crítica, limitar à Rússia a aplicação da teoria do socialismo num só país, por causa de suas peculiaridades (extensão territorial e riquezas naturais), as coisas só fazem piorar, em lugar de melhorar. A renúncia à atitude internacionalista conduz, inevitavelmente, ao messianismo nacional, isto é, ao reconhecimento de vantagens e qualidades peculiares ao país, capazes de lhe conferir um papel que os demais países não poderiam desempenhar.

A divisão mundial do trabalho, a subordinação da indústria soviética à técnica estrangeira, a dependência das forças produtivas dos países avançados em relação às matérias-primas asiáticas etc. etc., tornam impossível a construção de uma sociedade socialista autônoma e isolada em qualquer região do mundo.

13. A teoria de Stalin-Bukharin não só opõe, mecanicamente, e a despeito de toda a experiência das revoluções russas, a revolu-

ção democrática à revolução socialista, como separa a revolução nacional da revolução internacional.

Colocando diante das revoluções dos países atrasados a tarefa de instaurar o regime irrealizável da ditadura democrática, oposta à ditadura do proletariado, essa teoria cria ilusões e ficções políticas, paralisa a luta do proletariado do Oriente pelo poder e retarda a vitória das revoluções coloniais.

Do ponto de vista da teoria dos epígonos, a conquista do poder pelo proletariado constitui, por si só, a realização da revolução (em seus “nove décimos”, segundo a fórmula de Stalin) e inaugura a época das reformas nacionais. A teoria da integração do *kulak* no socialismo¹ e a teoria da “neutralização” da burguesia mundial são, por conseguinte, inseparáveis da teoria do socialismo num só país, equilibrando-se e caindo juntas.

A teoria do nacional-socialismo degrada a Internacional Comunista, que fica reduzida ao papel de arma auxiliar na luta contra a intervenção armada. A política atual da Internacional Comunista, o seu regime e a escolha dos seus dirigentes correspondem perfeitamente à sua decadência e transformação num exército de emergência, que não se destina a resolver, de maneira autônoma, as tarefas que se lhe apresentam.

14. O programa da Internacional Comunista, obra de Bukharin, é eclético do princípio ao fim. É uma tentativa desesperada de ligar a teoria do socialismo num só país ao internacionalismo marxista, que não pode, entretanto, ser separado do caráter permanente da revolução mundial. A luta da Oposição de Esquerda por uma política justa e um regime saudável na Internacional Comunista está indissolúvelmente ligada à luta por um programa marxista. A questão do programa, por sua vez, é inseparável da questão das

¹ Lançando a palavra de ordem de “Camponeses, enriquecei-vos!”, achava Bukharin que os *kulaks*, em lugar de se orientarem para o capitalismo, marchavam pacificamente para o socialismo. Essa política só foi abandonada pelo Partido Comunista da URSS em 1928, quando os *kulaks*, com a “greve do trigo”, fizeram à cidade o cerco da fome. (N.T.)

duas teorias opostas: a teoria da revolução permanente e a teoria do socialismo num só país. O problema da revolução permanente já ultrapassou, há muito tempo, o limite das divergências episódicas entre Lenin e Trotsky, inteiramente esgotadas pela história. Trata-se, agora, da luta entre as ideias fundamentais de Marx e de Lenin, de um lado, e o ecletismo centrista, de outro lado.

POSFÁCIO

A REVOLUÇÃO PERMANENTE

Leon Trotsky (Lev Davidovich Bronstein), nascido em 1879 na Rússia e assassinado no México em 1940, ocupa, no contexto do marxismo militante contemporâneo, posição singularmente marcante. Autor de extensa obra político-científica, inteiramente relacionada à transformação da sociedade capitalista em sociedade socialista, seus escritos vão da teoria literária – *Literatura e revolução* e outros ensaios do gênero – à historiografia, da qual a monumental *História da Revolução Russa* é seu cume.

Orador de dotes incomuns, comparado aos maiores tribunos de todos os tempos, em seu pensamento escrito ou oral inexistente palavra gratuita: as mais sutis e abstratas de suas reflexões sempre contêm, de forma clara e vigorosa, um apaixonado apelo à ação. Entre os teóricos marxistas de sua época ou geração, Trotsky ressalta não apenas pelo cintilante estilo literário mas, sobretudo, pela acuidade com que trata os mais complexos temas doutrinários do materialismo dialético e histórico, entendido como instrumento de ação revolucionária.

Mas foi, sobretudo, como revolucionário que Trotsky se projetou no cenário histórico mundial. Inicialmente, como líder da primeira revolução russa (1905) e participante ativo da Revolução Russa de 1917, da qual foi um dos principais estrategistas e táticos; depois, na estruturação e na defesa do Estado soviético, como organizador do Exército Vermelho; e, finalmente, já no exílio e na oposição declarada a Stalin, como principal dirigente da IV Internacional, organismo através do qual suas posições políticas influenciam grupos de militantes marxistas e de outras matizes de esquerda.

A revolução permanente, não sendo o mais volumoso de seus trabalhos, é, contudo, dos mais significativos e originais. Escrito em tom ostensivamente polêmico, configura um autêntico tratado de estratégia e tática revolucionárias e de um livro que, juntamente com *Revolução internacional ou socialismo num só país?* e *A revolução traída*, condensa o núcleo do pensamento de Trotsky a respeito do papel e do desenvolvimento do Estado soviético.

Escrito em 1928, *A revolução permanente*, cujo núcleo teórico remonta a 1905, permite, ainda, que se aprecie, por um lado, a posição de Trotsky a respeito da bolchevique “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” e, nessa medida, a famosa questão de suas antigas e superadas divergências com Lenin. De outra parte, o presente livro é clara expressão das críticas de Trotsky à política da Terceira Internacional, então dirigida por Stalin. Por fim, polemizando com Radek, Trotsky analisa a experiência das duas revoluções russas e da revolução chinesa de 1927.

Assim, pois, a questão abordada nesta obra é, antes de mais, a do caráter das revoluções na sociedade contemporânea, tanto no que concerne ao seu conteúdo de classe, quanto às suas forças motrizes, à sua evolução e aos seus objetivos.

Ao publicar *A revolução permanente*, esta editora pretende pôr ao alcance do leitor brasileiro um dos mais singulares e discutidos livros sobre o movimento comunista de todos os países e, antes do mais, dos de capitalismo retardatário. De igual modo, intenta

contribuir para a análise crítica do pensamento e das posições políticas de Trotsky, ainda hoje tão admiradas ou malsinadas quanto mal conhecidas.

Herminio Sacchetta